

RELATÓRIO & CONTAS 2024

CARAVELA SEGUROS



ÍNDICE

Mensagem do presidente do Conselho de Administração	3
A CARAVELA.....	5
Órgãos Sociais.....	6
Relatório de Gestão.....	7
1 Introdução.....	8
2 Enquadramento Macroeconómico	10
3 Principais Indicadores.....	23
4 Atividade da Caravela	24
5 Evolução para 2025.....	38
6 Eventos Subsequentes	39
7 Considerações Finais	39
Relatório de Governo Societário.....	41
Política de Remuneração dos Colaboradores	50
Demonstrações Financeiras	57
Demonstração da Posição Financeira	57
Demonstração de Variações do Capital Próprio	60
Demonstração do Rendimento Integral.....	63
Demonstração dos Resultados.....	65
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	67
Anexos às Demonstrações Financeiras.....	69
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	143
Certificação Legal e Contas.....	146

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano 2024 continuou a traduzir-se numa conjuntura especialmente exigente para as entidades económicas e para a população em geral, destacando-se o reduzido crescimento do PIB a nível internacional (mundial e europeu) e da economia portuguesa, bem como a incerteza causada pelos focos de guerra geopolíticos.

Não obstante, a CARAVELA prosseguiu a sua jornada de criação de valor, completa que foi uma década após a atual designação societária que trouxe novos acionistas e um novo modelo de negócio.

No exercício de 2024 atingiu os diversos objetivos estratégicos a que se propôs:

- Um volume de negócios próximo dos 190 milhões de euros que nos permitiu aumentar a nossa quota de mercado para 2,5%, alcançando a 7ª posição no mercado não vida;
- 8,7% do volume de negócios localizado internacionalmente (França, Grécia, Espanha, Países Baixos), relevando a afirmação da Companhia enquanto *player* europeu no desenvolvimento de MGA's (*Management General Agents*);
- Gestão dos nossos clientes através da nossa rede, cada vez mais consolidada de agentes, corretores e parceiros;
- Consolidação do modelo de distribuição, quer do segmento particulares quer do segmento PME's, assente num modelo colaborativo multicanal;
- Desenvolvimento da infraestrutura tecnológica que irá permitir não só a adoção de todas as inovações digitais que marcarão os próximos tempos, nomeadamente a Inteligência Artificial, mas também a capacidades de cross-sell e up-sell sustentada no referido modelo colaborativo multicanal;
- Reforço do modelo de governo na sequência da reformulação da equipa de gestão, da incorporação de novos colaboradores para funções chave, e pelo reforço / reorganização dos comités operacionais.;
- Consolidação e apropriação na gestão corrente da adoção das novas regras contabilísticas IFRS 17 e IFRS9;
- Reforço de uma cultura interna, inclusiva, tendo a ética e valorização do capital humano como pilares;
- Reafirmação dos indicadores de produtividade – 1,2 milhões de euros de volume de negócio por colaborador – o que representa um crescimento de 17,1% face a 2023 e, é resultado de um modelo operacional assente na digitalização e integração de processos;
- Rendimento integral de 2,1 milhões de euros, após revisão abrangente dos serviços passados da Companhia consistente com o objetivo de posicionar as reservas globais no seu nível mais elevado;
- Fluxo de Caixa gerado pelas atividades operacionais de 30,4 milhões de euros;

- Reforço do *book value* da Companhia (70 milhões de euros).

Para 2025 continuamos otimistas quanto ao nosso percurso. Prosseguiremos com foco e determinação para atingir os nossos objetivos estratégicos, designadamente, consolidar a nossa posição no mercado segurador nacional e reforço no mercado europeu, ser reconhecidos como *player* de referência em matérias de sustentabilidade, inovação e digital. Continuaremos a apostar na agilidade e eficácia operacionais na relação com os nossos clientes e parceiros e, sempre, contando com a colaboração dos nossos colaboradores que nos ajudam diariamente a materializar o nosso propósito, visão e valores.

A todos os que contribuíram globalmente para o nosso desempenho no ano de 2024 uma palavra de agradecimento. A vossa dedicação, compromisso, colaboração e espírito crítico foram inextinguíveis e são fatores absolutamente críticos para o nosso sucesso enquanto organização.

Luís Cervantes

Presidente do Conselho de Administração

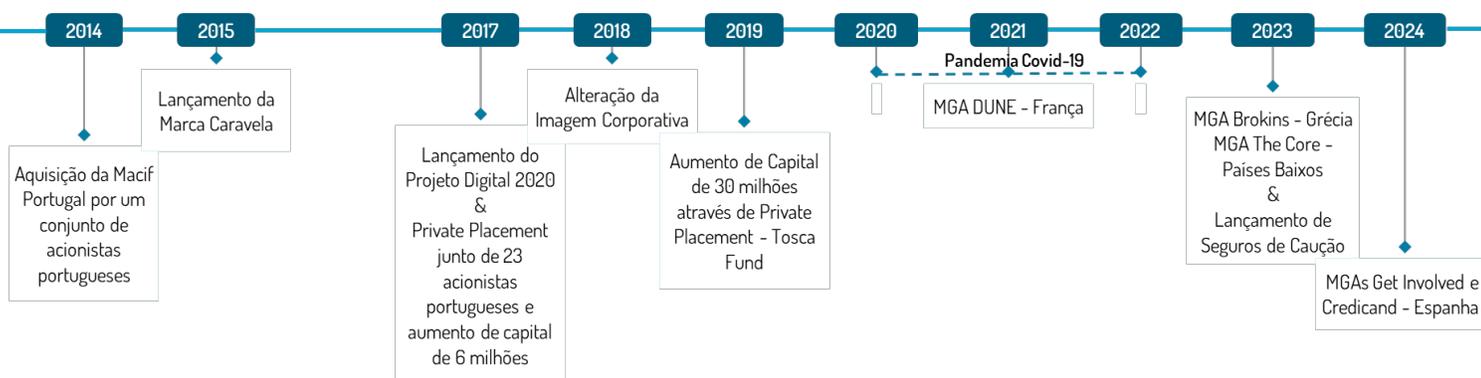
A CARAVELA

A Caravela, além do objetivo de apoiar a construção de uma sociedade sustentável, tem por missão defender valores fundamentais como sejam o profissionalismo, a integridade, a confiança, o rigor e a dedicação, assentes em parcerias com a mediação de qualidade e com todos os seus fornecedores e colaboradores sob o signo de sentimentos de pertença e partilha, para bem servir a comunidade na importante área da assunção de riscos.

A sua origem remonta a 1996, quando foi constituída com a denominação Euresa Portugal, Companhia de Seguros, S.A. Ao longo dos anos foi sofrendo várias mudanças como a sua designação societária. Em 2001, adotou o nome de Companhia de Seguros Sagres, S.A.; em 2010 tornou-se Macif Portugal, Companhia de Seguros, S.A.; e, finalmente, em 2015 assumiu oficialmente a designação atual de Caravela – Companhia de Seguros, S.A., após alteração estatutária, acionista e de modelo de negócio no ano transato. O logótipo da atual designação também passou por várias transformações até esta última versão.



Sendo uma entidade seguradora já há muito existente no mercado segurador nacional, manteve a sua evolução até os dias de hoje, conforme relevado de seguida:



ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2024, a composição dos Órgãos Sociais da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. é a seguinte:

Assembleia Geral

Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta

Secretário: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

Conselho de Administração

Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes

Vice-Presidente: David Angulo Rubio

Vogal: Fabrizio Cesário

Vogal: Félix Serrano Sanchez Carrillejo

Vogal: George Koulouris

Vogal: Pedro Miguel Ferreira Mata

Vogal: Beatriz da Conceição Macário Aguiar da Rosa Pereira

Conselho Fiscal

Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos

Vogal: José António Truta Pinto Rabaça

Vogal: José Elísio Lopes da Siva Quintas

Revisor Oficial de Contas

Efetivo: PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA. SROC n.º 183, representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138

Suplente: Carlos José Figueiredo Rodrigues, ROC n.º 1737

Relatório & Contas 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO

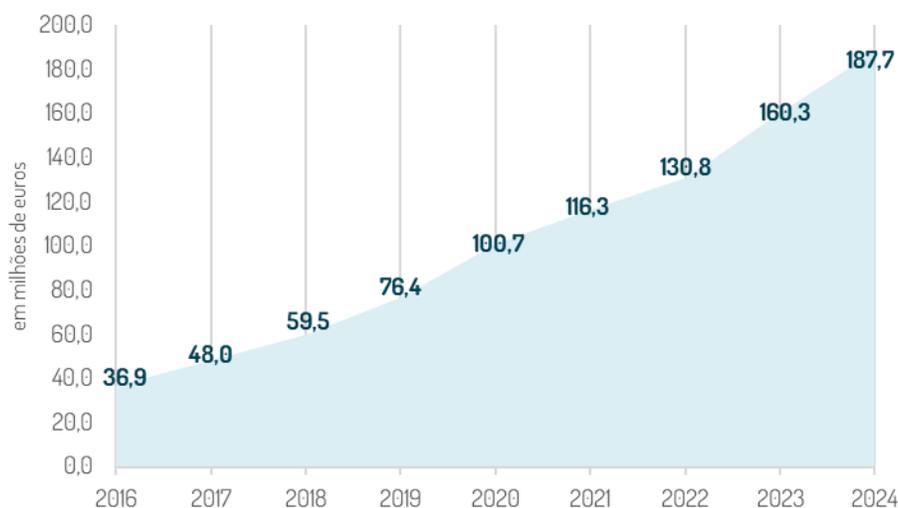
1 INTRODUÇÃO

O ano de 2024, apesar das previsões de desaceleração, surpreendeu com uma estimativa superior à esperada no período homólogo. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), fatores como a descida da inflação, o crescimento exponencial do emprego e a adoção de políticas monetárias menos restritivas impulsionaram a procura em diversas regiões do mundo, apesar das restrições impostas pela política orçamental em muitos países e das tensões geopolíticas instaladas.

No mercado segurador nacional, 2024 foi marcado pela retoma do crescimento do segmento Vida (+34,9%) e pela continuidade da trajetória sustentada do segmento Não Vida (+10,5%). Ambos os segmentos contribuíram para que o volume da produção de seguro direto atingisse 14,3 mil milhões de euros, um crescimento de 21,2% face a 2023.

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A. manteve o seu percurso de crescimento orgânico e consistente, consolidando a sua posição no mercado segurador português, apoiada em projetos inovadores de parcerias internacionais. Esse crescimento fica expresso num volume de prémios brutos emitidos de 187,70 milhões de euros no final do exercício, representando um crescimento de 17,1% em relação a 2023. Esse desempenho contribuiu para a subida no *ranking* da Produção Provisória - Atividade em Portugal e Estrangeiro - 2024, no segmento Não Vida, publicado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Evolução da produção de seguro direto



Na ótica do balanço, o ativo líquido registou um crescimento expressivo de 22,6%, atingindo 287,1 milhões de euros, enquanto o capital próprio aumentou 3,2% face a 2023, reforçando a solidez financeira e criando uma base robusta para expansão futura. O aumento de 30,5% do passivo reflete a dinamização da carteira de seguros, vindo a acompanhar o crescimento do volume de negócios.

Os rendimentos e ganhos financeiros cresceram significativamente (+57,8% face a 2023), totalizando 6,26 milhões de euros, impulsionados por uma estratégia eficaz de diversificação da carteira de investimentos. Paralelamente, o investimento contínuo em tecnologia e processos resultou num crescimento dos custos operacionais de 16,0%, contribuindo para a modernização e eficiência da operação interna.

Este crescimento, aliado ao esforço de desenvolvimento tecnológico e à melhoria contínua de processos, permitiu à Caravela continuar a melhorar os seus níveis de produtividade. Em termos de produtividade, medida pelo volume de prémios brutos emitidos por trabalhador, registou-se um aumento de 17,10% em relação a 2023, mantendo-se o número de trabalhadores.

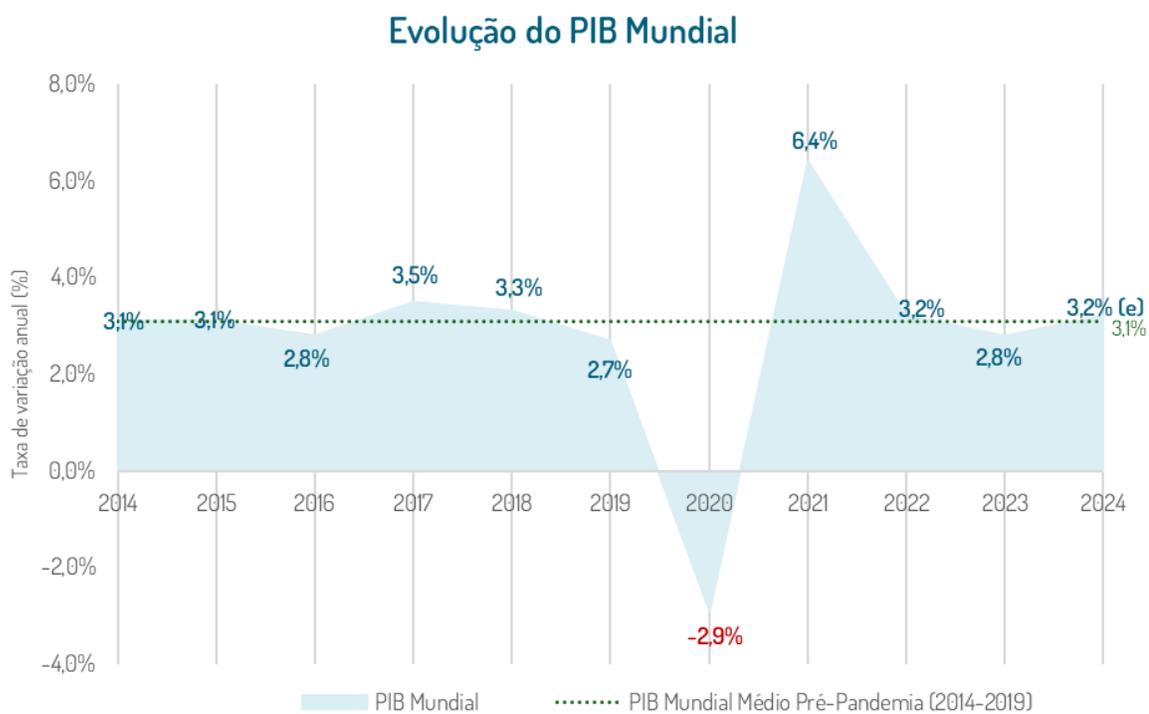
A gestão de risco continuou a ser uma prioridade da Caravela, com o resseguro a desempenhar um papel crucial na mitigação da sinistralidade, permitindo uma abordagem mais sustentável e equilibrada. De igual modo, 2024 caracterizou-se por uma revisão abrangente das responsabilidades de serviços passados com um intuito de manter reservas técnicas sólidas e um plano estratégico estruturado, visando reforçar a competitividade no mercado e assegurar uma trajetória de recuperação da rentabilidade a longo prazo.

O rendimento integral da entidade em 2024 cifrou-se em 2,1 milhões de euros e o capital próprio situou-se nos 69,5 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 3,2% face ao período homólogo. O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais atingiu 30,4 milhões de euros, representando um aumento de 64,5% em relação a 2023.

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1 Conjuntura Internacional¹

Ao longo de 2024, destacou-se uma série de eventos e tendências que tiveram um forte impacto na economia mundial. Embora se mantenha estável em comparação com o período homólogo, a economia global ainda se encontra a recuperar de eventos como a pandemia, guerra na Ucrânia e a crise inflacionária. De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2024 deverá situar-se em 3,2%. Apesar de estar ligeiramente acima da média histórica pré-pandémica de 3,1%, esse crescimento continua a levantar questões sobre a desigualdade e sustentabilidade nos diferentes países.



¹ Fonte:

Banco Central Europeu – “Boletim económico nº8/2024” – janeiro 2025 <https://www.bportugal.pt/page/listagem-de-publicacoes-do-banco-central-europeu>

Fundo Monetário Internacional – Relatório Anual do FMI 2024 – “Resiliência diante a mudança” – setembro 2024 – <https://www.imf.org/pt/Publications/AREB>

Fundo Monetário Internacional – “World Economic Outlook Update, January 2025” – <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/01/17/world-economic-outlook-update-january-2025>

Gabinete de Estratégia e Estudos – República Portuguesa | Economia – “Boletim trimestral de economia portuguesa. Janeiro 2025” – <https://www.gee.gov.pt/pt/publicacoes/boletim-mensal-de-economia-portuguesa>

World Bank Group – “Global Economic Prospects – January 2025” – <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>

World Bank Group – Evolução da taxa de variação anual do PIB Mundial de 2017 a 2023 – <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2023&start=2010>

Os principais desafios que mais influenciaram a estabilidade do PIB mundial em 2024 incluem:

- Tensões geopolíticas, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a escalada dos conflitos no Médio Oriente, gerando incerteza económica;
- Intensificação da fragmentação geoeconómica, com o aumento das restrições comerciais, cujas novas medidas foram cinco vezes superiores à média anual da década anterior, criando tensões comerciais entre grandes potências, impactando o comércio mundial e o crescimento regional;
- Políticas industriais protecionistas, incluindo subsídios, tarifas de importação e restrições comerciais, que alteram o comércio mundial e reduzem a eficiência económica. Os principais impactos incluem a redução do comércio internacional devido às barreiras que limitam o fluxo de bens e serviços entre países, aumento dos custos de produção, menor eficiência económica e possíveis retaliações comerciais entre nações;
- Mudanças na política monetária e fiscal, exigindo dos bancos centrais uma abordagem mais cautelosa para evitar flexibilizações prematuras ou prolongadas, aumento generalizado do endividamento global e dos défices fiscais e a alteração das políticas fiscais para incentivar a inovação e o investimento sustentável (“verde”);
- Avanços tecnológicos e digitalização acelerada, potenciando tanto novas oportunidades quanto desafios, como o aumento dos riscos cibernéticos e a crescente desigualdade no mercado de trabalho;
- Impacto da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho, com a previsão de que 60% dos empregos nas economias avançadas sejam afetados;
- Mudanças climáticas, com o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, como inundações, secas, ondas de calor, tempestades tropicais e incêndios florestais. Estes eventos causam prejuízos para o setor agrícola, resultando na escassez de produtos e no aumento do preço das *commodities*, afetando também infraestruturas críticas, como redes de transporte e energia, afetando a economia e a qualidade de vida em diversas regiões.

Nas economias avançadas, o crescimento estimado para 2024 situa-se em 1,7%. Destacam-se positivamente os Estados Unidos, com um crescimento de 2,8%, enquanto a Zona Euro estima-se apresentar um desempenho mais modesto e o Japão registar uma ligeira contração da economia. Assim:

- Os Estados Unidos, onde o PIB cresceu acima das projeções iniciais, impulsionado pelo forte consumo interno e pelo desempenho robusto do setor de serviços, consolidando-se como um dos principais motores da economia mundial em 2024. A taxa de desemprego manteve-se baixa, com a forte criação de emprego em setores-chave como tecnologia, saúde e indústria transformadora. A inflação desacelerou ao longo do ano, mantendo-se acima da meta de 2% estipulada pela Reserva Federal (Fed), representando um desafio persistente no

- setor de serviços. Houve um aumento das barreiras comerciais globais, especialmente nas relações com a China, impactando negativamente indústrias exportadoras. O país manteve-se como um dos maiores exportadores de Gás Natural Liquefeito (GNL), embora continue a depender fortemente de combustíveis fósseis. Investiu significativamente em tecnologia, incluindo a inteligência artificial e infraestrutura verde, impulsionado por políticas como a Lei de Redução da Inflação (*Inflation Reduction Act*).
- A Zona Euro apresentou um desempenho fraco comparativamente ao período pré-pandemia, com um crescimento estimado de apenas 0,8%. As principais economias, como a Alemanha e a França, enfrentaram dificuldades devido à redução da procura industrial e à desaceleração do comércio mundial. A continuidade da guerra na Ucrânia afetou diretamente a confiança dos investidores, aumentando a instabilidade económica da Zona Euro e gerando perturbações na distribuição de bens e matérias-primas, afetando o comércio e a produção. No que diz respeito à oferta energética, os preços mantiveram-se voláteis, pressionando consumidores e indústrias. Apesar da descida da inflação, esta continuou acima das metas estabelecidas em muitos países, especialmente nos setores de alimentação e serviços. O elevado custo de vida limitou o consumo doméstico, enfraquecendo o crescimento económico. O Banco Central Europeu (BCE) adotou uma postura preventiva, mantendo taxas de juros elevadas para combater a inflação, restringindo o crédito e os investimentos. Em muitas economias, como a italiana e grega, a dívida pública manteve-se elevada, limitando a implementação de políticas fiscais de expansão. O envelhecimento da população continua a ser um grande desafio na Zona Euro, com impacto significativo na força de trabalho. Setores essenciais viram o seu crescimento limitado devido à escassez de trabalhadores qualificados, enquanto o aumento dos gastos com segurança social sobrecarregou as contas públicas.
 - O Japão registou uma contração económica de cerca de -0,2%, devido principalmente a perturbações temporárias na oferta, que resultaram na queda da procura externa, especialmente da China e dos EUA, e ao consumo interno enfraquecido pela inflação e pela desvalorização do iene, que tiveram um forte impacto no poder de compra da população. Apesar da desvalorização do iene ter impulsionado algumas exportações, também aumentou os custos de importação de energia e alimentos. Além disso, o Banco do Japão pôs fim à sua política de juros negativos, após décadas de estímulos monetários agressivos. A dívida pública do Japão continua a ser uma das mais altas do mundo, o que dificultou a implementação de estímulos fiscais para impulsionar a economia. No mercado de trabalho, a escassez de mão de obra continua a ser um grande desafio, levando as empresas a investir cada vez mais em automatização e inteligência artificial.

Nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (EMEDs) o crescimento médio estimado situa-se nos 4,1%, liderado por economias asiáticas como a China, com um crescimento estimado de 4,8%, e a Índia, com 6,5%. Assim:

- A China apresentou um crescimento abaixo das previsões iniciais do FMI, devido a um mercado imobiliário débil e à queda da confiança dos consumidores, refletindo a necessidade de reformas estruturais. O crescimento foi sustentado por exportações resilientes, apesar da desaceleração da procura mundial e das tensões comerciais com os Estados Unidos, e por investimentos governamentais em infraestruturas, como nos setores de transporte e energia renovável. A China continuou a liderar os investimentos em tecnologia, incluindo inteligência artificial, semicondutores e veículos elétricos, acelerando a transição para energias renováveis, como a expansão da capacidade solar e eólica. No entanto, eventos climáticos extremos, como inundações, afetaram a agricultura e as infraestruturas do país.
- A Índia registou um crescimento económico forte, alinhado com o potencial do país, mantendo-se como uma das economias com um crescimento mais rápido no mundo. Este crescimento foi impulsionado essencialmente pelo consumo interno robusto, investimentos públicos em infraestruturas e um setor de serviços dinâmico. Houve ainda um aumento significativo do comércio intra-asiático, em setores como tecnologia, farmacêutica e indústria transformadora. O governo indiano implementou incentivos para atrair investimento estrangeiro direto, fortalecendo a indústria nacional.

O FMI salienta que a inflação mundial é de 5,7%, apesar de continuar a desacelerar ao longo do ano devido essencialmente à queda nos preços das *commodities* e aos efeitos tardios de políticas monetárias restritivas implementadas em anos anteriores, registou ritmos distintos entre países, refletindo em algumas regiões dificuldades acrescidas para combater a subida de preços. Ao nível das *commodities*, os preços generalizados de energia e alimentos recuaram devido à melhoria nas condições de oferta. No âmbito da política monetária, os bancos centrais das economias avançadas e emergentes começaram a suavizar as taxas de juros, o que ajudou a estabilizar os preços sem causar maiores impactos nas atividades económicas. Assim, as economias avançadas atingiram mais rapidamente as metas de inflação, enquanto as economias emergentes e os países em desenvolvimento, onde a inflação foi desigual, levaram mais tempo a controlar a inflação devido, fundamentalmente, a fatores de instabilidade política, flutuações de taxas de câmbio, crise nos preços das *commodities* e aumento dos custos de importação. A inflação nos serviços manteve-se elevada em algumas economias, devido à rigidez do mercado de trabalho em setores específicos.



Após a ligeira subida no final de 2024, em especial na Zona Euro devido ao aumento dos preços da energia e dos alimentos, estima-se que a inflação possa ser mais persistente do que o esperado nos próximos anos. Tal pode ocorrer se os preços dos serviços continuarem elevados, se os eventos

climáticos extremos aumentarem, afetando o preço das *commodities*, e se surgirem crises relacionadas com conflitos geopolíticos.

A perda de valor do euro face ao dólar, que caiu para 1,04 dólares no final de 2024, comparando com 1,11 dólares no período homólogo, aproximou-se do valor mais baixo dos últimos dois anos. Fatores que contribuíram para a desvalorização do euro:

- Incerteza política mundial, especialmente após a vitória de Donald Trump à presidência dos EUA;
- Fraco desempenho da economia da Zona Euro, onde a Alemanha, França e Itália registaram um crescimento abaixo de 1%;
- Maior volatilidade dos mercados financeiros internacionais, impulsionada por riscos geopolíticos e medidas mais protecionistas nos Estados Unidos;
- Divergências entre o Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal dos Estados Unidos da América (Fed) nas políticas monetárias. O BCE começou a reduzir as taxas de juro, enquanto o Fed optou por ser mais cauteloso.

Em suma, a economia mundial demonstrou resiliência e recuperação, apesar das tensões geopolíticas no Médio Oriente e na Ucrânia, da fragmentação económica e das elevadas dívidas públicas registadas. A inflação recuou significativamente desde os picos de 2022, devido às ações dos bancos centrais e à estabilização das cadeias de suprimentos. O aumento da incerteza política em diversos governos que foram sujeitos a eleições e as flutuações no dólar impactaram essencialmente os mercados emergentes dificultando a estabilidade financeira mundial. Para os próximos anos, o FMI prevê que o crescimento global se mantenha abaixo dos 3,8% até 2029, recomendando que os países adotem políticas fiscais e monetárias equilibradas para evitar novas crises económicas.

2.2 Conjuntura Nacional²

Desde 2014, a economia portuguesa vinha a recuperar e a crescer de forma sustentada até ao surgimento da pandemia de Covid-19 em março de 2020. Esse crescimento estava a ser

² Fonte:

Associação Automóvel de Portugal (ACAP) – Valores de referência automóvel

Banco de Portugal (dezembro 2024) – “Boletim Económico” Disponível em: <https://www.bportugal.pt/publicacao/boletim-economico-dezembro-2024>

Banco Central Europeu – “Boletim Económico Europeu Nº 8/2024” – janeiro 2025 Disponível em <https://www.bportugal.pt/page/listagem-de-publicacoes-do-banco-central-europeu>

Instituto Nacional de Estatísticas (INE) 30 de janeiro de 2025 - Estimativa Rápida do PIB 2024 - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_bovi=645504700&DESTAQUESmodo=2

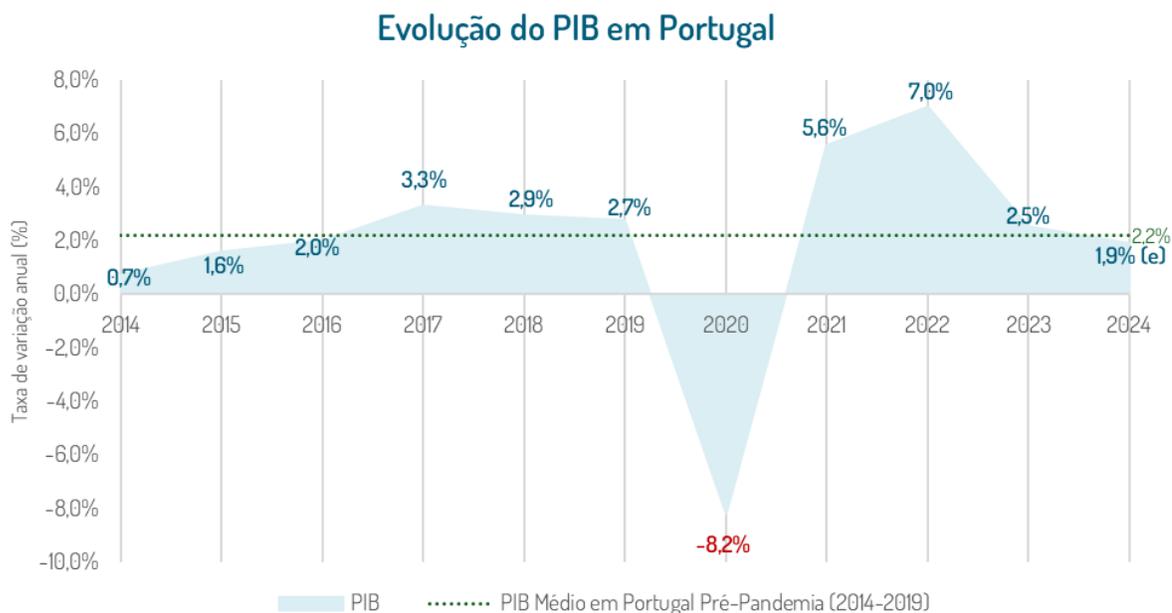
Indicadores da Atividade Económica – Banco de Portugal, INE, Eurostat, Gabinete de Estratégia e Estudos - República Portuguesa | Economia Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2025” - <https://www.dgo.gov.pt>

República Portuguesa – Gabinete de estratégia e Estudos – “Boletim Trimestral de Economia Portuguesa nº 4 2024” – Janeiro 2025 Disponível em <https://www.gee.gov.pt/pt/publicacoes/boletim-mensal-de-economia-portuguesa>

impulsionado essencialmente pelas exportações e pela atividade turística. Entre 2016 e 2019, o PIB de Portugal cresceu a uma taxa superior a 2% ao ano. O desemprego caiu consideravelmente, de 16% em 2013 para menos de 7% em 2019, e a dívida pública vinha a diminuir gradualmente.

No entanto, entre 2020 e 2021 o país entrou em recessão devido à pandemia de Covid-19, registando a maior contração histórica recente, com uma queda do PIB de -8,2% em 2020. A dívida pública portuguesa disparou para mais de 130% do PIB, devido ao aumento do gasto público para lidar com a crise. O desemprego subiu temporariamente e a atividade turística caiu mais de 60%. Em 2021, devido ao alívio das restrições pandémicas e ao aumento do consumo interno, a economia portuguesa recuperou fortemente, com um crescimento do PIB de 5,6 %.

Em 2022, o PIB continuou a crescer, atingindo 7%, beneficiando da reabertura da economia e do boom turístico mundial, sendo uma das economias com maior crescimento económico registado na Zona Euro. O aumento da inflação em 2022, que atingiu 7,8%, levou o Banco Central Europeu (BCE) a aumentar as taxas de juro diretoras. Como consequência, o crescimento caiu para 2,5% em 2023, acompanhando a desaceleração da economia europeia.



Segundo o Banco de Portugal, o crescimento da economia portuguesa deverá situar-se nos 1,9%, em 2024. Este crescimento superou as expectativas, que apontavam para 1,7%, impulsionado pelo aumento da procura interna, com especial aceleração das despesas de consumo privado. Essa aceleração deveu-se ao aumento do rendimento disponível das famílias, à queda das taxas de juro, que aliviou os encargos financeiros, e à maior atividade nos setores do comércio e turismo.

A procura externa líquida teve uma contribuição negativa, quando comparada com o período homólogo, onde as importações de bens e serviços cresceram mais acentuadamente em relação às exportações, que mantiveram um crescimento próximo. O abrandamento económico na Zona Euro, que cresceu cerca de 0,7%, e a sua conseqüente redução do consumo na região podem estar a conter parte da recuperação da economia nacional, devido à dependência do comércio europeu.

O investimento foi perdendo força ao longo de 2024, com uma taxa de formação bruta de capital fixo (FBCF) de 1,3% nos primeiros três trimestres do ano. A desaceleração do investimento foi marcada por condições financeiras restritivas, com taxas de juro ainda elevadas, afetando o investimento empresarial e imobiliário. Além disso, os atrasos na execução de fundos europeus levaram ao adiamento de projetos de infraestruturas e inovação, e a baixa confiança dos investidores, devido à incerteza económica mundial, contribuiu para este cenário.

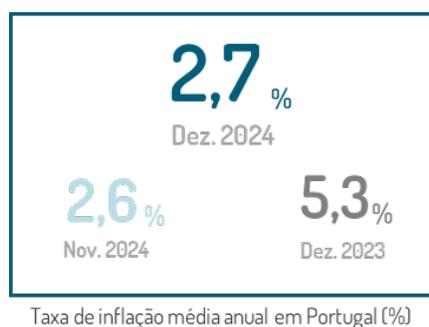
Em termos do saldo orçamental, 2024 foi favorável, registando um excedente orçamental de cerca 0,6% do PIB, superando as expectativas do Orçamento de Estado de 2025, que apontavam para 0,4%. No entanto, as previsões para 2025 indicam que o saldo retornará ao défice devido a política fiscal expansionista, como as isenções e reduções de impostos que impactam diretamente a receita, e ao aumento da despesa pública, incluindo o aumento dos salários da função pública, pensões e prestações sociais, e investimento público associado ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O mercado de trabalho em Portugal continua sólido, com a taxa de desemprego a manter-se nos 6,5%, praticamente inalterada face a 2023. Esta taxa está ligeiramente abaixo da média registada de 6,6% desde 2019, altura que o desemprego começou a estabilizar em Portugal.



O emprego cresceu cerca de 1,2% devido à forte procura por mão de obra em setores como serviços e construção e ao aumento da entrada de trabalhadores estrangeiros, que vem compensar o envelhecimento da população ativa. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que visa o investimento público e privado, ajudou na criação de emprego, assim como o crescimento moderado da economia e os aumentos dos salários reais da população. No entanto, a estrutura atual do mercado de trabalho, tanto nacional quanto internacional, começa a enfrentar desafios acrescidos devido ao aumento da digitalização e da automação, impulsionadas pela Inteligência Artificial, exigindo assim novas competências e qualificações por parte dos trabalhadores.

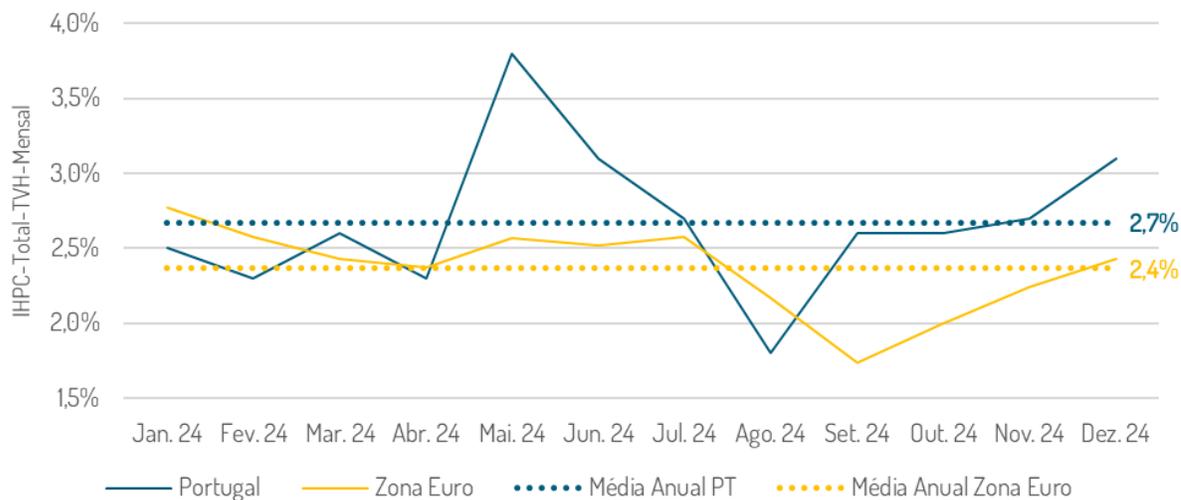
A taxa de inflação média anual em Portugal teve uma trajetória positiva, comparando dezembro de 2024 com dezembro de 2023, reduzindo-se significativamente de 5,3% para 2,7%, com uma ligeira oscilação em relação a novembro de 2024. Essa descida deveu-se essencialmente à política monetária restritiva do Banco Central Europeu (BCE), que contribuiu para o controlo dos preços ao longo do ano, à redução do impacto das crises energéticas e alimentares, ao crescimento moderado dos salários e à diminuição das pressões externas nos preços dos bens.



Taxa de inflação média anual em Portugal (%)

No entanto, ao analisar a evolução da taxa de inflação mensal ao longo do ano de 2024, nota-se alguma volatilidade, com uma tendência crescente no último trimestre do ano, acompanhando a trajetória da Zona Euro, que terminou o ano com uma taxa de inflação média anual de 2,4%. Essa volatilidade registada em Portugal deveu-se a variações pontuais nos preços dos serviços e ao impacto da flutuação dos preços dos combustíveis.

Evolução da Taxa de inflação mensal em Portugal e na Zona Euro



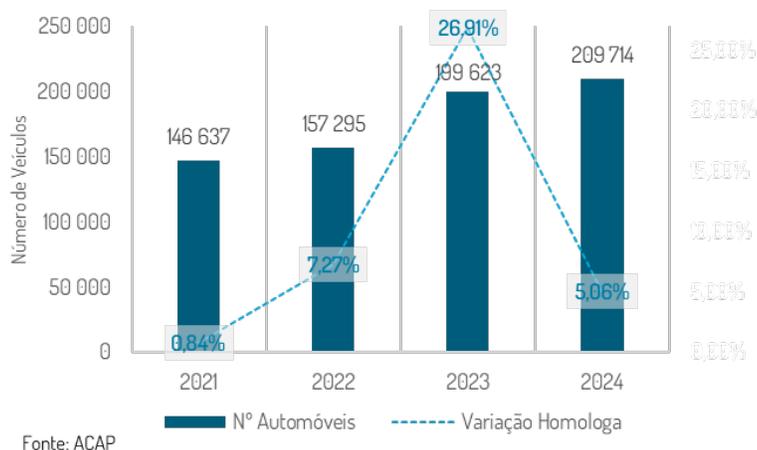
Fonte: Banco de Portugal

Os principais riscos que a inflação poderá enfrentar ao longo do próximo ano, e que podem contribuir para que a tendência crescente continue, incluem a subida inesperada dos preços das matérias-primas (como petróleo e gás), conflitos geopolíticos que possam causar disrupções nas cadeias de abastecimento, afetando diretamente os preços das importações, e mudanças na atual política monetária do BCE. Se o BCE optar por cortes nas taxas de juro, isso poderá estimular a procura.

Ao nível do consumo privado, registou-se um crescimento de cerca de 3% em 2024, sendo o consumo de serviços, como turismo, lazer e restauração, o principal motor desse crescimento, beneficiando da recuperação da confiança dos consumidores e do aumento dos seus rendimentos. O consumo de bens essenciais teve um crescimento mais moderado, com a estabilização dos preços e a normalização dos hábitos de compra. O consumo de bens duradouros, como automóveis e eletrodomésticos, continuou a ser impactado pelas taxas de juro elevadas.

Segundo a Associação Automóvel de Portugal (ACAP) em 2024, o número de vendas de novos veículos de ligeiros de passageiros (incluindo todo-o-terreno) aumentou 5,06% face ao período homólogo. Apesar do crescimento moderado em comparação com o ano anterior, considera-se positivo, visto que o número de novos veículos de passageiros está a aproximar-se dos valores pré-pandemia, que entre 2016 e 2019 registavam uma média de cerca de 220 mil ao ano. Em 2024, os empréstimos a particulares para consumo registaram uma taxa de variação anual de 7,5%, demonstrando uma melhoria da confiança dos consumidores. No entanto, fatores como taxas de juro elevadas e uma maior taxa de poupança, que rondou um crescimento de 7,3%, impediram que o crescimento do consumo privado fosse superior.

Evolução das Vendas de Automóveis em Portugal (ligeiros de passageiros)



Em 2024, os empréstimos a particulares para consumo registaram uma taxa de variação anual de 7,5%, demonstrando uma melhoria da confiança dos consumidores. No entanto, fatores como taxas de juro elevadas e uma maior taxa de poupança, que rondou um crescimento de 7,3%, impediram que o crescimento do consumo privado fosse superior.

As projeções para a economia portuguesa em 2025 são, em termos gerais, favoráveis, apontando para um crescimento moderado de 2,2%. Este crescimento deverá ser estimulado pela continuidade do consumo privado, pelo investimento, pela redução da inflação para 2,1% (aproximando-se do objetivo de 2% do BCE) e pelo equilíbrio dos saldos orçamentais.

Surge, no entanto, uma necessidade acrescida de monitorização da evolução da despesa pública e de fazer face a eventuais impactos que fatores externos possam ter na economia portuguesa, como o abrandamento económico na Zona Euro, o aumento do protecionismo global e os conflitos

geopolíticos. Ao nível interno, podem surgir maiores dificuldades na execução de fundos europeus e o prolongado aumento das taxas de juro, afetando a recuperação do consumo e do crédito.

2.3 Sistema Financeiro³

O ano de 2024 foi assinalado como um período de transição no sistema financeiro, tanto em Portugal como na Zona Euro.

Ao longo do ano, o Banco Central Europeu (BCE) aliviou a política monetária, reduzindo quatro vezes as três taxas de juro diretoras com que opera. No final de 2024, a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez fixou-se em 3,4%, face aos 4,75% registados no final de 2023. A taxa das operações principais de refinanciamento caiu para 3,15%, comparada com 4,5% no final de 2023, e a taxa da facilidade permanente de depósito atingiu 3%, em comparação com 4% no final de 2023. Além da descida das taxas de juro diretoras, a redução das taxas de juro de curto prazo na Zona Euro para 2,8% em dezembro de 2024 também contribuiu para apoiar o crescimento da economia e conter eventuais riscos de recessão, dado o fraco desempenho das economias da Zona Euro. Apesar da redução das taxas, o BCE considera que as condições de financiamento ainda são restritivas, pois os aumentos registados em anos anteriores ainda estão a ser absorvidos pelo mercado.

Na zona euro, os empréstimos bancários às empresas e o crédito à habitação recuperaram ligeiramente (+1,2% e +0,8% em termos homólogos), sugerindo uma retoma gradual da economia, apesar da incerteza económica instalada. Em Portugal, registou-se um aumento no montante de novos empréstimos concedidos, de cerca de 5,3% nos primeiros nove meses do ano, com especial destaque para os empréstimos de até 1 milhão de euros, que atingiram um crescimento de 13,9%. Já o crédito à habitação registou em Portugal um aumento de 36,9% no terceiro trimestre do ano e de 42,5% em novembro, espelhando uma maior atividade do mercado imobiliário fortemente impulsionada por medidas legislativas de apoio ao crédito a jovens.

O rácio da dívida pública portuguesa desceu 8,8 pontos percentuais face ao ano anterior, para 97,5% do PIB, impulsionando a sua posição externa e reforçando a estabilidade financeira. Verificou-se, assim, um aumento da capacidade de financiamento da economia portuguesa para 3,9% do PIB até setembro de 2024 e uma melhoria na sua posição de investimento internacional (PII), atingindo um menor valor negativo do PIB. O setor externo foi beneficiado devido ao maior aumento dos preços de exportação em Portugal, comparativamente aos das importações.

³ Fonte:

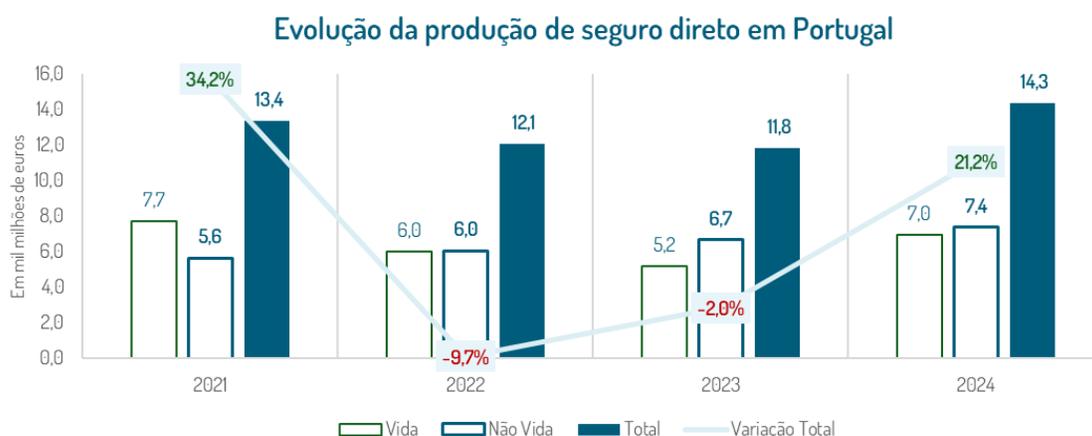
Banco Central Europeu – “Boletim Económico Europeu Nº 8/2024” – janeiro 2025 Disponível em <https://www.bportugal.pt/page/listagem-de-publicacoes-do-banco-central-europeu>

República Portuguesa – Gabinete de estratégia e Estudos – “Boletim Trimestral de Economia Portuguesa nº 4 2024” – Janeiro 2025 Disponível em <https://www.gee.gov.pt/pt/publicacoes/boletim-mensal-de-economia-portuguesa>

O sistema financeiro europeu enfrentou desafios que pressionaram os mercados e contribuíram para a desvalorização do euro face ao dólar, tais como a instabilidade política em países como a Alemanha e a França, que impactou fortemente a confiança dos investidores, resultando num aumento da volatilidade dos mercados. A deterioração das contas públicas francesas aumentou os custos de financiamento do país, e a política económica dos Estados Unidos da América após eleição de Donald Trump também teve um papel significativo. O sistema financeiro português tende a acompanhar as evoluções da Zona euro, sendo muito influenciado pelos desafios internacionais. No entanto, manteve-se resistente, atingindo uma redução da taxa de incumprimento e uma ligeira retoma do crédito concedido, beneficiando as famílias e as empresas nacionais.

2.4 Tendências do setor segurador e perspetivas de evolução⁴

Em 2024, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi de cerca 14,3 mil milhões, com um crescimento de 21,2% face a 2023. O segmento de Vida foi o principal motor para a expansão geral do setor segurador em Portugal, com um crescimento de 34,9%, enquanto o segmento de Não Vida contribuiu com um crescimento de 10,5%.



Apesar da expansão alargada do segmento de Vida, o seu volume total ainda ficou aquém do registado em 2021. O crescimento expressivo das contribuições de Planos Poupança Reforma (PPR) de 49,6% face a 2023 veio corroborar o aumento da taxa de poupança registada no país. Globalmente, o volume dos produtos não-ligados a fundos de investimento cresceu cerca de 34,9%, enquanto os ligados contribuíram com um crescimento de 37,09%.

⁴ Fonte:

ASF – Prémios de Seguro Direto da Atividade Seguradora 2024

APS – Produção de Seguro Direto da Atividade Seguradora 2024, Segurdata, a 2024.12

O segmento de Não Vida tem mantido uma trajetória robusta, com um crescimento semelhante ao do período homólogo. Continuou a ser o segmento com maior quota do mercado segurador, cerca de 51,4%, com um volume de produção de seguro direto na ordem dos 7,4 mil milhões de euros.

O crescimento no segmento de Não Vida tem vindo a ser impulsionado pelo aumento da consciencialização da sociedade para a importância da proteção e segurança contra eventuais riscos financeiros e patrimoniais. Nesta medida, tem-se verificado um aumento da procura de seguros de responsabilidade civil e *ciber risks*. Assim, as principais tendências nos ramos Não Vida, passaram pelas seguintes evoluções:

- O ramo automóvel continua a ter uma grande representatividade no setor, com um crescimento de 9,88%, impulsionado pela cobertura de responsabilidade civil e pela evolução robusta da cobertura de danos próprios. Apesar do seu crescimento, tem vindo a enfrentar certos desafios, como o aumento das vendas de veículos elétricos e novas regulamentações ambientais. O mercado tem permanecido competitivo neste ramo, com ajustes de prémios e novas políticas por parte das seguradoras para se adaptarem às constantes alterações tecnológicas;
- O ramo de acidentes de trabalho cresceu 9,66%, ligeiramente abaixo do crescimento do ano anterior, mas confirmando a continuação da recuperação da atividade económica do país. O aumento da criação de empregos e da atividade empresarial, especialmente construção civil, indústria e logística, fez crescer a necessidade da contratação de seguros de acidentes de trabalho;
- O ramo de doença destacou-se com um crescimento de 17,53% face a 2023, enfatizando as limitações que o Serviço Nacional de Saúde tem enfrentado, como o aumento dos tempos de espera e a falta de médicos de família, o que fez aumentar a procura por alternativas privadas. O impacto da inflação nos custos de saúde, com o aumento dos preços de consultas e tratamentos privados, também influenciou a decisão dos consumidores de procurar seguros de saúde, tanto para reduzir despesas médicas como fazer face a eventuais imprevistos de saúde;
- O ramo de incêndio e outros danos teve um crescimento de 7,86%, desacelerando face aos 10,41% em 2023. Essa desaceleração deveu-se essencialmente à estabilização da inflação e a uma atualização mais contida dos capitais seguros. No entanto, a maior frequência de



- eventos climáticos externos, como inundações, tempestades, sismos e incêndios florestais, tem aumentado a perceção do risco pelos consumidores e, conseqüentemente, a procura por seguros multiriscos que cubram esses fenómenos naturais adversos;
- O crescimento do ramo de responsabilidade civil foi de 5,4%, desacelerando ligeiramente face ao crescimento de 8,27% registados no ano anterior, com especial destaque para a procura de seguros de responsabilidade profissional e de exploração;
 - Os ramos de marítimo e transporte e mercadorias transportadas continuam a tendência decrescente já registada no período homólogo, com uma variação de -0,55% e -4,97% respetivamente. Já o ramo aéreo retomou o seu crescimento, aproximando-se do volume registado em 2022;
 - Seguros diversos como áreas de crédito, caução e proteção jurídica cresceram globalmente 6,75% mantendo-se em linha com o crescimento do período homólogo.

Em suma, o segmento de Não Vida continua com um crescimento sólido e consistente, com os ramos de saúde, automóvel e acidentes de trabalho a impulsionarem o setor.

3 PRINCIPAIS INDICADORES

O quadro seguinte apresenta um resumo dos principais indicadores da Companhia:

U: Milhares de euros

	2024	2023	VAR 24/23 [%]
Balanço			
Ativo líquido	287 051	234 103	22,6%
Capital Próprio	69 505	67 367	3,2%
Passivos de contratos de seguro de serviços futuros	21 596	19 074	13,2%
Passivos de contratos de seguro de serviços passados	149 911	123 807	21,1%
Passivos de contratos de seguro de serviços passados, liquidados de contratos de resseguro	87 128	69 340	25,7%
Ganhos e Perdas			
Réditos de contratos de seguro	183 602	157 315	16,7%
Prémios brutos emitidos de seguro direto	187 709	160 255	17,1%
Réditos de contratos de seguro, liquidados de gastos de contratos de resseguro	139 569	131 685	6,0%
Gastos de contratos de seguro	189 277	145 921	29,7%
Gastos de contratos de seguro, liquidados de resseguro	146 851	121 855	20,5%
Custos Operacionais	21 077	18 171	16,0%
Rendimentos e mais/menos valias	6 259	3 966	57,8%
Resultado Líquido	(5 687)	7 013	-181,1%
Indicadores			
Rendimento integral	2 138	12 098	-82,3%
Fluxo de caixa das actividades operacionais	30 403	18 487	64,5%
Nº de colaboradores	149	149	0,0%
Prémios brutos emitidos / Nº de colaboradores	1 260	1 076	17,1%
Taxa de sinistralidade de seguro direto (1)	66,5%	60,1%	6,4p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro (2)	71,1%	64,1%	7,0p.p.
Rendimento integral / Réditos de contratos de seguro	1,2%	7,7%	-84,9%
Passivos de contratos de seguro de serviços passados / Réditos de contratos de seguro	81,6%	78,7%	3,7%
Rendimento integral / Capital social	4,8%	27,3%	-82,3%
Rácio combinado (3)	92,7%	83,9%	8,8p.p.

(1) Taxa de sinistralidade de seguro direto = Gastos de contratos de seguros de sinistros ocorridos / Réditos de contratos de seguro

(2) Taxa de sinistralidade líquida de resseguro = (Gastos de contratos de seguros de sinistros ocorridos - Réditos de contratos de resseguro cedido de sinistros ocorridos) / (Réditos de contratos de seguro - Prémios Resseguro Cedido)

(3) Rácio combinado = (Gastos de contratos de seguros de sinistros ocorridos - Réditos de contratos de resseguro cedido de sinistros ocorridos + Custos atribuíveis - Comissões de resseguro) / (Réditos de contratos de seguro - Prémios Resseguro Cedido)

4 ATIVIDADE DA CARAVELA

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A, exerce a sua atividade de seguros e resseguros exclusivamente dos ramos não-vida, com maior destaque os segmentos de Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho. Para além desses segmentos a Caravela comercializa produtos de Saúde, Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil Geral, Assistência, Marítimo, Mercadorias Transportadas e, após autorização dada em outubro de 2023 pela ASF, Caução.

Em 2021, a companhia deu início à expansão internacional da comercialização em livre prestação de serviços (LPS), que tem vindo a complementar o crescimento da produção em Portugal.

4.1 Prémios Brutos Emitidos e Réditos de Contratos de Seguro

4.1.1 Atividade Global

A Caravela encerrou o exercício de 2024 com um volume de prémios brutos emitidos (PBE) de 187,71 milhões de euros, o que representa um acréscimo de produção de 27,45 milhões de euros e uma taxa de crescimento de +17,1%, comparativamente com o período homólogo. Esse crescimento vem refletir o aumento da procura de determinados ramos e a consolidação da Caravela no setor Segurador, tendo a sua quota de mercado no segmento Não Vida, incluindo a atividade em Portugal e no Estrangeiro, crescido 0,14 p.p., passando de 2,36% em 2023, para 2,50% em 2024.

Ao longo do seu percurso, a Caravela tem vindo a apostar numa estratégia de diversificação de produtos, como a comercialização do ramo caução em 2024, fortalecendo assim o seu crescimento e posicionamento no mercado. Além disso, o crescimento tem vindo a ser sustentado pela manutenção do segmento de retalho, pelo alargamento da atividade comercial no estrangeiro e pela presença no segmento empresarial.

Esta expansão contínua foi transversal a praticamente todos os ramos, à exceção do ramo Marítimo e Transportes (-5,2%) que acompanhou a tendência de queda do mercado. O segmento de Acidentes e Doença (+18,1%) foi um dos principais impulsionadores, representando um dos maiores volumes de produção, 60,6 milhões de euros. O ramo de Acidentes Pessoais foi o que mais contribuiu,

U: Euro

ESTRUTURA E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	Prémios Brutos Emitidos		VAR 24/23
	2024	2023	(%)
Acidentes e Doença	60 625 580	51 320 045	18,1%
Acidentes de Trabalho	55 680 522	48 109 892	15,7%
Acidentes Pessoais	3 416 304	1 899 235	79,9%
Doença	1 528 754	1 310 918	16,6%
Incêndio e Outros Danos	21 025 389	17 863 822	17,7%
Automóvel	101 732 855	88 515 629	14,9%
Marítimo e Transportes	158 127	166 727	-5,2%
Mercadorias Transportadas	246 914	210 375	17,4%
Responsabilidade Civil Geral	2 321 475	2 178 902	6,5%
Caução	1 598 299	0	0,0%
TOTAL	187 708 640	160 255 500	17,1%

em termos percentuais, para o crescimento desse segmento, com um aumento de 79,9%. Este crescimento, que contraria a tendência do mercado, deveu-se principalmente ao início da comercialização do produto de acidentes pessoais em viagem em França, representando um peso de 54,9% em 2024. Os ramos de Acidentes de Trabalho e Saúde também demonstraram um crescimento significativo, de 15,7% e 16,6%, respetivamente, tendo sido o ramo de Acidentes de Trabalho aquele que mais cresceu e contribuiu para o segmento em termos absolutos.

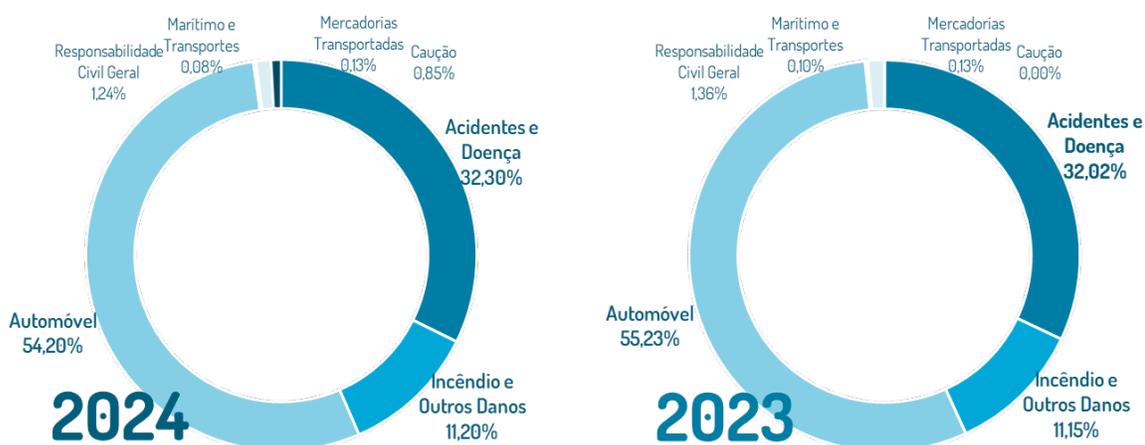
O ramo de Incêndio e Outros danos também se destacou com um crescimento sólido de 17,7%, superando a média do mercado. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento da procura de seguros que visam a proteção do património, no mercado francês, onde a Caravela opera em regime de livre prestação de serviços (LPS). A comercialização de produtos nesse mercado como seguros de construções e montagens, e multirriscos empresarial, teve um papel significativo aproximadamente 19,7% do total.

Relativamente ao ramo Automóvel, um dos principais ramos da Companhia, registou um crescimento de 14,9%, acima da média do mercado, mesmo estando inserido num segmento bastante competitivo.

Embora com resultados menos relevantes, os restantes ramos, nomeadamente, Responsabilidade Civil (+6,5%) e Marítimo e Mercadorias Transportadas (+17,4%), apresentam crescimentos positivos.

O peso relativo dos Prémios Brutos Emitidos (PBE) dos vários ramos, na estrutura da carteira da Companhia dos exercícios de 2023 e 2024, apresenta-se com ligeiras oscilações:

ESTRUTURA DA CARTEIRA EM %



Em 2024, a Caravela continuou a manter um desempenho sólido e consistente, transversal a todos os ramos considerados estratégicos, refletindo a eficácia das iniciativas implementadas e a confiança

do mercado. A expansão contínua registada tem assentado num serviço diferenciado e de elevada qualidade, sempre aliado à estratégia definida, estando estruturada da seguinte forma:

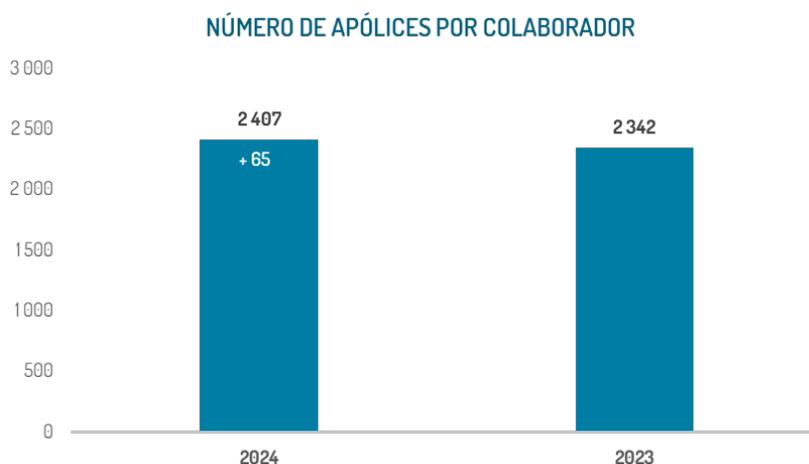
- No segmento de retalho: aposta no desenvolvimento e melhoramento das plataformas de subscrição digital, bem como no alargamento e consolidação da rede de distribuição, garantindo maior acessibilidade e adequação à necessidade dos clientes;
- No segmento empresarial: foco na consolidação dos modelos de subscrição e distribuição, com um acompanhamento de uma gestão proativa da carteira, por forma a promover eficiência e valor acrescentado às empresas.

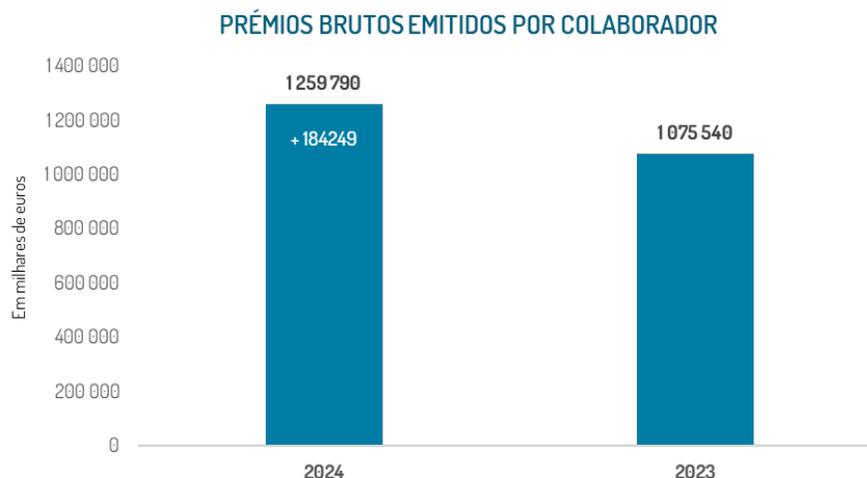
O desenvolvimento da atividade comercial no estrangeiro também tem vindo a fortalecer o crescimento da carteira, especialmente nos segmentos de Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Caução.

Em relação à estrutura dos prémios da carteira em vigor em 2024, a Caravela mantém uma distribuição muito semelhante à do período homólogo, sustentada nos ramos obrigatórios. Confirma-se que os segmentos Automóvel e Acidentes e Doença continuaram a representar o maior peso, com 54,2% e 32,3%, respetivamente, totalizando 86,5% dos prémios em carteira.

Relativamente ao número de apólices em carteira, mantém-se a tendência do ano anterior, com a predominância dos ramos de Automóvel e Incêndio e Outros Danos, representando, respetivamente, 82,3% e 10,9%, totalizando 93,3% das apólices em carteira na Caravela.

A constante evolução tem garantido a continuidade da melhoria da performance no que diz respeito à relação apólice por colaborador e Prémios brutos emitidos (PBE's) por colaborador. Conforme espelhado nos gráficos que se seguem, verificou-se um aumento de 65 apólices por colaborador e um aumento de 184,2 mil euros de PBE's por colaborador, respetivamente.





Assim, atividade supra descrita traduziu-se num crescimento de 16,7% dos réditos de contratos de seguro face a 2023, onde ao desagregar a cobertura de assistência dos segmentos que a Caravela comercializa, constata-se que a mesma representa um peso de cerca 5,0% da carteira em 2024. O segmento Automóvel continua a liderar com um peso de 48,9%, seguindo-se o segmento de Acidentes e Doença com 33,1%. Em termos de crescimento, o segmento de mercadorias transportadas foi o que se destacou com um aumento de 27,7% face ao período homólogo.

U: Euro

RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO	2024		2023		VAR 24/23 (%)
	RCS	Peso	RCS	Peso	
Acidentes e Doença	60 784 001	33,1%	50 825 848	32,3%	19,6%
Incêndio e Outros Danos	20 973 776	11,4%	17 330 998	11,0%	21,0%
Automóvel	89 769 965	48,9%	78 476 367	49,9%	14,4%
Marítimo e Transportes	157 812	0,1%	166 150	0,1%	-5,0%
Mercadorias Transportadas	244 707	0,1%	191 609	0,1%	27,7%
Responsabilidade Civil Geral	2 294 419	1,2%	2 171 628	1,4%	5,7%
Caução	203 977	0,1%	0	0,0%	0,0%
Assistência	9 173 488	5,0%	8 152 653	5,2%	12,5%
TOTAL	183 602 146	100%	157 315 253	100%	16,7%

4.1.2 Atividade internacional

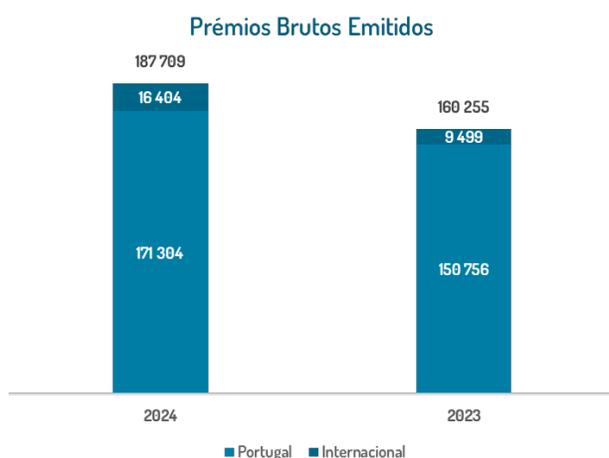
Ao abrigo do n.º 1 do artigo 235.º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e das secções 3.2.1.1. e 3.2.1.2. da decisão sobre a colaboração das Autoridades de Supervisão de Seguros do Espaço Económico Europeu, (BoS-21-235, de 10 de junho de 2021), a Caravela – Companhia de Seguros, S.A. pode exercer

atividade em livre prestação de serviços em Estados Membros da União Europeia, a partir da sua sede em Portugal.

Assim, a Caravela está autorizada a operar em regime de livre prestação de serviços (LPS) nos seguintes países e ramos:

- Em França, está autorizada a operar nos ramos de seguros de incêndio e outros danos, acidentes, responsabilidade civil geral, caução e perdas pecuniárias diversas;
- Na Grécia, está autorizada a explorar nos ramos de seguro automóvel, caução e assistência;
- Nos Países Baixos, está autorizada a operar no seguro automóvel e para o ramo assistência;
- Em Espanha, está autorizada para explorar o ramo do seguro de caução.

Em 2024, as operações em França, Grécia, Espanha e Países Baixos geraram, em conjunto, 16.404 milhares de euros em prémios brutos emitidos, representando cerca de 9% do volume de negócios. Comparativamente com o exercício de 2023, registou-se um aumento de 72,7%, impulsionado pelas novas operações em Espanha e Países Baixos e comercialização de dois novos ramos em França.



Operações em França

A operação em França iniciou-se em 2021, através de uma parceria com a DUNE. Foram três anos de experiência, com resultados satisfatórios na distribuição de um produto que se destina a operações de construção/obras. Em 2024, começaram a ser comercializados os ramos de Acidentes Pessoais e Caução.

Os prémios brutos emitidos do ano ascenderam a 6.058 milhares de euros, que excede a produção de prémios do ano anterior em 29,4%.

Operações na Grécia

A Caravela iniciou as operações na Grécia em fevereiro de 2023, estabelecendo uma parceria com a BROKINS S.A., já ativa no mercado grego como corretora e coordenadora de agentes de seguros.

Em 2024 os prémios brutos emitidos atingiram os 8.178 milhares de euros, registando um aumento de 69,7% face ao período homólogo.

Operação nos Países Baixos

A comercialização efetuada nos Países Baixos com a parceria Biesbosch/The Core, estreou-se em 2024 com a comercialização do ramo automóvel a registar uma produção de prémios brutos de 1.105 milhares de euros.

Operação em Espanha

No último semestre de 2024, a Caravela deu início à operação em Espanha com recurso aos parceiros de negócio Get Involved e Credicand, expandindo a comercialização do ramo de caução, com uma produção de prémios brutos emitidos na ordem dos 1.061 milhares de euros. Esta operação, com réditos de contratos de seguro na ordem dos 144 milhares de euros, representou um peso de 70,8% dos réditos de contrato de seguro totais do ramo caucões.

4.2 Gastos de contratos de seguro

A taxa de sinistralidade global da Caravela em 2024 (Gastos de contratos de seguros de Sinistros ocorridos / Réditos de contratos de seguro), atingiu os 66,5%, representando um aumento de 6.4 p.p., em relação ao exercício de 2023. Os segmentos com maior peso em termos de gastos, continuaram a ser em 2024 o segmento Automóvel e de Acidentes e Doença, que em conjunto representam 82,8% dos gastos de contratos de seguro totais. O segmento Marítimo e Transporte, em termos relativos, registou o maior aumento de gastos (188,6%), seguido pelo segmento de Mercadorias Transportadas (90,7%).

GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO *	2024	2023	VAR 24/23 (%)
Acidentes e Doença	32 648 034	23 220 632	40,6%
Incêndio e Outros Danos	11 329 502	8 287 843	36,7%
Automóvel	68 431 048	54 950 318	24,5%
Marítimo e Transportes	52 774	18 288	188,6%
Mercadorias Transportadas	118 612	62 212	90,7%
Responsabilidade Civil Geral	1 534 071	1 123 444	36,6%
Caução	84 425	0	0,0%
Assistência	7 941 065	6 869 233	15,6%
TOTAL	122 139 530	94 531 970	29,2%

*Gastos de contratos de seguro de sinistros ocorridos

No âmbito do incremento da taxa sinistralidade global evidenciado, quando analisadas as taxas por segmento, verifica-se que a cobertura de Assistência continua a ter o maior rácio de sinistralidade da Companhia, 86,6% em 2024 e 84,3% em 2023, seguindo-se o segmento Automóvel com um rácio de 76,2% em 2024 versos 70,0% em 2023. Relativamente aos segmentos que sofreram os maiores incrementos de gastos, em termos percentuais, são os que efetivamente sofrem maiores

incrementos nas taxas de sinistralidade, 203,8% no segmento de Marítimo e Transporte e 49,3% no segmento de Mercadorias Transportadas, mas permaneceram entre os menores rácios de sinistralidade da Companhia (33,4% 48,5% respetivamente).

TAXA DE SINISTRALIDADE *	2024	2023	VAR 24/23 (%)
Acidentes e Doença	53,7%	45,7%	17,6%
Incêndio e Outros Danos	54,0%	47,8%	13,0%
Automóvel	76,2%	70,0%	8,9%
Marítimo e Transportes	33,4%	11,0%	203,8%
Mercadorias Transportadas	48,5%	32,5%	49,3%
Responsabilidade Civil Geral	66,9%	51,7%	29,2%
Caução	41,4%	0,0%	0,0%
Assistência	86,6%	84,3%	2,7%
TOTAL	66,5%	60,1%	10,7%

*Gastos de contratos de seguros de sinistros ocorridos / Réditos de contratos de seguro

Ao nível do número de sinistros ocorridos, a variação global comparativamente com o período homólogo foi praticamente nula, de apenas 0,1%, com apenas +55 processos de sinistros abertos em 2024. Apesar disso, o ramo de Acidentes de Trabalho originou a abertura de mais 796 processos (+9,3%), sendo esse aumento compensado com a redução do número de abertura de processos de ramos como Incêndio e Outros Danos, -459 (-11,1%), Automóvel, -262 (0,6%), Acidentes Pessoais, -33 (-2,6%), Mercadorias Transportadas, -12 (-57,1%) e Marítimo e Transportes, -1 (-9,1%). O ramo de Responsabilidade Civil Geral teve um ligeiro aumento de 26 processos abertos, com uma variação de 2,4%.

Relativamente ao número de apólices em vigor, houve um aumento de cerca 2,8% em relação ao exercício anterior, enquanto a oscilação ao nível dos sinistros foi de 0,1%, representando, portanto, uma ligeira redução da frequência de sinistralidade global (-0,6%). Acompanhando a tendência de abertura de processos por segmento, Responsabilidade Civil Geral foi o que registou um aumento da frequência face a 2023, + 2,8%, enquanto o segmento de Acidentes de Trabalho contrariou o aumento de 9,3% processos abertos, com uma descida de 10,4% da frequência de sinistralidade face ao período homólogo.

FREQUÊNCIA DE SINISTRALIDADE*	2024	2023	VAR 24/23 (%)
Acidentes	1,7%	2,4%	-27,3%
Acidentes de Trabalho	7,8%	8,7%	-10,4%
Acidentes Pessoais	0,2%	0,4%	-37,7%
Incêndio e Outros Danos	9,7%	10,7%	-9,3%
Automóvel	14,4%	14,6%	-1,4%
Marítimo e Transportes	1,0%	1,0%	-3,0%
Mercadorias Transportadas	3,9%	9,2%	-57,8%
Responsabilidade Civil Geral	19,2%	18,7%	2,8%
Caução	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	16,2%	16,3%	-0,6%

* - Nota: Não inclui os sinistros de Assistência em Viagem

4.3 Resseguro

No âmbito da política de resseguro da Caravela existem Tratados de Resseguro Proporcional, Tratados de Resseguro Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo, ou seja, modalidades de Resseguro adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Caravela para o ano de 2024 e relativamente ao mercado português, sofreu alterações em comparação com o ano anterior, no que diz respeito aos Resseguradores envolvidos, bem como à existência de novos tratados proporcionais para o ramo Automóvel e para a carteira específica de Acidentes de Trabalho do Desporto Profissional.

Em 2024 iniciou-se a exploração do ramo Cauções em Portugal, assim como no mercado espanhol e francês. Para este ramo foram aprovados tratados proporcionais, específicos para cada geografia.

Em relação às restantes carteiras exploradas internacionalmente, na Grécia e Países Baixos, mantêm-se os tratados proporcionais e não proporcionais iniciados em 2023, não se verificando qualquer alteração nos mesmos.

No que respeita aos tratados proporcionais aplicáveis aos ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente negociado em 2023.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil Geral, não houve qualquer alteração ao nível da prioridade nem das capacidades, mantendo-se o limite anual agregado no Tratado Automóvel – Danos Próprios.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada.

Desta forma, nas renovações dos tratados, o rating mínimo exigido a um Ressegurador é de “A-“, de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais resseguradores, bem como o respetivo rating a 31/12/2024:

Resseguro 2024	
Ressegurador	Rating S&P
Axis Re	A+
CCR Re	A
DEVK Re	A+
Hannover Re	AA-
Helvetia	A+
Munich Re	AA
Nacional Re	A
Odyssey Re	A+
R+V	A+
Swiss Re	AA-

Relativamente às rubricas que contribuem para o resultado de resseguro cedido da Companhia, verificou-se um crescimento significativo, tanto ao nível de prémios cedidos (+77,2%), quanto de comissões (+98,2%), devido ao aumento do volume de negócios de resseguro cedido. Desta forma, o resultado do resseguro piorou ligeiramente, em 43 milhares de euros, devido também a um menor peso dos sinistros cedidos.

U: Euro

RESSEGURO CEDIDO	2024	2023	VAR 24/23 (%)
Prémios	(57 192 433)	(32 269 250)	77,2%
Comissões	13 158 984	6 639 457	98,2%
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	42 426 334	24 065 870	76,3%
Resultado	(1 607 116)	(1 563 923)	2,8%

4.4 Passivos de contratos de seguro

Os passivos de contratos de seguro em 2024 ascenderam a 171.506 milhares de euros, resultando numa variação de 20,0% (+28.625 milhares de euros) em relação a 2023. Este aumento deveu-se à contribuição das responsabilidades relativas a serviços passados, que cresceu 21,1% (26.104 milhares de euros) em relação ao período homólogo.

U: Euro

PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO	2024	2023	VAR 24/23 (%)
Passivos de contratos de seguro do ramo não vida			
De serviços futuros	21 595 767	19 074 292	13,2%
De serviços passados	149 910 608	123 806 795	21,1%
Total	171 506 375	142 881 088	20,0%

4.5 Investimentos

Os Investimentos financeiros em 2024 cresceram 31.801 milhares de euros, comparativamente ao período homólogo, traduzindo um crescimento de 20,2%. Os Ativos Mobiliários foram os que mais contribuíram para esse crescimento, com maior exposição das Obrigações Diversas, que registaram um incremento na ordem dos 24.370 milhares de euros (+34,4%).

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a OFI Asset Management, prestador de serviços de gestão de investimentos, tem sido executada de acordo com a política de investimentos da Companhia. Tal como nos anos anteriores esta gestão orienta-se por critérios de prudência, segurança e liquidez, respeitando as recomendações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA).

No quadro seguinte, apresenta-se o resumo da situação registada a 31 de dezembro de 2024:

U: milhares de euros

Carteira de Ativos	2024			2023			VAR 24/23 (%)
	Valor	Peso %	Peso %	Valor	Peso %	Peso %	
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública*	16 722	10,3%	8,8%	15 380	11,5%	9,8%	8,7%
Obrigações Diversas*	95 238	58,4%	50,3%	70 868	53,2%	45,0%	34,4%
Ações e Fundos de Investimentos	21 744	13,3%	11,5%	27 780	20,8%	17,6%	-21,7%
Empréstimos e contas a receber	970	0,6%	0,5%	429	0,3%	0,3%	126,2%
Fundos de tesouraria	13 206	8,1%	7,0%	4 131	3,1%	2,6%	219,6%
Depósitos a prazo	8 696	5,3%	4,6%	6 910	5,2%	4,4%	25,9%
Depósitos à ordem	6 499	4,0%	3,4%	7 832	5,9%	5,0%	-17,0%
Sub-total	163 074	100%	86,2%	133 330	100%	84,6%	22,3%
Ativos Imobiliários							
Imóveis	26 195		13,8%	24 234		15,4%	8,1%
Sub-total	26 195		13,8%	24 234		15,4%	8,1%
TOTAL	189 269		100,0%	157 565		100,0%	20,1%

* Valorização com juros decorridos

A exposição a títulos de dívida pública aumentou 8,7%, face a 2023, enquanto a exposição a ações e fundos de investimento diminuiu 6.036 milhares de euros. De salientar também o investimento em imóveis com uma variação de 8,1%, em relação a 2023, devido à sua revalorização. Esta exposição

deve-se essencialmente ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, considerando Fundos de Tesouraria, Depósitos a Prazo e Depósitos à Ordem, registou uma variação global de +50,5% em relação a 2023, devido essencialmente ao aumento do investimento em Fundos de Tesouraria (+219,6%). No entanto, esta variação está em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

Os resultados financeiros apresentam em 2024 um aumento de 2.293 milhares de euros (+57,8%) em relação ao período homólogo, devido essencialmente a uma revalorização dos imóveis que representaram um peso de 75,7% das mais-valias, destacando-se o acréscimo dos rendimentos gerados de 140,2%.

U: milhares de euros

Resultados Financeiros	2024	2023	VAR 24/23 (%)
Rendimentos de investimentos	3 590	2 855	25,8%
Ganhos ou perdas de investimentos	2 669	1 111	140,2%
TOTAL	6 259	3 966	57,8%

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 3,7% em 2024, um aumento de 0.85 p.p. face a 2023.

4.6 Custos Operacionais

4.6.1 Evolução dos custos

O total de Custos Operacionais atingiu os 21.077 milhares de euros em 2024, representando um aumento de 16,0%, em relação ao período homólogo. Esse aumento de 2.906 milhares de euros, foi atribuído ao crescimento generalizado nas diversas rubricas de gastos.

O total de custos operacionais referido não inclui a rubrica de Remunerações de Mediação.

U: milhares de euros

Custos Operacionais	2024	2023	VAR 24/23 [%]
Gastos com o pessoal	9 048	8 263	9,5%
Fornecimentos e serviços externos	8 264	6 946	19,0%
Impostos e Taxas	1 607	937	71,4%
Amortizações do Exercício	1 454	1 416	2,7%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	0,0%
Juros Suportados	278	269	3,4%
Comissões	427	339	25,7%
TOTAL	21 077	18 171	16,0%

4.6.2 Quadro de Pessoal

Em 2024 o número de efetivos no final do período manteve-se nos 149 colaboradores, registando ao longo do ano 11 saídas e 11 entradas de colaboradores.

Salienta-se o aumento de 17,1% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo devido ao aumento do volume de negócios.

Quadro de pessoal	2024	2023	VAR 24/23 [%]
Efetivos no início do período	149	140	6,4%
Entradas	11	17	-35,3%
Saídas	11	8	37,5%
Efetivos no final do período	149	149	0,0%
Género masculino	70	73	-4,1%
Género feminino	79	76	3,9%
Prémios Brutos Emitidos Por Colaborador*	1 260	1 076	17,1%

* Em milhares de euros

Em 2024, a faixa etária de 41 a 50 anos continua a ser a faixa com maior expressão. Globalmente registou-se face a 2023 aumento de 3 colaboradores do género feminino e um decréscimo de 3 colaboradores do sector masculino. A idade média aumentou para 45 anos, dada a elevada retenção de colaboradores registada.

Faixa Etária	2024		2023	
	Gênero masculino	Gênero feminino	Gênero masculino	Gênero feminino
até 30 anos	6	9	8	6
De 31 a 40 anos	14	18	15	18
De 41 a 50 anos	26	34	30	38
De 51 a 60 anos	17	17	15	13
Mais de 61 anos	7	1	5	1
Total	70	79	73	76
Idade Média	45		44	

4.7 Gestão de riscos

O Conselho de Administração é a quem incumbe estabelecer a adequada estrutura organizacional e operacional, cabendo-lhe também assegurar a eficácia do sistema de gestão de riscos, a definição do apetite pelo risco e os limites globais de tolerância ao mesmo, bem como as principais estratégias e políticas de gestão de risco.

Neste contexto, a CARAVELA tem implementada uma política e sistema de gestão de riscos que inclui:

- a definição das regras e procedimentos para identificar, hierarquizar, mensurar os riscos e os ativos, passivos e operações associados a esses riscos;
- análises qualitativas e quantitativas de risco adequadas,
- a definição de níveis de tolerância a respeitar para cada risco.
- a definição e monitorização de indicadores de alerta para deteção atempada dos riscos.

A política de gestão de riscos abrange entre outras as áreas de Investimentos e Gestão de Ativos / Passivos, Gestão de Risco de Liquidez, Subscrição e Provisionamento, Resseguro; Risco operacional.

A Companhia tem na sua *governance* instituídas a Função de Gestão de Risco, Função de Verificação de Cumprimento, Função Atuarial e Função de Auditoria Interna, cujos detalhes estão descritos no capítulo Relatório do Governo Societário e que lhe permitem operar com os necessários níveis de adequacidade do seu sistema de controlo interno.

4.8 Margem de Solvência

A margem de solvência em 2024 apresenta uma evolução favorável face ao período homólogo, passando de 148% para 154,1%. Este rácio foi influenciado pelo aumento do requisito de capital originado pelo crescimento orgânico da Caravela, por alienações de participações de investimento com impacto no risco de mercado, pela política de mitigação de riscos, em particular por novos

tratados de resseguro. A Companhia estimou os rácios de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) a 31 de dezembro de 2024, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

Com estes valores, a Companhia supera confortavelmente o objetivo de capital e, conseqüentemente, o requisito regulamentar.

De realçar que os dados supra constituem uma estimativa em resultado da monitorização do rácio de solvência de acordo com o Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Os objetivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão de riscos financeiros estão comentados na nota 29 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

4.9 Capital Próprio

A 31 de dezembro de 2024, o capital social mantém-se em 44.388.315,20 de euros, totalmente subscrito, realizado e representado por 79.056.677 ações sem valor nominal.

Relativamente às Reservas de reavaliação, esta rubrica apresentou um crescimento de 222,3%, derivado da descida nas taxas de juro de mercado, que impactou os instrumentos de dívida (um aumento de 1.543.815,78 euros em relação a 2023) e pela revalorização de instrumentos de capital (+6,1%). Quanto à Reserva da componente financeira dos contratos de seguro, houve uma melhoria de 12.996.990,70 euros em relação a 2023, devido à evolução macroeconómica das taxas de juro e à adoção de uma estrutura de taxa de juro para um portfólio de referência relativo à carteira de Acidentes de Trabalho.

O rendimento integral de 2024 atingiu 2.138.212,88 de euros (2023: 12.097.809,27 euros). O resultado líquido foi negativo no montante de 5.687.453,71 euros (2023: 7.013.006,99 euros) em resultado de uma revisão abrangente dos serviços passados.

No que concerne à aplicação de resultados, propõe-se a transferência do montante do resultado do exercício de 2024 para a conta de Resultados Transitados.

U: milhares de euros

CAPITAL PRÓPRIO	2024	2023	VAR 24/23 (%)
Capital	44 388	44 388	0,0%
Reservas de reavaliação	2 863	888	222,3%
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	20 169	7 172	181,2%
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(10 426)	(5 494)	89,8%
Reserva por impostos	(2 899)	(686)	322,9%
Outras reservas	24 942	17 929	39,1%
Resultados transitados	(3 844)	(3 844)	0,0%
Resultado do exercício	(5 687)	7 013	-181,1%
TOTAL	69 505	67 367	3,2%

5 EVOLUÇÃO PARA 2025

Para 2025, as perspetivas para a economia mundial são animadoras, com previsões de estabilização do produto interno bruto (PIB), impulsionadas pela continuidade do corte das taxas de juros, à medida que a inflação desacelera nas principais economias do mundo. Os Estados Unidos, que continuam a liderar o ranking mundial, desempenham um papel central nesse cenário.

No entanto, apesar das perspetivas otimistas, os riscos geopolíticos continuam a ser uma ameaça ao crescimento das economias avançadas, emergentes e em desenvolvimento. De igual modo, as políticas protecionistas de alguns países e incertezas ao nível político, social e de desempenho da atividade económica de algumas economias, designadamente das maiores economias europeias, que poderão arrastar economias periféricas como a portuguesa, criam, também, ameaças no horizonte.

Por outro lado, a volatilidade dos mercados, com potenciais desvalorizações dos ativos de magnitude imprevisível, podendo traduzir-se num aumento dos prémios de risco, transversal a toda a tipologia de ativos (ações, obrigações, imobiliário, ...) e com impacto em termos de imparidades, as alterações climáticas e a transição para uma economia sustentável e de baixo carbono, os riscos cibernéticos, em função da massificação do processo de digitalização, da maior dependência de soluções remotas, digitais e com recurso a inteligência artificial, encerram também para 2025, riscos de governação, reputacionais, legais e tecnológicos, bem como desafios crescentes ao nível da alocação de capital e gestão de riscos.

A previsão de crescimento da economia portuguesa para 2025, traduzindo-se na manutenção da taxa de desemprego em níveis relativamente baixos, a expectativa de abrandamento das pressões inflacionistas, a aplicação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que visa os objetivos de contribuir para uma sociedade mais resiliente do ponto de vista social, do potencial produtivo e da competitividade territorial, reforçam o otimismo atrás citado.

Neste contexto, perspetiva-se a continuação do crescimento do mercado segurador Não vida, onde a Caravela opera.

A Caravela propõe-se a consolidar o ciclo estratégico concretizado na última década, reforçar a rentabilidade e continuar a apostar na expansão da comercialização em livre prestação de serviços através de rede internacional, como área em desenvolvimento e de complementaridade ao crescimento em Portugal.

De igual modo, para o mercado retalho, a Companhia manterá a aposta no modelo colaborativo multicanal e tem como objetivo fortalecer a oferta para o business to business to *consumer* (B2B2C). Para o mercado PMEs prosseguiremos com a solidificação da relação existente.

A inovação continuará a ser um eixo central para nos permitir consolidar vantagens competitivas no mercado, tornando visível a nossa oferta e proposta de valor, os nossos serviços, conseguindo dessa forma a satisfação, fidelização e recomendação dos nossos Clientes.

O desenvolvimento tecnológico e avanços adicionais ao nível da inteligência artificial são igualmente metas de curto prazo da nossa Companhia.

Como eixo central da nossa atuação estará também a Sustentabilidade, promovendo a resiliência climática e fomentando a inclusão no negócio e marca.

Junto dos nossos Parceiros, pretendemos continuar a criar sinergias de longo prazo que nos permitam evoluir e crescer em conjunto, distribuindo valor entre as partes, confiando e investindo para o sucesso de ambos.

Iremos continuar a promover uma cultura colaborativa de aprendizagem, desenvolvimento e bem-estar a par de uma comunicação integrada, responsável e humanizada.

Para o exercício 2025 mantemos a ambição de cumprir as metas financeiras, perenidade da Companhia e desenvolver relações sólidas e de confiança que potenciem o nosso desempenho.

Junto dos demais *stakeholders*, liderando pelo exemplo, colaborando em projetos e iniciativas sustentáveis que promovam o bem comum e onde haja valor acrescentado para as partes.

6 EVENTOS SUBSEQUENTES

No âmbito do preconizado pela IAS 10, até à data de emissão das presentes Demonstrações Financeiras, não foram identificados quaisquer eventos subsequentes que as afetem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva no desenvolvimento e na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal pela disponibilidade para o acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração reitera o agradecimento à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões por todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício ora terminado.

Lisboa, 06 de março de 2025

O Conselho de Administração,

Luís Cervantes
Presidente

David Angulo
Vice-Presidente

Fabrizio Cesário
Vogal

Félix Carrillejo
Vogal

George Koulouris
Vogal

Pedro Mata
Vogal

Beatriz Pereira
Vogal

Relatório & Contas 2024

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

1 MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo da sociedade, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, segue o tradicional modelo latino e é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo;

e, ainda, pela **Comissão de Remunerações**, por **funções chave** - Função de Gestão de riscos, Função de Verificação de Cumprimento, Função Atuarial e Função de Auditoria Interna - e por um conjunto de **comitês de apoio** ao Conselho de Administração.



Figura 1: Estrutura Organizacional da Caravela

Assembleia Geral

À Assembleia Geral compete o disposto na lei e, em especial, eleger a respetiva mesa, os membros do Conselho de Administração, os membros do Órgão de Fiscalização, assim como fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos por quatro anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

A 31 de dezembro de 2024, a identificação dos membros da Assembleia Geral consta da secção - Órgãos Sociais - do presente Relatório & Contas.

Conselho de Administração

De acordo com o art.º 11.º dos Estatutos da Sociedade, a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete membros, nomeados pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Assim, o atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2023 a 2026, é composto por

sete administradores, sendo um deles Presidente, outro Vice-presidente e cinco Vogais. A 31 de dezembro de 2024, a identificação dos membros do Conselho de Administração consta da secção – Órgãos Sociais – do presente Relatório & Contas.

O Conselho de Administração, como órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade.

Nos termos do art.º 12.º dos estatutos da Caravela cabe-lhe, em especial:

- A gestão da Sociedade, praticando todos os atos que se enquadrem no seu objeto social;
- A aquisição, oneração e alienação de todos os bens e direitos da Sociedade;
- A celebração de quaisquer contratos de financiamento e a realização de outras operações de crédito;
- A definição da organização e dos métodos de trabalho da Sociedade;
- A aprovação dos planos anuais e respetivos orçamentos;
- A delegação dos seus poderes a um ou mais dos seus membros e/ou procuradores;
- A criação de conselhos consultivos;
- A execução e o cumprimento das disposições legais, bem como das deliberações da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, e um membro suplente, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo também reelegíveis. Estes membros são eleitos pela Assembleia Geral que também designa o respetivo Presidente.

A identificação dos membros do Conselho Fiscal a 31 de dezembro de 2024 consta da secção – Órgãos Sociais – do presente Relatório & Contas.

Revisor Oficial de Contas

A fiscalização da sociedade é ainda exercida por um Revisor Oficial de Contas, estando nomeada uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas como membro efetivo e um Revisor Oficial de Contas como membro suplente, ambos independentes, tendo sido eleitos pela Assembleia Geral pelo período de quatro anos.

A identificação da sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o seu membro efetivo e o Revisor Oficial de Contas, a 31 de dezembro de 2024, consta da secção – Órgãos Sociais – do presente Relatório & Contas.

Comissão de Remunerações

A comissão de remunerações é composta por três membros – sendo um deles o Presidente – designados pela Assembleia Geral e também eles por períodos de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

A 31 de dezembro de 2024 a comissão de Remunerações é constituída pelos seguintes membros:

- Fabrizio Cesário – Presidente
- Dalila Pinto de Almeida
- Hugo Salgueiro

Os membros da Comissão de Remunerações não são remunerados.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorado nessa missão pelas funções chave prevista no enquadramento jurídico da atividade seguradora (RJASR – Lei 147/2015 de 9 de setembro) e pelos comités especializados, que a nível do governo societário contribuem para o processo de decisão.

As funções chaves com o enquadramento jurídico estabelecido pela Lei 147/2015, supracitado, estabelecidas na sociedade são:

- Função Atuarial – função a quem compete: a) Coordenar o cálculo das provisões técnicas; b) Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas; c) Avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas; d) Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados; e) Informar o órgão de administração sobre o grau de fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas; f) Emitir parecer sobre a política global de subscrição; g) Emitir parecer sobre a adequação dos acordos de resseguro; h) Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.
- Função de Verificação de Cumprimento – esta função estabelece uma política de cumprimento e um plano em matéria de cumprimento, sendo que a política de cumprimento define as responsabilidades, as competências e os deveres de prestação de informações da função de verificação do cumprimento. O plano em matéria de cumprimento estabelece as atividades previstas da função de verificação do cumprimento, que tem em conta todos os domínios relevantes das atividades das empresas de seguros e de resseguros e a sua exposição ao risco de cumprimento.

- Função de Gestão de Riscos - a função de gestão de riscos inclui: (a) Assistência ao órgão da administração no âmbito do funcionamento eficaz do sistema de gestão de riscos; (b) Monitorização do sistema de gestão de riscos; (c) Monitorização do perfil de risco geral da empresa como um todo; (d) Comunicação de informações pormenorizadas sobre exposições ao risco e aconselhamento ao órgão de administração em matéria de gestão de riscos, incluindo no atinente a questões estratégicas, como a estratégia empresarial, fusões e aquisições e grandes projetos e investimentos; (e) Identificação e avaliação dos riscos emergentes.
- Função de Auditoria Interna - função objetiva e independente das funções operacionais a quem compete aferir da adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação, bem como comunicar ao Conselho de Administração as conclusões e recomendações, o qual determina as medidas a adotar relativamente a cada uma das conclusões e recomendações e assegura que tais medidas sejam executadas.

Os comités que fazem parte do modelo de governo da sociedade são:

- Comité de Auditoria Interna - visa analisar a implementação das recomendações de auditoria interna aprovadas pelo Conselho de Administração, envolver os diferentes *stakeholders* para sua concretização bem como recolher todas as informações úteis ao Conselho de Administração;
- Comité de Investimentos e ALM - tem como foco recomendar a estratégia de Alocação de Ativos, avaliar novos investimentos, bem como monitorar a respetiva implementação dentro dos seus limites de competência, os quais são fixados na política de investimentos fixada pelo Conselho de Administração;
- Comité de Risco e Verificação de Cumprimento - tem como missão garantir que os riscos são geridos de maneira eficaz e conforme preconizado na política de gestão de riscos bem como relevar o cumprimento do normativo interno e externo da sociedade;
- Comité de Tecnologia & Inovação - visa acompanhar os projetos estratégicos da sociedade bem como acompanhar a evolução tecnológica ao nível da sua arquitetura e inovações, e ainda, inovações processuais ao nível do negócio;
- Comité de Subscrição & Pricing - visa monitorar a evolução técnica dos produtos, evolução do *pricing* dos mesmos, ajustar regras de subscrição; aprovar / rever novos produtos, conforme delegação de competências fixa na política de Processo de Aprovação de Produtos;
- Comité de Sinistros - tem como missão avaliar a evolução operacional da regularização dos sinistros, relação com prestadores, serviço ao cliente;
- Comité de Direção e Comitês Sectoriais - comités de partilha com os seus membros e

colaboradores em geral quanto ao plano estratégica e atividade da sociedade bem como dos seus projetos estratégicos.

2 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Na definição da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, a Comissão de Remunerações, nomeada em Assembleia Geral da Caravela, considera como referência as condicionantes internas da empresa, as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no setor financeiro e de outras seguradoras.

Ao considerar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, há que distinguir entre os não executivos e os executivos:

- Os membros não executivos são remunerados por um valor fixo, não incluindo nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da empresa;
- Os membros executivos são remunerados uma quantia fixa definida pela Comissão de Remunerações, com respeito pelos limites estabelecidos na lei e nos estatutos da sociedade; na eventualidade de vir a ser instituída uma remuneração variável, a mesma seguirá os princípios enunciados na presente Política e, ainda, as seguintes regras específicas:
 - i Anualmente, a Comissão de Remunerações fixará os objetivos e indicadores aplicáveis a cada membro executivo que permitam mensurar o desempenho individual, mas também o coletivo da Caravela;
 - ii Naquela fixação, serão adotados critérios predeterminados e mensuráveis, financeiros que sejam ajustáveis em função do risco, e ainda critérios não financeiros, ambos alinhados com os objetivos estratégicos da empresa e de modo a promover a sustentabilidade;
 - iii A avaliação de desempenho será efetuada pelo Conselho Fiscal;
 - iv A remuneração variável terá no máximo um peso de 40% (quarenta por cento) face à remuneração global, sem diferimento;
 - v Havendo diferimento, aquela remuneração variável poderá atingir o valor de 120% (cento e vinte por cento).

Nos termos da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, a Caravela divulga anualmente informação sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da empresa.

Não existem outros benefícios não pecuniários relevantes que devam ser considerados, para efeitos das Normas 5/2010-R e 4/2022-R, da ASF.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Comissão de Remunerações e atualizada periodicamente.

3 REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (NOS TERMOS DO ART.º 29º DA LEI N.º 28/2009 DE 19 DE SETEMBRO)

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas nos quadros seguintes:

3.1 Agregado

U: Euro

2024	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração TOTAL Anual
Conselho de Administração	975 052	0	975 052
Conselho Fiscal	54 850	0	54 850
TOTAL	1 029 902	0	1 029 902

3.2 Individual

U: Euro

Título	Assembleia Geral	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração TOTAL Anual
Presidente	Nuno Miguel Marques dos Santos Horta	1500	0	1500
Secretário	Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo	0	0	0
TOTAL	TOTAL	1500	0	1500

U: Euro

Título	Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração TOTAL Anual
Presidente	Luís Filipe Sampaio Cervantes	272 119	0	272 119
Vice-Presidente	David Angulo Rubio	55 000	0	55 000
Vogal	Fabrizio Cesário	0	0	0
Vogal Executivo	Félix Serrano Sanchez Carrillejo	212 964	0	212 964
Vogal	George Koulouris	0	0	0
Vogal Executivo	Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa*	71 378	0	71 378
Vogal Executivo	José Paulo de Castro Trigo**	151 222	0	151 222
Vogal Executivo	Pedro Miguel Ferreira Mata	148 463	0	148 463
Vogal Executivo	Beatriz da Conceição Macário Aguiar da Rosa Pereira	63 906	0	63 906
TOTAL	TOTAL	975 052	0	975 052

* cessou funções em abril 2024, dando lugar a Pedro Mata em maio

** cessou funções em setembro 2024, dando lugar a Beatriz Pereira em outubro

U: Euro

Título	Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração TOTAL Anual
Presidente	Manuel Augusto Lopes de Lemos	24 600	0	24 600
Vogal	José Elísio Lopes da Siva Quintas	13 400	0	13 400
Vogal	José António Truta Pinto Rabaça	16 850	0	16 850
TOTAL	TOTAL	54 850	0	54 850

4 REMUNERAÇÃO DO AUDITOR/REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59.º e 60.º do DL n.º 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. n.º 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os honorários de 2024 e os montantes liquidados, à data de elaboração do presente relatório, foram os seguintes:

U: Euro

Descrição dos Honorários ROC	2024	
	Honorários	Liquidados
Solvência II		
PWC	30 573	
Revisão Oficial de Contas		
PWC	104 012	78 008
Outros Serviços (*)		
PWC	22 072	
TOTAL	156 658	78 008

(*) Inclui 12.300 euros que irão ser faturados pela PWC do Luxemburgo

5 PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA SEGURADORA (ART.º 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Nome	Número de ações detidas a 31 de dezembro de 2024
Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Âncoras de Júpiter Unipessoal, Lda.)	3 288 760

Relatório & Contas 2024

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da política de remunerações é formalizar e definir os princípios e procedimentos seguidos pela Caravela para que todos os seus colaboradores tenham uma retribuição de acordo com as funções que desempenham e com o efetivo resultado da sua atividade, na prossecução de uma cultura de risco prudente e responsável, e garantido que a remuneração está alinhada com a estratégia e objetivos da Companhia, em cumprimento de todo o enquadramento legal e regulamentar em vigor, prevenindo eventuais conflitos de interesses que seja coerente com os valores e interesses a longo prazo da empresa, designadamente com as perspetivas de crescimento e rendibilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

De acordo com as determinações constitucionais e legais, nas quais se destaca especialmente o Código do Trabalho, a Caravela tem instituídas políticas e práticas de remuneração que visam a igualdade e paridade, por isso não discriminatórias, nomeadamente em relação ao género.

A política global de remuneração tem em conta o diferente contributo dos diversos órgãos e funções para a concretização dos objetivos anuais e plurianuais da Caravela; neste pressuposto, as funções são descritas e avaliadas através de metodologias e critérios de avaliação específicos, que garantem transparência e isenção, em linha com as melhores práticas do mercado em termos de credibilidade e de fiabilidade no alinhamento dos objetivos e apuramento dos resultados.

Inspirada e baseada em princípios de equilíbrio, proporcionalidade, responsabilidade, transparência e justiça, a Política de Remuneração é estabelecida numa perspetiva de continuidade e de prudente gestão de riscos, integrando a devida consideração dos fatores de sustentabilidade; e tem necessariamente como referência quer a situação económica nacional, quer a estratégia a curto e médio prazo da Caravela, vetores determinantes e basilares para uma justa e correta implementação dessa política.

Concretizando com maior detalhe:

- As bandas salariais existentes e praticadas permitem garantir o respeito pela equidade interna ao nível da política de remuneração, e igualmente servem de garante relativamente à remuneração fixa e à eventual remuneração variável;
- Em nenhum caso é permitido às pessoas sujeitas a esta política utilizar estratégias pessoais de cobertura ou seguros de remuneração ou de responsabilidade civil que possam comprometer os efeitos de alinhamento com os riscos subjacentes às respetivas modalidades de remuneração;
- Os pagamentos de indemnizações por cessação de funções terão sempre em consideração a legislação e o normativo regulamentar em vigor, devendo sempre o respetivo montante ser relacionado com o desempenho demonstrado; da mesma forma, tais pagamentos não

poderão recompensar situações de insucesso, devendo ser efetuados perante as limitações e condicionantes legais e contratuais existentes em cada momento e em cada caso.

Entre as suas finalidades, a Caravela persegue o objetivo de crescimento a longo prazo, integrando a sustentabilidade no seu negócio e atuando como um parceiro fundamental dos seus *stakeholders*.

Os compromissos de sustentabilidade são uma das prioridades do negócio da Companhia, plenamente integrados na política de remuneração e no sistema de incentivos ligados à criação de valor a curto, médio e longo prazo, porquanto esta Política é em cada momento fixada em função do plano estratégico da empresa que integra esses compromissos.

Assim, nos objetivos de desempenho dos Colaboradores poderão ser adotadas medidas que, dependendo da função exercida, considerarão distintos graus de relevância.

2 ENQUADRAMENTO LEGAL

A Política de Remuneração da Caravela é estabelecida em obediência aos princípios gerais e respeitando o disposto no artigo 275.º do Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro (adiante, o “Regulamento Delegado”), no artigo 78.º, n.º 2 da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) n.º 4/2022, de 26 de abril e, finalmente, no artigo 5.º do Regulamento (EU)2019/2088, de 27 de novembro, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (comumente referido pela sigla e designação inglesas SFDR – *Sustainable Finance Disclosure Regulation*).

3 COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO

A remuneração dos trabalhadores da Caravela engloba obrigatoriamente uma componente fixa, podendo, em algumas funções, ser também considerada uma componente variável.

Em termos práticos, a componente fixa resulta da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho afetos ao setor segurador – mais concretamente o Acordo de Empresa (AE) – sendo adequada ao pagamento do trabalho realizado.

A remuneração fixa é a principal componente da remuneração. É uma forma de garantir a necessária e suficiente estabilidade remuneratória de cada colaborador da Caravela permitindo que, independentemente de fatores externos ao exercício da sua função ou ao seu desempenho, seja possível a sua permanente manutenção e atribuição.

É baseada em critérios de enquadramento legal e contratual, de avaliação da equidade interna e competitividade externa e das diferentes características e competências associadas ao colaborador e

por este demonstradas.

A remuneração fixa é composta por diversas componentes, que têm em conta fundamentalmente três aspetos:

- O quadro legal a que a empresa está obrigada por aplicação do AEI, assinado a 13 de março de 2024 e publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 18, de 15 de maio de 2024;
- A avaliação subjacente a critérios de equidade interna e competitividade externa da função;
- As competências do colaborador, nomeadamente a experiência profissional, a qualificação, a competência técnica e o seu potencial, efetivamente refletidas no seu desempenho funcional.

A Caravela não tem instituída nenhuma prática de remuneração variável; não obstante, tem definidos os princípios a seguir quando tal se revele oportuno e desejável para o atingimento dos objetivos da empresa. Nesta medida, enunciam-se os princípios e regras a considerar no que respeita à remuneração variável:

- Alinhamento com o plano estratégico da empresa;
- Definição anual de objetivos e consequentes planos de ação setoriais, definidos pelas hierarquias, sempre alinhados com o plano de ação anual que concorre para o objetivo global da Caravela;
- Associada aos resultados da empresa;
- Associada ao resultado da avaliação de desempenho do colaborador;
- Tendo em conta o nível de influência nos resultados da empresa, a sua percentagem sobre a remuneração global varia de acordo com as funções exercidas, em função da maior ou menor complexidade, responsabilidade e autonomia das mesmas;
- Poderá, no limite, ser inexistente, tendo em consideração quer o processo de avaliação de desempenho individual - que tem por referência um quadro plurianual -, quer os resultados da companhia;
- Sempre que exista e que seja considerada necessária, esta componente variável pode ser paga com um período de diferimento que tenha em conta o horizonte temporal das atividades da Caravela e que, em situação extrema, pode não ser efetuado, sempre e quando o colaborador contribua para a deterioração relevante do desempenho da empresa em qualquer ano do período de diferimento;
- Este diferimento aplicar-se-á a todas as componentes variáveis, independentemente da sua relação com o desempenho de curto ou longo prazo do colaborado, e deve abranger um período não inferior a três anos, sendo fixado em função da natureza da atividade, dos

riscos inerentes à mesma e também das atividades específicas dos trabalhadores abrangidos;

- Nesta medida, a parte substancial da remuneração variável sujeita a um período de diferimento será determinada em função crescente do seu peso relativo face à remuneração fixa, aumentando significativamente a percentagem diferida em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador abrangido; considera-se substancial o diferimento de 40 % (quarenta por cento) da remuneração variável, sem prejuízo de a Caravela se reservar o direito de deferir percentagens superiores em casos de remunerações variáveis muito elevadas ou em função do perfil de risco da Companhia;
- O diferimento não será aplicável à remuneração variável que venha a ser estipulada e atribuída aos colaboradores das áreas operacionais, verificados que estejam os pressupostos estabelecidos e cumpridos os requisitos definidos;
- Finalmente, e tendo presente que a remuneração variável apenas poderá ser paga perante a existência de resultados positivos nos respetivos exercícios de referência, a Caravela determina que esta mesma remuneração poderá estar sujeita a ajustamentos em baixa, sempre e quando a situação financeira o determine.

4 REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES DE TOPO E TITULARES DE FUNÇÕES-CHAVE

Todos os trabalhadores que se enquadram na definição de diretores de topo e funções-chave da empresa - a função de gestão de risco, a função de verificação do cumprimento, a função atuarial e a função de auditoria interna, assim como outras funções que confirmam influência significativa no perfil de risco da empresa, a definir superiormente pelo Conselho de Administração, assessorado pela área de gestão de riscos, devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício dessas funções.

A definição e aprovação de toda a política global para estas funções é efetuada pelo Conselho de Administração, tendo em conta todos os instrumentos referidos neste documento.

5 AVALIAÇÃO

A Avaliação de Desempenho é a ocasião para se avaliar o desempenho do ano findo e para se comunicarem os objetivos da Companhia para o (s), exercício (s) seguinte (s), discutir a sua filosofia e procurar descobrir a melhor forma de conciliação dos objetivos individuais com os objetivos organizacionais e empresariais.

Embora um processo de avaliação não possa deixar de ter uma componente emocional, pretende-se dos avaliadores um esforço no sentido da maior objetividade possível e do estabelecimento de justiça no seio das equipas, de forma que os resultados obtidos – que terão impactos nas eventuais remunerações variáveis –, sejam os mais objetivos possíveis.

O processo de avaliação de desempenho desenvolve-se em 7 blocos de análise:

- Competências Transversais;
- Competências Funcionais;
- Competências Específicas (das Chefias);
- Objetivos Específicos;
- Pontos Fortes / Pontos a Melhorar;
- Necessidades de Formação;
- Objetivos para o ano seguinte.

Sem prejuízo da referência necessariamente plurianual do processo de avaliação do desempenho individual de cada colaborador, uma vez que o desempenho deve sempre ser considerado, analisado e avaliado numa perspetiva de carreira e atento à natural evolução do colaborador numa perspetiva de médio e longo prazo, este processo deve desenvolver-se durante o primeiro trimestre de cada ano, para que seja efetivo no cumprimento dos objetivos a que se propõe.

Da mesma forma, todos os critérios utilizados no processo de avaliação de desempenho são anualmente comunicados aos trabalhadores; no caso de existir remuneração variável, será igualmente informado o contributo do colaborador no ano findo e nos seguintes, para concretização do plano estratégico da empresa e para a sua perenidade.

6 OUTROS BENEFÍCIOS

Para além da remuneração fixa e variável já descritas, todos os trabalhadores da Caravela auferem ainda benefícios consagrados pelos Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, ou em normativo interno da Caravela, nomeadamente:

- Seguros de Vida e Saúde, este último em condições e prémios mais favoráveis e extensivo ao agregado familiar, mediante pagamento;
- Condições e prémios dos seguros pessoais mais favoráveis;
- Planos de Reforma estabelecidos no Acordo de Empresa.

7 COMPETÊNCIA

A remuneração para os diretores de topo e titulares de funções-chave é aprovada pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Remunerações.

A remuneração para as demais funções da empresa é aprovada pelo Conselho de Administração, assessorado pela área de Recursos Humanos.

8 DIVULGAÇÃO

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

Relatório & Contas 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da Posição
Financeira

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

		Valores em euros			
Notas do Anexo	ATIVO	2024 - 12		2023 - 12	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
	ATIVO				
12	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6 499 225	0	6 499 225	7 832 483
13	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	532 769	0	532 769	6 787 394
14	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	24 110 567	0	24 110 567	14 800 481
15	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	122 265 239	0	122 265 239	96 571 267
16	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	9 666 614	0	9 666 614	7 338 866
17	Terrenos e edifícios	26 291 637	96 873	26 194 764	24 234 210
	Terrenos e edifícios de uso próprio	4 843 637	96 873	4 746 765	4 563 299
	Terrenos e edifícios de rendimento	21 448 000	0	21 448 000	19 670 910
18	Outros ativos tangíveis	1 750 068	838 988	911 081	671 098
	Inventários	60 954	0	60 954	56 975
18	Ativos sob direito de uso	571 054	0	571 054	761 660
19	Outros ativos intangíveis	6 939 037	3 911 148	3 027 889	3 167 462
20	Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida	68 715 702	0	68 715 702	58 890 317
	De serviços futuros	5 933 220	0	5 933 220	4 423 244
	De serviços passados	62 782 482	0	62 782 482	54 467 073
21	Outros devedores por operações de seguro e outras operações	12 040 212	74 805	11 965 407	9 723 206
	Contas a receber por operações de seguro direto	3 944 175	74 805	3 869 370	3 898 798
	Contas a receber por operações de resseguro	5 457 857	0	5 457 857	3 225 282
	Contas a receber por outras operações	2 638 181	0	2 638 181	2 599 125
11	Ativos por impostos e taxas	5 946 041	0	5 946 041	2 113 883
	Ativos por impostos e taxas correntes	709 860	0	709 860	1 011 333
	Ativos por impostos diferidos	5 236 181	0	5 236 181	1 102 550
22	Acréscimos e diferimentos	6 583 433	0	6 583 433	1 153 292
	TOTAL ATIVO	291 972 553	4 921 813	287 050 739	234 102 593

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luis Cervantes

David Angulo

Beatriz Pereira

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Pedro Mata

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

		Valores em euros	
Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2024 - 12	2023 - 12
PASSIVO			
20	Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	171 506 375	142 881 088
	Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	171 506 375	142 881 088
	De serviços futuros	21 595 767	19 074 292
	De serviços passados	149 910 608	123 806 795
23	Outros passivos financeiros	3 164 720	2 459 266
	Depósitos recebidos de resseguradores	2 584 410	1 673 148
	Passivos de locações	580 310	786 118
9	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	289 718	252 047
24	Outros credores por operações de seguros e outras operações	33 040 919	16 059 251
	Contas a pagar por operações de seguro direto	9 395 926	9 538 766
	Contas a pagar por operações de resseguro	22 795 699	5 807 667
	Contas a pagar por outras operações	849 294	712 819
11	Passivos por impostos e taxas	6 593 166	3 229 093
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	3 198 321	2 575 729
	Passivos por impostos diferidos	3 394 844	653 364
22	Acréscimos e diferimentos	2 950 597	1 854 814
TOTAL PASSIVO		217 545 494	166 735 559
CAPITAL PRÓPRIO			
25	Capital	44 388 315	44 388 315
26	Reservas de reavaliação	2 862 959	888 425
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	(1 773 816)	(3 317 632)
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de reservas	4 242 166	3 998 593
	De diferenças de câmbio	347 947	118 861
	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reserv:	46 662	88 603
26	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	20 168 888	7 171 897
26	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(10 425 619)	(5 493 529)
26	Reserva por impostos	(2 899 433)	(685 662)
26	Outras reservas	24 941 580	17 928 573
	Resultados transitados	(3 843 992)	(3 843 992)
	Resultado Líquido Do Exercício	(5 687 454)	7 013 007
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		69 505 246	67 367 034
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		287 050 739	234 102 593

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Beatriz Pereira

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Pedro Mata

Relatório & Contas 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de
Variações do Capital
Próprio

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO (R\$)										Valores em euros		
	Reservas de Reavaliação					Reserva por impostos		Outras reservas		Resultado do exercício		Total	
	Por ajustes no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Por ajustes no justo valor de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de reservas	Por diferenças de câmbio	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas				
25	Balancete 31 de dezembro de 2023 (balanço de abertura)	0 3176 320	3 988 533	118 561	88 893	7171 897	(5 433 529)	(616 682)	3 181 974	14 796 598	(3 843 982)	7 013 007	87 397 034
26	Correção líquida por ajustes no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	154 316											243 373
26	Correção líquida por ajustes no justo valor de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de reservas		243 373										229 086
26	Correção líquida por diferenças de câmbio			229 086	(41 940)								(41 940)
5-26	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas					12 916 591							2 996 391
5-26	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro					(4 332 083)							(4 332 083)
5-28	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro							(2 213 770)					(2 213 770)
28	Aumentos de reservas por reconhecimento de impostos								769 301				769 301
28	Aumentos de reservas por aplicação de resultados												0
	Total das variações do capital próprio	0	1 543 816	229 086	(41 941)	12 596 591	(4 332 083)	(2 213 770)	701 301	6 311 705	0	(7 613 007)	7 855 668
	Resultado Líquido do Exercício												(5 587 454)
	Balancete 31 de dezembro de 2024	0 173 850	4 242 816	347 847	46 882	20 168 688	(10 425 610)	(2 891 433)	3 883 275	21 076 305	(3 843 982)	(5 687 454)	68 546 246

Contabilista Certificado

Carla Perico

Conselho de Administração

Luis Cervantes

David Angulo

Beatriz Pereira

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Pedro Mata

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

DEMONSTRAÇÃO DE VARIACIONES DO CAPITAL PRÓPRIO (2/2)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações de Capital Próprio										Valores em euros		
	Capital	Reservas de Reavaliação			Reserva por		Reserva da		Reserva da		Resultados	Resultado do	
		Por ajustes no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Por ajustes no justo valor de instrumentos de capital próprio	De diferenças de câmbio	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	transitados	exercício	
	Balanco a 31 de dezembro de 2022 (balanco de abertura)	44.388.315	(8.523.888)	0	(46.843)	14.898	7.798.086	(5.376.557)	930.088	2.757.985	11.122.538	(2.824.824)	2.828.921
26	Garhos líquidos por ajustamento no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas		3.205.586										3.205.586
26	Garhos líquidos por ajustamento no justo valor de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de reservas			3.998.583									3.998.583
26	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas			185.508		73.606							185.508
5-26	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro					(626.188)							73.606
5-26	Ajustamentos do componente financeiro dos contratos de resseguro						(18.932)						(18.932)
26	Aumentos de reservas por aplicação de resultados								404.889	3.644.000			(4.048.889)
26	Alterações de estimativas contabilísticas												129.968
	Total das variações do capital próprio	0	3.205.586	3.998.583	185.508	73.606	(626.188)	(18.932)	0.615.797	4.044.889	3.644.000	(2.828.921)	5.084.902
	Resultado Líquido Do Exercício								(685.662)	3.181.974	14.786.589	(3.843.982)	7.003.007
	Balanco a 31 de dezembro de 2023	44.388.315	(3.317.632)	3.998.583	118.861	88.803	7.171.897	(5.495.520)	(685.662)	3.181.974	14.786.589	(3.843.982)	7.003.007

Contabilista Certificado

Carla Perico

Conselho de Administração

Luis Cervantes

David Angulo

Beatriz Pereira

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Pedro Mata

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Relatório & Contas 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração do
Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Notas do Anexo	Demonstração do Rendimento Integral	2024 - 12			Valores em euros
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	2023 - 12
	Resultado Líquido Do Exercício	(9 310 035)	3 622 582	(5 687 454)	7 013 007
	Outro rendimento integral do exercício	1 745 448	0	1 745 448	7 278 185
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de reservas	243 573	0	243 573	3 998 593
	Ganhos e perdas líquidos	243 573	0	243 573	3 998 593
26	Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	1 501 875	0	1 501 875	3 279 592
	Ganhos e perdas líquidos	1 543 816	0	1 543 816	3 205 986
	Reclassificação	(41 941)	0	(41 941)	73 606
	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	(41 941)	0	(41 941)	73 606
26	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	12 996 991	0	12 996 991	(626 198)
26	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	(4 932 089)	0	(4 932 089)	(116 932)
26	Impostos	0	(2 213 770)	(2 213 770)	(1 615 761)
26	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0	229 086	229 086	165 508
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	500 314	1 637 898	2 138 212	12 097 809

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luis Cervantes

David Angulo

Beatriz Pereira

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Pedro Mata

Relatório & Contas 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos
Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Notas do Anexo	Demonstração dos Resultados	2024 - 12			Valores em euros
		Técnica	Não Técnica	Total	2023 - 12
		Não-Vida			
4	Réditos de contratos de seguro	183 602 146		183 602 146	157 315 253
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	183 602 146		183 602 146	157 315 253
4	Gastos de contratos de seguro	189 277 477		189 277 477	145 921 033
8-9-10	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	127 676 982		127 676 982	98 857 493
8-9-10	Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	34 808 128		34 808 128	27 041 860
	Alterações relativas a serviços passados	26 792 367		26 792 367	20 021 680
4	Réditos de contratos de resseguro cedido	42 426 334		42 426 334	24 065 870
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros - parte dos resseguradores	32 696 282		32 696 282	14 282 529
	Alterações relativas a serviços passados - parte dos resseguradores	9 347 895		9 347 895	10 057 969
	Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	382 157		382 157	(274 629)
4	Gastos de contratos de resseguro cedido	44 033 449		44 033 449	25 629 792
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - parte dos resseguradores	44 033 449		44 033 449	25 629 792
	Resultado de contratos de seguro	(7 282 447)		(7 282 447)	9 830 297
5	Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	2 658 365		2 658 365	234 681
5	Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	906 582		906 582	103 868
	Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(1 751 783)		(1 751 783)	(130 813)
6	Rendimentos	3 590 229	0	3 590 229	2 854 800
	De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2 269 916	0	2 269 916	1 533 406
	De outros	1 320 313	0	1 320 313	1 321 395
17	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 178 231	0	2 178 231	(2 480)
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	156 142	0	156 142	(2 480)
	De outros	2 022 090	0	2 022 090	0
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	371 586	0	371 586	(107 023)
7	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(41 941)	0	(41 941)	42 025
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	(41 981)	0	(41 981)	42 025
	De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	41	0	41	0
8-9-10	Gastos não atribuíveis	6 457 793	0	6 457 793	6 588 512
	Outros rendimentos/gastos	0	156 227	156 227	115 915
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	77 211	77 211	1 262 512
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(9 310 035)	233 438	(9 076 597)	7 192 671
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		173 622	173 622	184 922
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		(3 562 766)	(3 562 766)	(5 258)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			(5 687 454)	7 013 007

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Beatriz Pereira

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Pedro Mata

Relatório & Contas 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de Fluxos
de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Notas do Anexo	Demonstração de Fluxos de Caixa	Valores em euros	
		2024 - 12	2023 - 12
	Resultado Líquido Do Exercício	(5 687 454)	7 013 007
	Depreciações e amortizações do exercício	1 453 525	1 415 935
	Varição dos passivos de contratos de seguro	41 622 278	19 666 470
	Varição de ativos de contratos de resseguro cedido	(14 757 475)	(9 786 419)
	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(41 941)	73 606
	Varição de ajustamentos e outras provisões	(7 444)	(8 364)
	Varição nos impostos diferidos ativos / passivos	(3 605 921)	(36 838)
	Ajustamentos	24 663 022	11 324 391
	Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(2 234 758)	(3 209 260)
	Credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	16 981 668	3 943 293
	Outros passivos financeiros	705 453	37 971
	Outros ativos e passivos	(4 024 459)	(622 292)
	Varição nos ativos e passivos operacionais	11 427 904	149 712
	Fluxos de caixa de atividades operacionais	30 403 473	18 487 110
	Variações de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	6 254 625	(1 262 512)
	Variações de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(9 310 086)	19 705 947
	Variações de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(23 677 497)	(28 468 452)
	Variações de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(2 327 748)	(4 060 607)
	Varição de ativos não financeiros	(2 057 428)	(4 563 299)
	Aquisições de ativos tangíveis	(618 597)	(777 465)
	Fluxos de caixa de atividades de investimento	(31 736 732)	(19 426 389)
	Alteração de Políticas Contabilísticas	0	(1 219 968)
	Aumentos/Reduções de capital	0	1 219 968
	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	0	0
	Varição líquida em caixa e equivalentes	(1 333 259)	(939 279)
12	Caixa e equivalentes no início do período	7 832 483	8 771 762
12	Caixa e equivalentes no fim do período	6 499 225	7 832 483

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Beatriz Pereira

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Pedro Mata

Relatório & Contas 2024

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Caravela – Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Caravela ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503640549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A., tendo em 12 de novembro de 2014 sido adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A.

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96 euros, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530 euros.

Por decisão da Assembleia Geral realizada no dia 9 de julho de 2019, foi efetuado um aumento de capital no dia 18 de dezembro de 2019, no montante de 30.000.000,00 euros, mediante a emissão de 37.947.205 novas ações sem valor nominal, tendo sido realizado, em dinheiro, em dezembro de 2019 o montante de 10.000.000,00 euros, em dezembro de 2020 igual valor de 10.000.000,00 euros, e em dezembro de 2021 foi realizado o restante montante de 10.000.000,00 euros, tendo ficado concluída a operação da realização integral do capital social da Caravela.

O capital social da Companhia é representado por 79.056.667 ações nominativas sem valor nominal, no montante total de 44.388.315,20 euros, sendo detido em 48% pelo Acionista TPIF Douro BidCo S.à.r.l. com 37.947.205 ações, e que vem exercendo o controlo da Companhia desde o exercício de 2019.

Com sede em Lisboa, na Avenida Marquês de Tomar, n° 2, a Caravela dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, exercendo a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização n° 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade pelo que as possíveis diferenças identificadas em alguns quadros decorrem deste arredondamento.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024 foram apresentadas, analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 06 de março de 2025.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no dia 09 de abril de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022-R de 2 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, os terrenos e edifícios de rendimento, e dos passivos de contratos de seguro que se encontram mensurados ao justo valor.

2.2. Novas normas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia foram aplicadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2024		
• IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”	1 de janeiro de 2024
• IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação 	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram gerados efeitos materiais nas demonstrações financeiras anexas decorrentes da adoção das normas / interpretações / emendas e revisões acima referidas

2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2025, já endossadas pela EU		
<ul style="list-style-type: none"> IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade 	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Estas alterações às normas ainda não se encontram efetivas, pelo que não foram adotadas pela Companhia nestas demonstrações financeiras do exercício de 2024. A Companhia não estima impactos da adoção futura destas alterações às normas.

3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2025, ainda não endossadas pela EU		
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros 	<p>Introdução de uma nova exceção à definição de data de desreconhecimento quando a liquidação de passivos financeiros é efetuada através de um sistema de pagamento eletrônico. Orientação adicional para avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são apenas pagamentos de capital e juros. Exigência de novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que possam alterar os fluxos de caixa. Novas divulgações sobre os ganhos ou perdas de justo valor reconhecidos no capital próprio em relação a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral.</p>	1 de janeiro de 2026
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fonte renovável 	<p>Referente à contabilização dos Contratos de aquisição de energia para eletricidade gerada a partir de fonte renovável no que diz respeito: i) à clarificação da aplicação dos requisitos de ‘uso próprio’; ii) à permissão de aplicar a contabilidade de cobertura caso os contratos de energia renovável sejam designados como instrumentos de cobertura; e iii) à adição de novos requisitos de divulgação sobre o desempenho financeiro e fluxos de caixa da entidade.</p>	1 de janeiro de 2026
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias anuais – volume 11 	<p>Clarificações várias às normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7</p>	1 de janeiro de 2026
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras 	<p>Requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, com enfoque na</p>	1 de janeiro de 2027

	<p>demonstração dos resultados, através da especificação uma estrutura modelo, com a categorização dos gastos e rendimentos em operacionais, investimento e financiamento, e a introdução de subtotais relevantes. Melhorias na divulgação de medidas de desempenho da gestão e orientação adicional sobre a aplicação dos princípios de agregação e desagregação de informação.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações 	<p>Norma que apenas trata de divulgações, com requisitos de divulgação reduzidos, que é aplicada em conjunto com outras normas contabilísticas IFRS para requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Só pode ser adotada por subsidiárias “Elegíveis” que não estejam sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira e tenham uma empresa-mãe que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as IFRS.</p>	<p>1 de janeiro de 2027</p>

Estas alterações às normas ainda não se encontram efetivas, pelo que não foram adotadas pela Companhia nestas demonstrações financeiras do exercício de 2024. A Companhia não estima impactos da adoção futura destas alterações às normas.

2.3. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas pela Caravela foram aplicadas de forma consistente a todos os períodos apresentados.

2.3.1. Contratos de seguro

A Companhia adotou a IFRS 17 – Contratos de Seguro a partir de 1 de janeiro de 2023. Esta resulta em mudanças significativas a nível da contabilização de contratos de seguro e de resseguro, que estão detalhadas abaixo.

a) Classificação dos contratos

Contratos de seguro

Atualmente a Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação de ambos.

A Companhia reconhece como contratos de seguro, os contratos em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

No caso de contratos em que o risco seja essencialmente financeiro e o risco de seguro assumido pela Companhia não seja significativo, mas exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos tomadores de seguro, a Companhia considera estes contratos como sendo contratos de seguro e como tal são mensurados em conformidade com a IFRS 17.

Contratos de resseguro cedido

A Companhia celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade resseguradora não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a Companhia continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

b) Nível de agregação

A Companhia determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A Companhia agrupou os seus portfólios da seguinte forma:

Portfólios	
Código	Nome
AT	Acidentes de Trabalho
AP	Acidentes Pessoais
Saúde	Saúde
IOD	Incêndios e Outros Danos
AUTO	Automóvel
Mar + Transp.	Marítimo e Transportes
Mercadorias	Mercadorias Transportadas
RCG	Responsabilidade Civil Geral
Caução	Caução

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

A Companhia aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo. Neste sentido foram definidos os seguintes portfólios:

• Auto	• Desporto profissional
• Danos próprios carros de luxo	• Multirriscos;
• ALD;	• Engenharia;
• Ambiental;	• Marítimo;
• Acidentes de trabalho;	• Catastrófico;
• Acidentes pessoais;	• Saúde

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Neste sentido, cada portfólio deverá ser desagregado em *cohorts* anuais, ou *cohorts* que consistem em períodos inferiores a um ano.

A Companhia separa os seus contratos em *cohorts* anuais tendo por base o ano civil.

c) Separação de componentes

O normativo exige que a Companhia separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento.

A Companhia não detém, ao momento, componentes de investimento distintas pelo que não necessita de efetuar esta separação.

A Companhia, atualmente, também não detém componentes de investimento não distintas.

d) Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;
- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.

No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a Companhia reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:

- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;
- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a Companhia celebra um contrato de resseguro conexo cedidos no grupo de contratos de resseguro cedidos reconhece-o nessa data ou antes.

e) Modelos de mensuração

A IFRS 17 prevê a utilização de três modelos de mensuração, o modelo geral de mensuração, o modelo de imputação dos prémios e o modelo da comissão variável, nos quais os réditos de contratos de seguro são reconhecidos em ganhos e perdas ao longo do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Atendendo ao tipo e materialidade dos produtos detidos pela Companhia e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a Companhia aplica a abordagem do modelo de imputação dos prémios.

Esta abordagem é opcional e só pode ser aplicada a contratos de curta duração. Apesar de ser o modelo mais simplificado previsto na IFRS 17, não são esperadas diferenças significativas face ao modelo geral de mensuração para este tipo de contratos.

f) Fronteiras Contratuais

O normativo prevê que a Companhia inclua no cálculo dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de carácter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a Companhia pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prémios ou a Companhia tem uma obrigação material de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a Companhia tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou
- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:
 - i. a Companhia tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, conseqüentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira; e
 - ii. a tarifação dos prémios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedido, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, conseqüentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direito substantivo de cessar a cobertura.

A Companhia não reconhece ativos ou passivos relativos a prémios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras contratuais – estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

Abordagem da imputação dos prémios

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a Companhia apenas a aplicou porque o segundo requisito abaixo mencionado se verificou para todos os produtos comercializados pela Companhia.

Estes requisitos referem que a Companhia só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, para apurar a quantia escriturada do passivo a Companhia considerou:

- os prémios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso;
- menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data, salvo se a Companhia optar por reconhecer os pagamentos como gastos; e
- mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte:
 - quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros;
 - qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Os fluxos de caixa de aquisição anteriormente referidos, podem ser diferidos ao longo do período de cobertura dos contratos ou reconhecidos como gastos quando incorridos. A Companhia optou por diferir os fluxos de caixa de aquisição de forma racional e sistemática ao longo do período de cobertura dos contratos.

Taxa de desconto

A Companhia mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que

influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Deste modo, a Companhia aplica duas abordagens: (i) para os contratos de seguro Não Vida (NSLT) exceto coberturas Acidentes de trabalho – abordagem *bottom-up* para apurar a taxa de desconto e, por isso, usa a curva EIOPA sem risco divulgada por esta entidade em referência a 31 de dezembro de 2024 adicionada de prêmio de iliquidez; (ii) para os contratos de seguro de Acidentes de Trabalho (NSLT e SLT) segue uma abordagem *top down* para apurar a taxa de desconto, tendo para o efeito um portfólio de instrumentos financeiros (67,7%) e *real estate* (32,3%). O portfólio de referência permite em montante e tempo, assegurar os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro, ou seja, traduz um correto ALM – *Asset Liability Management*. Para apuramento dessa taxa de desconto são deduzidos os fatores de risco de incumprimento dos instrumentos financeiros, incluindo *real estate*.

Desta forma, a taxa de desconto é determinada ajustando uma curva de rendimento isenta de risco líquida, a fim de refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que estão na base das taxas praticadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de seguro.

As taxas de desconto utilizadas em 2024 e 2023 foram as seguintes:

Maturidade	Acidentes Trabalho		Outros Seguros	
	2024	2023	2024	2023
1	3,2%	3,8%	2,9%	3,8%
2	4,0%	3,1%	2,7%	3,1%
3	4,6%	2,9%	2,7%	2,9%
4	4,8%	2,8%	2,8%	2,8%
5	4,9%	2,8%	2,8%	2,8%
10	5,1%	2,8%	2,9%	2,8%
15	5,3%	2,9%	3,0%	2,9%
20	5,4%	2,8%	2,9%	2,8%
25	5,5%	2,9%	2,9%	2,9%
30	5,6%	3,0%	3,0%	3,0%

Ajustamento de risco

O ajustamento de risco reflete a compensação que a Companhia exige para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

A Companhia optou por utilizar o método do *Value at Risk* (VaR) para apurar o ajustamento de risco. O VaR é uma medida estatística que avalia a perda máxima esperada para um determinado nível de confiança. No caso de um grupo de contratos, este valor representará os fluxos de caixa futuros calculados a esse nível de confiança.

De modo a definir o nível de confiança a aplicar na metodologia VaR, foram analisados dois tipos de responsabilidades dentro do portfólio da Companhia, os similares a vida (Anuidades de Acidentes de Trabalho) e os não similares a vida (Resto da carteira).

Para as responsabilidades valorizadas seguindo técnicas de não vida bem como para as responsabilidades valorizadas seguindo técnicas de vida o nível de confiança de 75% adotado traduz um provisionamento ao nível da melhor estimativa.

A Companhia optou por não desagregar o efeito financeiro do ajustamento de risco para o risco não financeiro entre o resultado de contratos de seguro e o resultado da componente financeira dos contratos de seguro.

Mensuração subsequente

Para mensurar a quantia escriturada do passivo no final de cada período de relato subsequente, a Companhia teve em consideração:

- a quantia escriturada no início do período do relato;
- mais os prémios recebidos durante o período;
- menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- mais quaisquer quantias respeitantes à amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidas como gastos no período de relato;
- mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento;
- menos o montante reconhecido como rédito de seguros por serviços prestados nesse período;
- menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos.

Conforme mencionado no normativo, não é imperativo ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro se a entidade tiver a expectativa de que esses fluxos de caixa irão ser pagos ou recebidos no espaço de um ano ou menos a contar da data de participação dos sinistros.

Como a carteira da Caravela é constituída por produtos anuais renováveis, com um período de cobertura igual ou inferior a um ano, a Companhia optou por não ajustar o valor da componente dos fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro.

A Companhia mensura os passivos para sinistros ocorridos do grupo de contratos de seguro como os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com sinistros ocorridos, em linha com a metodologia que é aplicada para o modelo geral de mensuração uma vez que a diferença entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos nem sempre é inferior a um ano.

Para os contratos de resseguro cedido a aplicação desta abordagem é efetuada em linha com o procedimento acima descrito.

Contratos onerosos

Se ao longo do período de cobertura surgirem factos ou circunstâncias que indiquem que um grupo de contratos de seguro é oneroso, a Companhia apura a diferença entre:

- a quantia escriturada do passivo de cobertura remanescente; e
- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à cobertura remanescente do grupo. No entanto, como a Companhia procede ao ajustamento do passivo para sinistros ocorridos, para o valor temporal do dinheiro e para os efeitos do risco financeiro, a Companhia inclui esses ajustamentos nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

Rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE)

Os rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE) compreendem a variação do valor contabilístico de grupos de contratos de seguros decorrentes do:

- efeito do valor temporal do dinheiro e das suas respetivas variações; e
- efeito do risco financeiro e respetivas variações.

O normativo define que, neste âmbito, uma entidade faça uma opção da política contabilística quanto à necessidade de desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. A política contabilística selecionada pela entidade deve ser aplicada a portfólios de contratos de seguro. De acordo com a IAS 8.13, a escolha da política contabilística deve ser aplicada de forma consistente a portfólios similares de contratos de seguro.

A Companhia optou por desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. Esta opção foi aplicada retrospectivamente.

2.3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os ativos financeiros reconhecidos na data da negociação (“Trade Date”, ou seja, a data em que o há compromisso de compra ou venda do ativo).

No reconhecimento inicial, o o ativo ou passivo financeiro é mensurado pelo seu justo valor juntamente com os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão dos mesmos, para os ativos ou passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de ativos e passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do exercício quando incorridos.

Imediatamente após o reconhecimento inicial, é reconhecida uma provisão para as perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e os investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço da transação no reconhecimento inicial, a entidade reconhece a diferença da seguinte forma:

- a. Quando o justo valor é evidenciado por um preço cotado num mercado ativo (Nível 1 da hierarquia do justo valor da IFRS 13) ou com base numa técnica de avaliação que utiliza dados observáveis de mercado, a diferença é reconhecida como um rendimento ou gasto.
- b. Nos restantes casos, a diferença é diferida e amortizada ao longo da vida útil do instrumento financeiro, até que o justo valor possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou liquidado

Custo amortizado e taxa de juro efetiva

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente menos os reembolsos do principal, juntamente com a amortização cumulativa usando o método do juro efetivo para qualquer diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento e, para ativos financeiros ajustados por qualquer perda.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os futuros pagamentos/recebimentos de caixa estimados do ativo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro ou para o custo amortizado de um passivo financeiro. Quando a Companhia revê as estimativas de fluxos de caixa futuros, o valor contabilístico do respetivo ativo ou passivo financeiro é ajustado para

refletir a nova estimativa descontada utilizando a taxa de juro efetiva original. Quaisquer alterações são reconhecidas nos resultados do exercício.

As receitas de juros provenientes do cálculo da taxa de juro efetiva ao valor bruto dos ativos financeiros são reconhecidas ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

2.3.3. Ativos financeiros

Classificação e mensuração subsequente

O Grupo reconhece os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- a. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
- b. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral
- c. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Instrumentos de dívida

O reconhecimento e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gerir o ativo e as características de fluxos de caixa do ativo. Existem três categorias de mensuração nas quais a Companhia classifica os seus instrumentos de dívida:

- Custo amortizado: ativos detidos somente para cobrança de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e de juros, sendo mensurados ao custo amortizado. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em juros e outros rendimentos similares através da utilização do método da taxa de juro efetiva.
- Justo valor através de outro rendimento integral: ativos detidos para cobrança de fluxos de caixa contratuais e para venda desses mesmos ativos financeiros, quando os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e de juro, são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. As variações no valor contabilístico são reconhecidas em outro rendimento integral, exceto as variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças de câmbio, as quais são reconhecidas em resultados do período. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, os ganhos/(perdas) cumulativos previamente reconhecidos em outro rendimento integral são reclassificados de capital próprio para resultados do exercício. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em juros e rendimentos financeiros através do método da taxa de juro efetiva.

- Justo valor através de resultados: os ativos que não cumprem com o critério do custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através de resultados. Um ganho/(perda) num investimento de dívida que é mensurado subsequentemente ao justo valor através de resultados é reconhecido e apresentado na demonstração dos resultados consolidada.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade para determinar se os seus fluxos de caixa são pagamentos de principal e de juro. A Companhia reclassifica investimentos de dívida apenas quando o seu modelo de negócio de gestão de ativos altera.

Instrumentos de capital próprio

A Companhia mensura subsequentemente os seus instrumentos de capital próprio ao justo valor através de resultados e através de outro rendimento integral. Os ganhos/(perdas) de instrumentos de capital próprio ao justo valor através de resultados são incluídos na linha “Ganhos líquidos de investimentos ao justo valor através de resultados” na demonstração de resultados e os ganhos/(perdas) de instrumentos de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral são incluídos na linha “reservas de reavaliação” na demonstração da posição financeira.

Perdas de imparidade

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos seus instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. A nota de Risco de Crédito detalha os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

A mensuração das perdas de crédito estimadas reflete:

- a. Um valor imparcial e ponderado pela probabilidade que é determinada pela avaliação de um possível acontecimento;
- b. Valor temporal do dinheiro; e
- c. Informação razoável e sustentável acerca de acontecimentos passados, condições atuais e previsões económicas futuras, que estejam disponíveis à data do relato.

Desreconhecimento (exceto modificação)

Ativos financeiros, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa dos ativos expiraram, ou quando eles foram transferidos e:

- i) A Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou

A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não retém o controlo.

2.3.4. Passivos financeiros

Classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são reconhecidos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto para derivados, os quais são mensurados ao justo valor através de resultados.

As alterações no justo valor dos passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados relacionadas com o risco de crédito próprio são apresentadas no outro rendimento integral, enquanto todas as outras alterações ao justo valor são apresentadas na demonstração de resultados.

Desreconhecimento

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes de caixa e depósitos à ordem” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de constituição ou aquisição e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

2.3.6. Terrenos e edifícios de rendimento

A rubrica de Terrenos e edifícios de rendimento inclui os imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obter rendimento através de locação e/ ou valorização.

Os Terrenos e edifícios de rendimento, seguem os princípios de mensuração das propriedades de investimento, e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos diretamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao justo valor conforme as avaliações efetuadas com recurso a peritos avaliadores independentes, não sendo sujeitos ao registo de depreciações.

A Caravela definiu que as avaliações independentes, face à baixa volatilidade dos valores de mercado, devem ser realizadas de 3 em 3 anos. Nos restantes anos, a Caravela avalia internamente, através do método do rendimento, se existem indícios de imparidade.

Caso existam indícios de imparidade, a Caravela procederá de imediato à avaliação independente das propriedades, que caso confirmem os indícios refletirá em balanço essa perda.

Caso não existam indícios de imparidade, a Caravela não registará qualquer variação de valorização em balanço.

Os gastos suportados com os Terrenos e edifícios de rendimento são registados, quando incorridos. Os rendimentos obtidos com as rendas de locação são reconhecidos na rubrica “Rendimentos de Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguros” da Demonstração de resultados.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados a cada data de relato anual e as variações de justo valor apuradas são registadas em resultados na rubrica “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

2.3.7. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis incluem as rubricas:

- Terrenos e edifícios de uso próprio
- Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são determinadas de acordo com o período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme tabela abaixo:

Descrição	Anos vida útil
Mobiliário	8
Máquinas e Ferramentas	4 a 10
Equipamento informático	3 a 6
Instalações Interiores	5
Material de Transporte	4 e 5
Outro Equipamento	8 a 10
Edifício de Uso Próprio	50

As depreciações são registadas em gastos do exercício.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

O valor contabilístico do ativo tangível é desreconhecido no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são reconhecidos na rubrica “Outros Gastos” da Demonstração de resultados.

2.3.8. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Companhia, que sejam controláveis pela Companhia e se possa mensurar razoavelmente o seu valor.

Nesta rubrica encontram-se registados os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

2.3.9. Locações

Uma locação é definida como um contrato que confere o direito de controlar o uso de um ativo identificável durante um certo período e em troca de um determinado valor.

Na ótica do locatário

Na data de início de cada contrato, a Companhia avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação, reconhecendo um ativo sob direito de uso e um passivo de locação, na data da entrada em vigor do contrato, ou seja, na data em que a Companhia assume o controlo sobre o ativo.

A Companhia aplica a exceção de reconhecimento prevista na IFRS 16 para os contratos de locação cujo prazo de arrendamento é igual ou inferior a 12 meses e para os contratos de locação sobre ativos de baixo valor.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo valor inicial do passivo de locação ajustado de quaisquer pagamentos efetuados na data de início ou antes desta, de custos diretos iniciais incorridos, de custos estimados de desmantelamento e restauro (caso aplicável), e deduzido dos incentivos incorridos.

O valor do passivo de locação corresponde ao valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se esta não puder ser facilmente identificada, a taxa incremental de financiamento da Companhia.

No que respeita à mensuração subsequente, os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade e o passivo de locação é aumentado refletindo os juros sobre o mesmo e é reduzido pelos pagamentos de locação realizados no período.

O passivo de locação pode, também, sofrer remensurações caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros, devendo a Companhia reconhecer o referido montante como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

Sempre que o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, a Companhia procede à remensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) e ajusta o ativo sob direito de uso em conformidade.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos enquanto gastos no período em que o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

A Companhia apresenta o ativo sob direito de uso em rubrica segregada na demonstração da posição financeira, e apresenta o passivo de locação na rubrica de “Outros passivos financeiros” da demonstração da posição financeira.

Na ótica do locador

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais quando essa transferência não ocorre.

Numa locação financeira, à data de entrada em vigor, o locador deve reconhecer os ativos detidos sob uma locação financeira na sua demonstração da posição financeira, como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação.

Nas locações em que a Companhia atua como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos ativos afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Companhia como “Terrenos e edifícios de rendimento” e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

A Companhia, inerente à sua atividade, apenas detém contratos que qualificam como locação operacional.

2.3.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração de resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor, pelo valor dos gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada no exercício de 2024 é 21,5% e no exercício de 2023 foi de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A IFRS 17 “Contratos de seguro” entrou em vigor em 1 de janeiro de 2023, sendo esta a data de transição relevante para efeitos fiscais. O n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro, estatui a norma transitória em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), a respeito dos impactos contabilísticos decorrentes da IFRS 17 “Contratos de seguro”, a qual define que concorrem, em partes iguais, para a formação do resultado tributável correspondente ao período de

tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subsequentes, as variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas no resultado líquido do exercício que preencham os seguintes requisitos cumulativos: (i) decorram da adoção pela primeira vez do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCEs”), aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 9/2022-R, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 228, de 25 de novembro de 2022, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”); e (ii) sejam consideradas fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC, resultantes do reconhecimento ou desreconhecimento de ativos ou passivos, ou de alterações na respetiva mensuração.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, no entanto, os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor e sejam aplicáveis à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de relato.

2.3.11. Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são registadas de acordo com a sua natureza, podendo corresponder a benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo ou benefícios pós-emprego, atribuídos como contrapartida dos serviços prestados pelos empregados.

A Companhia tem atribuídos benefícios pós-emprego das seguintes naturezas:

- a) Plano de pensões de benefício definido

No âmbito de um plano de benefícios definidos a Companhia estima a cada data de relato o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, tendo em consideração: (i) o custo dos serviços correntes incorridos no exercício e o efeito do juro líquido apurado pelo efeito da

passagem do tempo, os quais são registados nos Gastos com pessoal no capital próprio; e (ii) as remensurações resultantes das alterações aos pressupostos atuariais utilizados e do diferencial apurado entre a rentabilidade real do fundo e o efeito no juro líquido da quota-parte da remuneração do saldo do fundo. Para a determinação destes impactos utiliza peritos em atuariado.

A Companhia tem um plano de benefícios definidos atribuído no âmbito do CCT de 2008, que se encontra fechado a novas entradas (ver Nota 9.2).

b) Plano de pensões de contribuição definida

Relativamente a este plano a Companhia não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições acordadas. As obrigações assumidas com um plano de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício em que o empregado presta o serviço, de acordo com as condições definidas no plano, usualmente uma percentagem calculada sobre a remuneração, não sendo aplicados quaisquer pressupostos atuariais ou descontos.

A Companhia tem atribuído um plano de contribuição definida ao abrigo do “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” e abrange todos os empregados (ver Nota 9.2).

c) Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo correspondem a benefícios atribuídos por contrapartida da prestação de serviços que se vencem numa data específica futura. O cálculo dos benefícios é similar ao que é adotado para os planos de benefícios definidos (cálculo atuarial e financeiro), no entanto, as remunerações são registadas como gastos com pessoal, na Demonstração de resultados.

A Companhia tem atribuído o Prémio de permanência que atribui um prémio por cada 5 anos de serviço prestado (ver Nota 9.2).

2.3.12. Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Companhia exerce influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. De igual modo é considerado haver influência mesmo que os direitos de voto sejam inferiores a 20%, quando existe a possibilidade contratual de nomear administrador.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o qual, as participações são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Companhia no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Companhia nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos para com a participada.

2.3.13. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Caravela e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos em outro rendimento integral.

3. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gestão, tendo

em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no exercício seguinte são as que seguem.

3.1. Estimativas relacionadas com as responsabilidades com seguros

Os contratos de seguro no âmbito de IFRS 17 são mensurados ao nível de grupos de contratos de seguros. Até um determinado ponto, tal como explicado na nota 2.3.1. Políticas Contabilísticas de Contratos de Seguro, em que se explica o processo de apurar o nível de agregação, existe um exercício de julgamento ao identificar os portfólios e a definir os grupos quando baseados na sua rentabilidade.

Adicionalmente, ao determinar o ajustamento de risco para o risco não financeiro ou as taxas de desconto a utilizar, está a ser exercido um julgamento. O mesmo para os critérios de alocação de custos à categoria de atribuíveis e não atribuíveis.

Na estimativa do Passivo para Contratos de Seguro – De Serviços Passados, ou passivo para Sinistros Ocorridos, são utilizados métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run-off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, o que corresponde à melhor estimativa possível e cumpre com as condições de consideração de fluxos de caixa a incluir na mensuração dos contratos de seguro, tal como previstas no normativo.

Especificamente, no ramo de Acidentes de Trabalho, deverá ser considerada como parte do Passivo para Sinistros Ocorridos, os montantes relativos a pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença.

3.2. Classificação dos ativos financeiros

A Companhia efetua julgamentos na classificação dos instrumentos de dívida enquanto ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados ou ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas.

No que se refere ao cumprimento dos critérios SPPI – *Solely Payment of Principal and Interest*, uma vez que a Companhia investe apenas em instrumentos financeiros com termos contratuais que apenas preveem o pagamento do nominal acrescido de juro pelo efeito da passagem do tempo, esta

avaliação não é significativa. Contudo, tendo em conta a evolução do mercado e das exigências do ESG, esta é uma situação que se pode alterar nos próximos exercícios.

No que respeita ao modelo de negócio, na atividade da Companhia os recursos provenientes dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros servem essencialmente para liquidar passivos de contratos de seguro à medida que estes se vencem. Para atingir este objetivo, a entidade cobra os fluxos de caixa contratuais à medida que se vencem e vende ativos financeiros para manter o perfil desejado da carteira de ativos. Assim, tanto a cobrança de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos financeiros são essenciais para atingir o objetivo do modelo de negócio, prevalecendo assim, a classificação dos investimentos realizados como ativos financeiros ao justo valor através de reservas, e alternativamente como ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas.

3.3. Determinação do justo valor dos ativos financeiros e não financeiros

O cálculo do justo valor encerra uma incerteza significativa quando os ativos sujeitos a avaliação não são transacionados em mercado regulado. Nesses casos, apesar de ser maximizada a utilização de dados observáveis de mercado, uma parte significativa das avaliações considera também dados não observáveis e em alguns casos sujeitos a ajustamentos.

a) Ativos financeiros

O justo valor dos ativos financeiros que não são transacionados em mercado ativo obrigam à aplicação de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza o seu julgamento para selecionar as técnicas de avaliação a utilizar e assumir pressupostos que são maioritariamente baseados em dados de mercado existentes à data de relato, como por exemplo curvas de taxa de juro.

b) Ativos não financeiros

O justo valor dos “Terrenos e imóveis de rendimento” é determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes.

As avaliações podem ser suportadas por diferentes técnicas de avaliação, consoante a utilização que está a ser dada a cada ativo. Em qualquer dos casos a determinação do justo valor encerra uma grande incerteza relativamente: i) às projeções futuras realizadas pela Gestão relativamente às rendas a cobrar (método do rendimento); ou ii) à expectativa de valor de alienação por metro quadrado (método comparativo) com base em transações de mercado ocorridas, ajustadas para efeitos de dimensão / localização dos imóveis.

A Companhia considera que as avaliações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa de justo valor, para os ativos apresentados na Demonstração da posição financeira, mensurados ao justo valor.

3.4. Estimativa das perdas de crédito esperadas

O cálculo das perdas de crédito esperadas prevê a aplicação de um modelo geral que incorpora as probabilidades de incumprimento (PD) e as perdas estimadas em caso de incumprimento (LGD), estimadas pela gestão de acordo com a informação histórica e ajustadas por informação prospetiva.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base de 12 meses (estágio 1), dependendo se um aumento significativo de risco de crédito ocorreu desde o reconhecimento inicial (estágio 2) ou se um ativo é considerado em situação de imparidade de crédito (estágio 3).

A Companhia definiu que para os ativos financeiros de baixo risco de crédito, como os ativos financeiros que são de “grau de investimento” à data de relato, o aumento significativo de risco de crédito não é avaliado, sendo calculada a perda de crédito esperada a 12 meses.

A Companhia considera que são ativos financeiros de baixo risco de crédito os que cumprem as seguintes condições: (i) o instrumento financeiro tem um baixo risco de incumprimento; (ii) a contraparte tem uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações no curto prazo; e (iii) as alterações adversas nas condições económicas e empresariais não deverão reduzir a capacidade da contraparte de cumprir as suas obrigações.

3.5. Impostos

Os impostos sobre o rendimento correntes e diferidos foram determinados com base na melhor interpretação da legislação fiscal aplicável a cada data de relato. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar em diferentes valores de impostos reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a Autoridade Fiscal tem a possibilidade de rever a declaração de imposto do exercício submetida durante um período de 4 anos, e da qual poderão surgir correções, que é convicção da Gestão que resultarão sobretudo de diferenças na interpretação da aplicação da lei fiscal, a transações não recorrentes realizadas.

NOTAS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4. RÉDITOS E GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Réditos e Gastos de Contratos de Seguro

Os réditos de contratos de seguro da Companhia podem ser analisados como se segue:

	2024	2023
Libertação dos prémios – Abordagem da alocação do prémio	183 602 146	157 315 253

U: Euro

A rubrica de “Gastos de contratos de seguro” pode ser analisada como se segue:

	2024	2023
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis	127 676 982	98 857 493
Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	34 808 128	27 041 860
Alterações relativas a serviços passados	26 792 367	20 021 680
Gastos de contratos de seguros	189 277 477	145 921 033

U: Euro

No que respeita às rubricas “alterações relativas a serviços passados”, os montantes registados resultam de uma revisão abrangente dos serviços passados da Companhia consistente com o objetivo de posicionar as reservas globais no seu nível mais elevado.

O incremento verificado na rubrica “Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros” encontra-se explicado na Nota 8.

Réditos e Gastos de Contratos de Resseguro

Os réditos de contratos de resseguro da Companhia podem ser analisados como se segue:

	2024	2023
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	32 696 282	14 282 529
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	9 347 895	10 057 969
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	382 157	(274 629)
Réditos de contratos de seguros	42 426 334	24 065 870

U: Euro

A rubrica de “Gastos de contratos de resseguro” pode ser analisada como se segue:

	2024	2023
Gastos de contratos de resseguro cedido	44 033 449	25 629 792

U: Euro

A evolução das rubricas “Réditos de contratos de Resseguro” e “Gastos de Contratos de Resseguro” comparativamente ao exercício de 2023 está fortemente influenciada por dois novos tratados de resseguro de quota-parte para o ramo Automóvel e para Acidentes de Trabalho com efeitos a partir de 1 de julho de 2024.

5. RENDIMENTOS / (PERDAS) DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

O detalhe do resultado da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro cedido, em 2024 e 2023 são conforme segue:

U: Euro

	2024	2023
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	0	0
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	(2 658 365)	(234 681)
Resultado de componente financeira dos contratos de seguro	(2 658 365)	(234 681)
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedidos	906 582	103 868
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedidos	0	0
Resultado de componente financeira dos contratos de resseguro cedidos	906 582	103 868

As variações, face ao período homólogo, ocorridas nas rubricas “Perdas da componente financeira dos contratos de seguro” e “Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedidos”, de 2.423.684 Euros e de 802.714 Euros, respetivamente, estão relacionadas com o aumento do provisionamento realizado em 2023 e com uma correção efetuada ao método de cálculo da componente financeira. Esta alteração teve um impacto de 708.942 Euros nos contratos de seguro e de 233.602 Euros nos contratos de resseguro cedidos.

6. RENDIMENTOS/ (GASTOS) FINANCEIROS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2024 e 2023, o detalhe dos rendimentos obtidos dos ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, é conforme segue:

U: Euro

Categoria de Investimento	Rendimento em 2024	%	Rendimento em 2023	%
De Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Ações e outros títulos de rendimento variável	104 431	2,9%	98 478	3,4%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	2 044 618	56,9%	1 459 280	51,1%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	1 215 861	33,9%	1 222 916	42,8%
Empréstimos concedidos	18 500	0,5%		0,0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	205 265	5,7%	73 681	2,6%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1 555	0,0%	444	0,0%
Total dos Rendimentos	3 590 229	100%	2 854 800	100%

O aumento registado nesta rubrica em 2024, deve-se ao aumento da exposição da Companhia a ativos financeiros de rendimento e depósitos a prazo.

7. PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

Em 2024 e 2023, a Imparidade é analisada como segue:

U: Euro

	2024	2023
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(41 981)	42 025
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	41	
De outros		
TOTAL	(41 941)	42 025

8. GASTOS ATRIBUÍVEIS E NÃO ATRIBUÍVEIS A CONTRATOS DE SEGURO

Alocação dos gastos entre os que são atribuíveis e não atribuíveis aos contratos de seguro, em 2024 e 2023:

U: Euro

Custos Atribuíveis	2024				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	TOTAL
Gastos com pessoal	1 464 038	5 544 834	1 321 000	84 140	8 414 013
Fornecimentos e serviços externos	1 331 450	2 805 704	668 430	42 575	4 848 159
Impostos e taxas	138 443	592 835	415 685	0	1 146 963
Depreciações e amortizações do exercício	36 580	138 543	33 006	2 102	210 232
Juros suportados	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0
Remunerações de mediação, corretagem e cobrança	0	25 726 212	0	0	25 726 212
TOTAL	2 970 512	34 808 128	2 438 122	128 818	40 345 580

U: Euro

Custos Atribuíveis	2023				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	TOTAL
Gastos com pessoal	1 291 324	4 940 064	1 216 247	60 062	7 507 697
Fornecimentos e serviços externos	1 076 533	2 000 907	492 625	24 327	3 594 392
Impostos e taxas	0	0	0	0	0
Depreciações e amortizações do exercício	82 684	316 313	77 876	3 846	480 718
Juros suportados	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0
Remunerações de mediação, corretagem e cobrança	0	19 784 576	0	0	19 784 576
TOTAL	2 450 541	27 041 860	1 786 748	88 234	31 367 383

U: Euro

Custos Não Atribuíveis	2024
TOTAL	
Gastos com pessoal	633 583
Fornecimentos e serviços externos	3 416 049
Impostos e taxas	460 053
Depreciações e amortizações do exercício	1 243 293
Juros suportados	278 151
Comissões	426 665
Remunerações de mediação, corretagem e cobrança	0
TOTAL	6 457 793

U: Euro

Custos Não Atribuíveis	2023
TOTAL	
Gastos com pessoal	755 582
Fornecimentos e serviços externos	3 351 905
Impostos e taxas	937 478
Depreciações e amortizações do exercício	935 217
Juros suportados	268 949
Comissões	339 380
Remunerações de mediação, corretagem e cobrança	0
TOTAL	6 588 512

A evolução dos custos atribuíveis e não atribuíveis de 2023 para 2024 dos Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços de Terceiros está explicada nas Notas 9 e 10, respetivamente. No que respeita ao montante de 1.146 mil euros registado em 2024 como Custos Atribuíveis - Impostos e taxas- releva-se que tal resulta, fundamentalmente, de exigências, nesta matéria, em jurisdições em que a companhia opera em regime de livre de prestação de serviços.

O crescimento apresentado na rubrica de Depreciações e Amortizações do Exercício é consequência da alteração de sede durante o exercício de 2024 para edifício de uso próprio.

9. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2024 e 2023, foram como se segue:

U: Euro

Contas		2024	2023	2024/2023
Gastos com pessoal				
6800	Remunerações dos órgãos sociais	1 193 888	1 033 664	15,5%
6801	Remunerações do pessoal	5 696 736	5 234 257	8,8%
6802	Encargos sobre Remunerações	1 604 260	1 423 229	12,7%
6803	Benefícios pós-emprego	105 276	97 738	7,7%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	50 119	53 577	-6,5%
6806	Seguros obrigatórios	199 299	181 708	9,7%
6807	Gastos de ação social	123 808	117 209	5,6%
6808	Outros gastos com o pessoal	74 210	121 896	-39,1%
TOTAL		9 047 596	8 263 278	9,5%

O aumento de gastos registado no exercício ficou a dever-se ao aumento do número médio de colaboradores (ver Nota 9.1), às atualizações das tabelas salariais e à passagem de três para quatro membros executivos no órgão de administração.

9.1. Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais

Conforme o Acordo de Empresa (AE), o número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2024 foi de 148, que compara com 145 em 2023, sendo de 149 o número absoluto em 31 de dezembro de 2024, igualando o ano de 2023.

MÉDIA DO ANO		TOTAL DO ANO	
ACORDO DE EMPRESA		ACORDO DE EMPRESA	
Diretor	1	Diretor	1
Gestor Técnico	20	Gestor Técnico	21
Gestor Comercial	5	Gestor Comercial	5
Gestor Operacional	2	Gestor Operacional	2
Técnico	26	Técnico	25
Coordenador Operacional	19	Coordenador Operacional	20
Especialista Operacional	66	Especialista Operacional	65
Auxiliar Geral	1	Auxiliar Geral	1
Assistente Operacional	8	Assistente Operacional	9
MÉDIA DO ANO	148	MÉDIA DO ANO	149

9.2. Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Os passivos por benefícios pós-emprego e benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados da seguinte forma:

U: Euro

	2024	2023
Benefícios pós-emprego	104 907	97 738
Outros benefícios de longo prazo	184 811	154 308
TOTAL	289 718	252 047

Plano de Pensões de Benefício Definido

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que então não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Este plano abrange apenas um participante (ex-administrador reformado por velhice), conforme quadro seguinte:

POPULAÇÃO REFORMADA		PRESSUPOSTOS	
Número de beneficiários	1	Tábua de mortalidade	TV8890
Idade média	97	Taxa técnica	2,02%
Pensão/Prestação Média Anual (€)	4 501	Encargos	0,90%

Plano de Pensões de Contribuição Definida

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) que teve início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas no Anexo V do Acordo de Empresa, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, tendo a contribuição no ano de 2024 sido no montante de 104.907 euros (em 2023: 97.738 euros).

U: Euro

Responsabilidade Benefícios Pós-Emprego	Valor
Ano 2023	97 738
Pagamento/Entregas Plano 2024	(97 738)
A regularizar em 2025	(368)
Reforço 2024	105 276
Saldo a 31 de dezembro de 2024	104 907

O gasto total do ano refere-se ao reforço do plano relativo a 2024 que ascendeu a 105.276 euros, sendo que em 2023 foi de 97.738 euros.

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participante	117
Idade Média	47,0
Sálario Médio Anual (€)	25 364
Antiguidade Média na Empresa (anos)	17

A título informativo apresenta-se informação acerca da posição do fundo associado ao Plano de contribuição definida.

U: Euro

RESULTADOS	
Valor das responsabilidades a 31 de dezembro de 2023	535 435
Valor total das Contribuições (PIR)	575 204
Valor das responsabilidades a 31 de dezembro de 2024	575 204
Valor do fundo a 31 de dezembro de 2024	624 850
Rácio de Financiamento	109%

Prémio de permanência

De acordo com a cláusula 42ª do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula nº. 42 do ACT 2016, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

O gasto total do ano de 2024 ascendeu a 50.119 euros (em 2023: 53.577 euros).

A provisão para prémios de permanência totaliza 184.811 Euros (em 2023: 154 309 euros) e é estimada utilizando os seguintes pressupostos atuariais:

- tábua de mortalidade: TV 88/90;
- tábua de invalidez: EVK 80;
- taxa de crescimento salarial: 2%;
- taxa de desconto: 2,5%.

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos com Fornecimentos e serviços externos incorridos durante o período de 2024 e 2023, foram como segue:

U: Euro

Fornecimentos e Serviços Externos	2024	%	2023	%	2024/2023
Eletricidade	40 274	0,5%	26 136	0,4%	54,1%
Combustíveis	156 695	1,9%	139 904	2,0%	12,0%
Água	4 916	0,1%	4 139	0,1%	18,8%
Impressos	48 447	0,6%	34 080	0,5%	42,2%
Material de escritório	9 647	0,1%	16 640	0,2%	-42,0%
Livros e documentação técnica	1 762	0,0%	2 107	0,0%	-16,3%
Artigos para oferta	62 875	0,8%	23 770	0,3%	164,5%
Conservação e reparação	257 392	3,1%	132 312	1,9%	94,5%
Rendas e alugueres	289 683	3,5%	290 845	4,2%	-0,4%
Despesas de representação	72 808	0,9%	77 935	1,1%	-6,6%
Comunicação	793 283	9,6%	920 806	13,3%	-13,8%
Deslocações e estadas	208 514	2,5%	203 414	2,9%	2,5%
Seguros	148 114	1,8%	128 788	1,9%	15,0%
Gastos com trabalho independente	227 618	2,8%	191 677	2,8%	18,8%
Publicidade e propaganda	729 923	8,8%	783 629	11,3%	-6,9%
Limpeza, higiene e conforto	54 356	0,7%	39 740	0,6%	36,8%
Contencioso e notariado	2 889	0,0%	5 871	0,1%	-50,8%
Vigilância e segurança	20 040	0,2%	20 177	0,3%	-0,7%
Trabalhos especializados	4 454 279	53,9%	3 307 174	47,6%	34,7%
Quotizações (da atividade)	105 923	1,3%	109 545	1,6%	-3,3%
Refeições no local de trabalho	9 316	0,1%	7 167	0,1%	30,0%
Gastos com cobrança de prémios	372 913	4,5%	348 019	5,0%	7,2%
Outros fornecimentos e serviços	192 539	2,3%	132 421	1,9%	45,4%
TOTAL	8 264 208	100%	6 946 297	100%	19,0%

A rubrica de trabalhos especializados regista um aumento nos serviços de manutenção, upgrade e assistência técnica às plataformas e serviços informáticos, um aumento no valor das licenças

adquiridas, um incremento dos serviços do *contact center* prestados e ainda um aumento de serviços de consultoria incorridos no âmbito da implementação da norma IFRS17.

As rubricas Conservação e reparação, Limpeza, higiene e conforto, Eletricidade estão influenciadas pelas mudanças de sede da Companhia bem como de outros dos seus escritórios noutros locais do país ocorridas em 2024. De igual modo, embora em sentido oposto, pelas poupanças que permitiu, a rubrica de Comunicação.

O crescimento da rubrica Gastos com Trabalho Independente está fortemente relacionada com avenças associadas a serviços em *outsourcing*.

Os honorários de 2024 e 2023 e os montantes liquidados, à data de elaboração do presente relatório, foram os seguintes:

U: Euro

Descrição dos Honorários ROC	2024		2023	
	Honorários	Liquidados	Honorários	Liquidados
Solvência II				
PWC	30 573		29 828	29 828
Revisão Oficial de Contas				
PWC	104 012	78 008	76 875	76 875
Outros Serviços (*)				
PWC	22 072		16 913	16 913
TOTAL	156 658	78 008	123 615	123 615

(*) Inclui 12.300 euros que irão ser faturados pela PWC do Luxemburgo

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe dos saldos ativos de Imposto sobre o rendimento (corrente e diferido) e passivos de Imposto sobre o rendimento (corrente e diferido) a 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalha-se como segue:

U: Euro

Ativos e Passivos por Impostos	2024	2023
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento	709 860	1 011 333
Imposto sobre o rendimento (retenções efetuadas por terceiros)	0	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a favor da Companhia)	0	0
Outros Impostos e Taxas	0	0
Contribuições para a Segurança Social (a favor Companhia)	0	0
Total	709 860	1 011 333
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	0	0
Retenção de Impostos na Fonte	(188 407)	(189 995)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	(50 678)	(36 687)
Outros Impostos e Taxas	(2 781 243)	(2 175 959)
Contribuições para a Segurança Social	(131 635)	(119 212)
Tributos das Autarquias	(46 358)	(53 876)
Total	(3 198 321)	(2 575 729)
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Ativos Financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		
Impacto Transição IFRS 17	917 821	703 675
SIFIDE	1 752 000	0
Ativos Financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	108 586	44 691
Provisões não dedutíveis	1 334	0
Benefício longo prazo dos empregados	12 279	0
Por Prejuízos Fiscais	2 444 161	354 184
Total	5 236 181	1 102 550
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Ativos Financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(658 481)	(203 955)
Reserva da componente financeira	(2 240 952)	(449 410)
Revalorização Imóveis de rendimento	(495 412)	0
Total	(3 394 844)	(653 364)
TOTAL	(647 124)	(1 115 210)

A taxa de imposto utilizada no cálculo dos impostos diferidos é de 24,5% para 2024 e 25,5% para 2023.

O detalhe dos encargos com imposto sobre o rendimento do exercício em 2024 e 2023, reconhecidos na Demonstração de resultados, é conforme segue:

U: Euro

Gastos com imposto sobre o rendimento	2024	2023
Imposto corrente do período	173 622	184 922
Insuficiência/(excesso) de estimativa de anos anteriores	0	0
Imposto diferido do período	(3 562 766)	(5 258)
TOTAL	(3 389 144)	179 664

O imposto corrente de 2024 foi calculado com a amortização fiscal de um décimo dos ajustamentos de transição resultantes da adoção da IFRS17 nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 82-A/2023 de 29 de dezembro.

A reconciliação da taxa de imposto efetiva a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhada conforme segue:

U: Euro

Gastos com impostos sobre o rendimento	2024	2023
Resultado antes de imposto	(9 076 597)	7 192 671
Taxa de imposto	20%	21%
Imposto	(1 815 319)	1 510 461
Rendimentos não tributáveis	0	(320 448)
Diferenças temporárias não dedutíveis s/imposto diferido	0	0
Tributação autónoma	173 622	90 781
Derrama estadual	0	152 304
Derrama	0	98 652
Total de imposto corrente	(1 641 697)	1 531 750
Imposto diferido SIFIDE*	(1 752 000)	0
Poupanças com SIFIDE*	0	(1 342 317)
Imposto sobre o rendimento corrente	0	179 664
Outros impostos sobre o rendimento diferido	4 553	0
Imposto sobre o rendimento	(3 389 144)	179 664
Taxa efetiva de imposto	37,3%	2,5%

- * Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (I&D)

Em relação à legislação do Pilar II, a Caravela não antecipa qualquer impacto relevante da publicação da Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro, que transpõe, para o sistema fiscal português, a Diretiva (UE) n.º 2022/2523, relativa à garantia de um imposto mínimo global de tributação de 15% para grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais.

NOTAS SOBRE A POSIÇÃO FINANCEIRA

12. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

U: Euro

	2024	2023
Caixa e seus equivalentes		
Sede	266	200
Dependências	600	600
Total	866	800
Depósitos à ordem	6 498 358	7 831 683
Total	6 498 358	7 831 683
TOTAL	6 499 225	7 832 483

Para efeitos de preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, são considerados os saldos da tabela anterior. A Demonstração de fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto (2024) e direto (2023) e é apresentada conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apenas detém investimentos em Associadas, conforme segue:

U: Euro

Associadas	% de participação	% de votos detidos	Valores detidos	Contas das Associadas
				Resultado do período
2024				
FSTAR II - ACCOUNT, S.A.	11,64%	11,64%	532 769	1 277 692

Movimentos ocorridos no exercício de 2024:

U: Euro

Associadas	Saldo
Saldo a 1 de janeiro de 2024	
Aumento de participação FSTAR II	384 046
Alienação	
Aplicação equivalência patrimonial	148 723
Dividendos recebidos	
Saldo a 31 de dezembro de 2024	532 769

Em 2024 a participação de 29,1% no capital do Grupo Your no montante de 6.787.394 Euros foi alienada, daqui resultando o reembolso das prestações acessórias de capital, classificadas como empréstimos concedidos, na rubrica de Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado, no total de 354.118Euros (ver Nota 16). Esta alienação ocorreu na sequência do exercício da opção de venda da participação, já prevista e divulgada, no Relatório & Contas de 2023.

Juntamente com a opção de venda da participação suprarreferida, a Caravela passaria a deter uma participação de 11,64% na holding que detém o Grupo Your. Em consequência, a companhia detém a 31 de dezembro de 2024 uma participação de 11,64% da entidade FSTAR II no montante de 8.209 Euros. Na mesma data a Companhia realizou Prestações Acessórias de capital no montante de 375.837 Euros montante que foi acrescido nesta rubrica. De igual modo, a Companhia realizou Suprimentos no montante de 876.954 Euros. (ver Nota 16).

A 31 de dezembro de 2024, após ajustamento pelo método de equivalência patrimonial, o investimento na FSTAR II totaliza 532.769 Euros.

14. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos:

2024

U: Euro

Ativo Financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Outros instrumentos								
Unidades de Participação								
De residentes	9 850 620		9 850 620		9 850 620		(441 309)	9 409 311
De não residentes	14 510 610		14 510 610	(84 364)	14 426 246		275 010	14 701 256
TOTAL	24 361 230	0	24 361 230	(84 364)	24 276 866	0	(166 299)	24 110 567

* - Inclui juros a receber

2023

U: Euro

Ativo Financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Outros instrumentos								
Unidades de Participação								
De residentes	8 341 620		8 341 620		8 341 620		(433 346)	7 908 274
De não residentes	6 909 321		6 909 321	(82 818)	6 826 503		65 703	6 892 206
TOTAL	15 250 941	0	15 250 941	(82 818)	15 168 123	0	(367 642)	14 800 481

* - Inclui juros a receber

O incremento registado nos outros instrumentos em 2024 deve-se à estratégia de realocação de ativos financeiros na carteira da companhia.

15. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

- Instrumentos de dívida

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos em instrumentos de dívida:

2024

U: Euro

Ativo Financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	10 132 101	94 730	10 226 830		10 226 830		47 143	10 273 974
De emissores estrangeiros								
Espanha	2 074 924	11 814	2 086 738		2 086 738		(141 919)	1 944 819
Bélgica	2 070 348	9 468	2 079 816		2 079 816		(199 455)	1 880 361
França	698 259	12 130	710 389		710 389		8 675	719 064
Irlanda	1 169 586	12 567	1 182 153		1 182 153		(84 970)	1 097 182
Áustria	900 193	432	900 624		900 624		(93 559)	807 066
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais								
De emissores estrangeiros	6 384 645	60 427	6 445 072		6 445 072		(184 701)	6 260 371
De outros emissores								
De emissores nacionais	200 333	2 773	203 105		203 105		(1 063)	202 042
De emissores estrangeiros	89 046 615	944 093	89 990 709	(92 441)	89 898 268		(1 123 968)	88 774 300
TOTAL	112 677 003	1 148 433	113 825 436	(92 441)	113 732 996	0	(1 773 817)	111 959 179

2023

U: Euro

Ativo Financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	8 996 362	60 684	9 057 045		9 057 045		(58 362)	8 998 684
De emissores estrangeiros								
Espanha	2 095 721	11 781	2 107 502		2 107 502		(194 121)	1 913 381
Bélgica	2 086 045	9 443	2 095 488		2 095 488		(227 845)	1 867 643
França	697 572	12 097	709 669		709 669		9 918	719 587
Irlanda	1 184 811	12 532	1 197 344		1 197 344		(107 070)	1 090 273
Áustria	900 234	430	900 665		900 665		(109 944)	790 720
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais								
De emissores estrangeiros	6 327 936	60 382	6 388 318		6 388 318		(219 211)	6 169 107
De outros emissores								
De emissores nacionais	201 426	2 765	204 191		204 191		(5 086)	199 105
De emissores estrangeiros	66 486 152	569 815	67 055 967	(92 441)	66 963 526		(2 464 358)	64 499 169
TOTAL	88 976 259	739 929	89 716 188	(92 441)	89 623 748	0	(3 376 078)	86 247 669

* - Inclui juros a receber

O aumento registado em 2024 nos investimentos em Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas, resulta da estratégia de investimento da Companhia em “Outros emissores”.

- Instrumentos de capital**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos em instrumentos de capital:

2024

U: Euro

Ativo Financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 671		3 671		3 671			3 671
De emissores estrangeiros	5 712 276		5 712 276		5 712 276	347 906	4 242 207	10 302 389
TOTAL	5 715 947	0	5 715 947	0	5 715 947	347 906	4 242 207	10 306 069

2023

U: Euro

Ativo Financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 671		3 671		3 671			3 671
De emissores estrangeiros	6 202 472		6 202 472		6 202 472	118 861	3 998 593	10 319 926
TOTAL	6 206 143	0	6 206 143	0	6 206 143	118 861	3 998 593	10 323 597

Os instrumentos de capital incluem o investimento efetuado pela Companhia em dezembro de 2022, na F2X Group Limited, empresa de software situada em Londres, cuja principal atividade é o

desenvolvimento e distribuição da plataforma digital INSTANDA, destinada a empresas de seguros, no que diz respeito a sofisticados sistemas integrados de subscrição, análise, distribuição e integração adaptados aos sistemas informáticos das empresas de seguros. O valor do investimento inicial foi de 1.618.122 ações no valor de £ 4.999.996 (5.712.276 Euros), correspondendo a 5,6% das ações e direitos de voto na F2X Group Limited. Em 2023, o valor da participação foi avaliado por um perito externo, baseada nas projeções do negócio fornecidas pela administração da sociedade. Essa valorização foi de £ 3.499.997 (4.117.455 Euros), perfazendo um total investido de 9.829.731 Euros. Em 2024 da análise à evolução da citada entidade não se identificam indícios de imparidade. Após atualização cambial, a 31 de dezembro de 2024, da participação e subsequente valorização, o montante deste instrumento de capital totaliza 10.302.389 Euros.

No saldo de outros emissores estrangeiros à data de 31 de dezembro de 2023, constava a participação da CA Life no montante de 490.196 euros, alienada em 17 de dezembro de 2024, resultando uma mais-valia de 154.166 euros.

16. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de saldos:

2024				
U: Euro				
Outros Depósitos e Empréstimos Concedido	Início	Vencimento	Prazo (Dias)	Valor *
Depósito a Prazo:				
Millenium BCP	18.11.2024	18.11.2025	365	611 877
Bankinter	10.07.2024	06.01.2025	180	5 084 583
Banco BPI	31.12.2024	29.06.2025	180	3 000 000
			Total	8 696 460
Empréstimos Concedidos:				
Prestações Suplementares COLMENA				74 700
Suprimentos FSTAR II				895 454
			Total	970 154
TOTAL				9 666 614

* - Inclui juros decorridos

2023

U: Euro

Outros Depósitos e Empréstimos Concedido	Início	Vencimento	Prazo (Dias)	Valor *
Depósito a Prazo:				
Millenium BCP	19.11.2023	19.11.2024	365	600 048
Banco BBVA	26.09.2023	02.01.2024	100	3 028 292
Banco Carregosa	19.01.2023	19.01.2024	365	247 909
Bankinter	25.09.2023	02.01.2024	99	3 028 583
Bankinter	28.04.2023	27.04.2024	365	5 215
			Total	6 910 048
Empréstimos Concedidos:				
Prestações Suplementares COLMENA				74 700
Prestações Acessórias YOUR FINANCE				354 118
			Total	428 818
TOTAL				7 338 866

* - Inclui juros decorridos

O montante de Suprimento de 876.954 Euros é remunerado a uma taxa de juro anual fixa equivalente a 7%. De acordo com o contrato, a Caravela pode solicitar o reembolso dos suprimentos no prazo de um ano a contar da data da respetiva realização.

17. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Esta rubrica inclui os imóveis detidos para rendimento e para uso próprio, que estão sujeitos a políticas de mensuração diferentes (ver Nota 2.3.6)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Terrenos e Edifícios incluem os seguintes imóveis:

2024

U: Euro

Imóvel	Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Ano de Venda	Valor de Venda	Ano de Reavaliação	Valor Líquido de Balanço
De rendimento						
Campo Vinha Braga	2016	1 231 882			2021	1 234 000
Armazéns Tejo	2021	7 817 602			2024	8 807 500
Villa Park	2022	10 374 309			2024	11 406 500
	Total	19 423 793				21 448 000
De uso próprio						
Edifício Sede	2023	4 843 637				4 843 637
	Total	4 843 637				4 843 637
TOTAL		24 267 430				26 291 637

2023

U: Euro

Imóvel	Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Ano de Venda	Valor de Venda	Ano de Reavaliação	Valor Líquido de Balanço
De rendimento						
Campo Vinha Braga	2016	1 231 882			2021	1 234 000
Armazéns Tejo	2021	7 817 602				8 062 602
Villa Park	2022	10 374 309				10 374 309
	Total	19 423 793				19 670 910
De uso próprio						
Edifício Sede (ativo em curso)	2023	4 563 299				4 563 299
	Total	4 563 299				4 563 299
TOTAL		23 987 092				24 234 209

No ano de 2024 a Companhia procedeu a avaliação por perito externo de todos os imóveis de rendimento. Dessa avaliação resultou um incremento no valor dos imóveis de 2.022.090 euros. Em face da valorização que daí resultou, conclui-se pela inexistência de imparidade.

As benfeitorias incorporadas nas frações A e B do Imóvel Armazéns Tejo, que em 31.12.2023 totalizavam 245.000 euros, foram cedidas, por meio de um contrato de compra e venda de bens móveis usados e das benfeitorias realizadas, em aditamento ao contrato de arrendamento celebrado com o inquilino que ocupa as referidas frações, justificando a variação ocorrida no valor de aquisição do referido Imóvel entre os anos 2023 e 2024.

O imóvel de uso próprio teve como data de início de utilização o dia 20 de janeiro de 2024. A diferença entre os montantes relevados em 2023 e 2024 resulta das benfeitorias realizadas para operacionalizar o edifício para a sede da companhia (ver Nota 18).

A este edifício de uso próprio foi atribuída, por perito externo, uma vida útil de 50 anos, do que resulta a sua amortização a uma taxa anual de 2%, o que corresponde a 96.873 euros. A avaliação do imóvel por perito externo releva que não há quaisquer indícios de imparidade.

18. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

A rubrica de Outros ativos tangíveis inclui os equipamentos utilizados como suporte à atividade da Companhia, os quais registaram os seguintes movimentos, em 2024 e 2023:

2024

U: Euro

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Tangíveis									
Equipamento administrativo	260 242	260 242	203 390		219 483		120 941	220 898	83 865
Máquinas e ferramentas	245 974	242 988			221 424		1 865	221 098	795
Equipamento informático	712 362	551 788	306 372		338 540		73 348	338 280	393 339
Instalações interiores	2 989	2 989	327 373				19 064		308 309
Material de transporte	403 923	336 175	60 000			111 050	44 000	111 050	83 748
Equipamento hospitalar									
Outro equipamento	136 315	100 372	21 761		40 135		9 690	33 147	41 026
Ativos fixos tangíveis em curso	403 848				403 848				
Total	2 165 653	1 494 554	918 895	0	1 223 429	111 050	268 908	924 474	911 081

2023

U: Euro

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Tangíveis									
Equipamento administrativo	254 694	254 694	7 430		1 882		7 430	1 882	
Máquinas e ferramentas	245 974	239 967					3 021		2 986
Equipamento informático	677 549	467 921	34 814				83 867		160 574
Instalações interiores	2 989	2 576					413		
Material de transporte	338 923	294 223	65 000				41 952		67 748
Equipamento hospitalar									
Outro equipamento	127 934	86 221	8 380				14 152		35 942
Ativos fixos tangíveis em curso			403 848						403 848
Total	1 648 063	1 345 601	519 472	0	1 882	0	150 835	1 882	671 098

O montante de 403.848 Euros registado a 31 de dezembro de 2023 como ativos fixos tangíveis em curso correspondiam a benfeitorias em curso para a nova sede. Por terem sido concluídas e estarem em utilização, foi em 2024, transferido para Terrenos e edifícios de uso próprio (nota 17) e outras rubricas de ativos tangíveis, consoante a sua natureza.

Em consequência da mudança de sede e da consequente alteração de mobiliário, equipamento administrativo, bem como da obsolescência que motiva a aquisição de novo equipamento informático, ocorreu durante 2024, abates no montante de 820.411 euros.

Ativos sob direito de uso

Relativamente aos Ativos sob direito de uso, estes respeitam a contratos de locação de imóveis e viaturas.

2024

U: Euro

Natureza	Direito de uso	Novas locações	Fim do Contrato	Depreciação Exercício	Juros Suportados	Amortização Passivo Financeiro	Direito de uso
	31-12-2023	2024					31-12-2024
Imóveis	324 294	60 384	24 346	136 884	3 161	152 942	223 448
Viaturas	437 366	104 593	30 923	163 429	17 223	142 190	347 606
TOTAL	761 660	164 976	55 269	300 313	20 384	295 132	571 054

2023

U: Euro

Natureza	Direito de uso	Novas locações	Fim do Contrato	Depreciação Exercício	Juros Suportados	Amortização Passivo Financeiro	Direito de uso
	31-12-2022	2023					31-12-2023
Imóveis	836 021	103 212	230 171	396 852	7 665	387 612	324 294
Viaturas	189 802	372 867	0	125 303	10 213	113 001	437 366
TOTAL	1 025 822	476 080	230 171	522 155	17 878	500 613	761 660

19. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de ativos intangíveis refere-se substancialmente a *software* de suporte à atividade da Companhia.

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis em 2024 e 2023 foram como segue:

2024

U: Euro

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	937 755	937 755	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com aplicações informáticas	5 822 066	3 006 639	852 631	0	842 082	0	787 040	823 843	2 862 779
Ativos Intangíveis em curso	350 786	0	731 878	0	918 411	0	0	0	164 253
Outros	4 414	3 166	0	0	0	0	391	0	857
TOTAL	7 115 021	3 947 560	1 584 509	0	1 760 493	0	787 431	823 843	3 027 888

2023

U: Euro

	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Ativos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	937 755	937 755	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com aplicações informáticas	3 541 556	2 263 693	2 280 510	0	0	0	742 945	0	2 815 427
Ativos Intangíveis em curso	2 193 070	0	580 557	0	2 422 841	0	0	0	350 786
Outros	4 414	3 166	0	0	0	0	0	0	1 248
TOTAL	6 676 795	3 204 615	2 861 066	0	2 422 841	0	742 945	0	3 167 461

Em 2024 foram abatidos 842.082 euros relativos a software descontinuado e que se encontrava registado em Despesas com aplicações informáticas. O montante de amortizações que lhe correspondia era de 823.843 euros.

O montante de ativos intangíveis em curso a 31 de dezembro de 2023 correspondente a projetos em desenvolvimento na área informática foram integralmente concluídos durante 2024. Por outro lado, novos projetos foram iniciados neste exercício. O montante de 164.253 euros que constitui o saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2024 corresponde a projetos informáticos cuja conclusão se estima vir a acontecer em 2025.

20.ATIVOS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

O detalhe das rubricas “Ativos de contratos de resseguro cedido” e “Passivos de contratos de seguro”, ambas mensuradas pela Abordagem de Imputação do Prémio, é o seguinte:

U: Euro

	2024	2023
Ativos de contratos de resseguro cedido		
De serviços futuros	5 933 220	4 423 244
De serviços passados	62 782 482	54 467 073
TOTAL	68 715 702	58 890 317
Passivos de contratos de seguro		
De serviços futuros	21 595 767	19 074 292
De serviços passados	149 910 608	123 806 795
TOTAL	171 506 375	142 881 088

20.1.Reconciliação de ativos de contratos de resseguro cedido

Em dezembro de 2024 e 2023, a reconciliação dos montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados para os contratos de resseguro cedidos podem ser analisadas como se segue:

2024
U: Euro

CONTRATOS DE RESSEGURO CEDIDOS	Serviços Futuros		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo a componente de perda	Componente de perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para risco não financeiro	
Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	4 423 244	0	51 983 026	2 484 047	58 890 317
Gastos de contratos de resseguro	44 033 449	0	0	0	44 033 449
Réditos de contratos de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com contratos de resseguro	0	0	32 194 064	502 217	32 696 282
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	0	0	10 796 028	(1 448 132)	9 347 895
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	0	0	0	0	0
Efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro	0	0	382 157	0	382 157
Resultado de contratos de resseguros	44 033 449	0	43 372 249	(945 915)	86 459 783
Componente financeira dos contratos de resseguro	0	0	(4 025 508)	0	(4 025 508)
Total reconhecido em rendimento integral	44 033 449	0	39 346 741	(945 915)	82 434 275
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos de contratos de resseguro cedido	(55 682 457)	0	0	0	(55 682 457)
Sinistros pagos e outros gastos de contratos de resseguro decorrentes de contratos de resseguro cedido	0	0	(30 085 417)	0	(30 085 417)
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	13 158 984	0	0	0	13 158 984
Total Fluxos de caixa	(42 523 473)	0	(30 085 417)	0	(72 608 890)
Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2024	5 933 220	0	61 244 350	1 538 132	68 715 702

2023
U: Euro

CONTRATOS DE RESSEGURO CEDIDOS	Serviços Futuros		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo a componente de perda	Componente de perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para risco não financeiro	
Ativos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro de 2023	3 055 519	0	44 095 599	2 069 712	49 220 830
Gastos de contratos de resseguro	25 629 792	0	0	0	25 629 792
Réditos de contratos de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com contratos de resseguro	0	0	(15 975 945)	224 902	(15 751 043)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	0	0	(8 778 888)	189 433	(8 589 455)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	0	0	0	0	0
Efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro	0	0	274 629	0	274 629
Resultado de contratos de resseguros	25 629 792	0	(24 480 204)	414 335	1 563 923
Componente financeira dos contratos de resseguro	0	0	13 065	0	13 065
Total reconhecido em rendimento integral	25 629 792	0	(24 467 140)	414 335	1 576 987
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos de contratos de resseguro cedido	(24 262 068)	0	0	0	(24 262 068)
Sinistros pagos e outros gastos de contratos de resseguro decorrentes de contratos de resseguro cedido	0	0	32 354 567	0	32 354 567
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	0	0	0	0	0
Total Fluxos de caixa	(24 262 068)	0	32 354 567	0	8 092 499
Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	4 423 243	0	51 983 026	2 484 047	58 890 317

20.2. Reconciliação de passivos de contratos de seguro

Em dezembro de 2024 e 2023, a reconciliação dos montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados para os contratos de seguro emitidos podem ser analisadas como se segue:

Relatório e Contas de 2024
Caravela – Companhia de Seguros, S.A.

2024
U: Euro

CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS	Serviços Futuros		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem		Total
	Excluindo a componente de perda	Componente de perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para risco não financeiro	
Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	19 074 292	0	118 964 687	4 842 109	142 881 088
Réditos de contratos de seguro	(183 602 146)	0	0	0	(183 602 146)
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos	0	0	120 610 681	1 528 850	122 139 530
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	0	0	28 962 721	(2 170 354)	26 792 367
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	0	0	0	0	
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	34 808 128	0	0	0	34 808 128
Resultado de contratos de seguro	(148 794 018)	0	149 573 402	(641 504)	137 880
Componente financeira de contratos de seguro	0	0	(10 338 626)	0	(10 338 626)
Total reconhecido em rendimento integral	(148 794 018)	0	139 234 776	(641 504)	(10 200 746)
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	184 942 364	0	0	0	184 942 364
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguro decorrentes de contratos de seguro emitidos	0	0	(112 489 460)	0	(112 489 460)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(33 626 871)	0	0	0	(33 626 871)
Total Fluxos de caixa	151 315 494	0	(112 489 460)	0	38 826 034
Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2024	21 595 767	0	145 710 903	4 200 604	171 506 375

2023
U: Euro

CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS	Serviços Futuros		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem		Total
	Excluindo a componente de perda	Componente de perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para risco não financeiro	
Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro de 2023	20 054 983	0	97 235 641	5 297 795	122 588 419
Réditos de contratos de seguro	(157 315 253)	0	0	0	(157 315 253)
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos	0	0	99 491 368	(911 372)	98 579 996
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	0	0	19 843 491	455 686	20 299 177
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	0	0	0	0	
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	27 041 860	0	0	0	27 041 860
Resultado de contratos de seguro	(130 273 393)	0	119 334 859	(455 686)	(11 394 220)
Componente financeira de contratos de seguro	0	0	860 879	0	860 879
Total reconhecido em rendimento integral	(130 273 393)	0	120 195 738	(455 686)	(10 533 341)
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	160 255 500	0	0	0	160 255 500
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguro decorrentes de contratos de seguro emitidos	0	0	(98 466 692)	0	(98 466 692)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(30 962 798)	0	0	0	(30 962 798)
Total Fluxos de caixa	129 292 702	0	(98 466 692)	0	30 826 010
Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	19 074 291	0	118 964 687	4 842 109	142 881 088

Em ambos os exercícios não foram identificados componentes de perda.

20.3. Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- ⇒ Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- ⇒ Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- ⇒ Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- ⇒ Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- ⇒ Procedimentos de conferências casuísticas.

Risco de seguro e de mercado

As análises de sensibilidade efetuadas pela Companhia para as variáveis de risco – taxa de juro e inflação – e o seu respetivo impacto em capital, resultados e na margem de serviços contratuais pode ser analisado da seguinte forma:

U: Euro

	2024				2023			
	Sinistros ocorridos a 31 de Dezembro	Impacto nos sinistros ocorridos	Impacto em resultados antes de impostos	Impacto em capital	Sinistros ocorridos a 31 de Dezembro	Impacto nos sinistros ocorridos	Impacto em resultados antes de impostos	Impacto em capital
Passivos de contratos de seguro	149 910 608				123 806 795			
Ativos de contratos de resseguro	(62 782 482)				(54 467 073)			
Passivos de contratos de seguro líquido	87 128 125				69 339 723			
Taxa de juro - 100 p.b.								
Passivos de contratos de seguro		7 285 038	(7 285 038)	(5 500 204)		906 340	(906 340)	(675 223)
Ativos de contratos de resseguro		(3 402 438)	3 402 438	2 568 841		(454 924)	454 924	338 918
Passivos de contratos de seguro líquido		3 882 600	(3 882 600)	(2 931 363)		451 416	(451 416)	(336 305)
Inflação + 200 p.b.								
Passivos de contratos de seguro		509 597	(509 597)	(384 746)		1 979 721	(1 979 721)	(1 474 892)
Ativos de contratos de resseguro		53 043	(53 043)	(40 047)		(428 330)	428 330	319 106
Passivos de contratos de seguro líquido		562 640	(562 640)	(424 793)		1 551 391	(1 551 391)	(1 155 786)

O desenvolvimento dos sinistros por ano de ocorrência pode ser analisado como se segue:

U: Euro

	Ano de Ocorrência						Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Ano de pagamento	39 839 487	46 512 268	74 343 384	78 256 082	94 956 864	117 042 837	
Ano 1	41 985 541	60 097 098	64 501 610	83 605 223	106 792 203	0	
Ano 2	53 387 684	52 790 858	65 245 792	90 012 829	0	0	
Ano 3	46 915 605	53 625 562	68 975 287	0	0	0	
Ano 4	47 964 807	53 623 764	0	0	0	0	
Ano 5	45 965 462	0	0	0	0	0	
Sinistros acumulados e outras despesas atribuíveis pagas	(44 459 902)	(51 368 018)	(62 438 532)	(78 825 062)	(90 826 336)	(61 602 506)	(389 520 356)
Sinistros ocorridos entre 2019 e 2024	1 505 560	2 255 746	6 536 755	11 187 767	15 965 866	55 440 331	92 892 025
Sinistros ocorridos em anos anteriores							3 989 364
Pensões							104 663 127
Efeito do desconto							(55 834 512)
Efeito do ajustamento de risco							4 200 604
Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados							149 910 608

Risco de concentração

As concentrações de risco decorrentes de contratos no âmbito da IFRS 17 apuradas pela Companhia foram as seguintes:

U: Euro

Capitais seguros de Fenômenos Sísmicos por zona Cresta	2024				2023			
	Brutos de resseguro	%	Líquidos de resseguro	%	Brutos de resseguro	%	Líquidos de resseguro	%
1	1 282 082 527	21%	172 644 298	25%	1 291 977 687	24%	173 684 073	26%
2	1 068 840 873	18%	126 461 132	19%	971 931 798	18%	126 180 522	19%
3	928 358 283	15%	129 194 050	19%	919 946 073	17%	129 707 464	19%
4	571 638 275	9%	51 850 530	8%	395 707 376	7%	56 184 944	8%
5	2 101 430 563	35%	198 890 534	29%	1 795 534 706	33%	186 599 121	28%
6	1 598 170	0%	479 451	0%	1 589 870	0%	476 961	0%
7	64 459 171	1%	844 282	0%	64 077 610	1%	700 220	0%
Total	6 018 407 862	100%	680 364 279	100%	5 440 765 120	100%	673 533 306	100%

Risco de crédito

A Companhia no âmbito do risco de crédito decorrente de contratos de resseguro cedido no âmbito da IFRS 17 considera que a sua exposição máxima ao risco de crédito no final do período de relato é o seguinte:

U: Euro

	2024					2023				
	A	AA	BBB	Unrated	Total	A	AA	BBB	Unrated	Total
Exposição máxima ao risco de crédito	52 727 732	11 182 527	231 082	56 634	64 197 975	42 892 407	9 250 929	281 234	56 634	52 481 204

Risco de liquidez

A análise das maturidades efetuada pela Companhia para os contratos de seguro e para os investimentos e ativos financeiros foi a seguinte:

U: Euro

	1	2	3	4	5	6-10	>10	Total
Investimentos e ativos financeiros	60 658 706	11 726 742	16 520 972	19 100 900	14 986 515	15 949 391	50 325 952	189 269 178
Passivos de contratos de seguro liquidados de resseguro	61 293 817	8 142 027	4 751 957	3 367 026	2 111 965	5 890 011	13 882 450	99 439 253

21. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe desta rubrica refere-se aos seguintes saldos:

U: Euro

	2024	2023
Contas a receber por operações do seguro direto:		
Mediadores:		
- Contas correntes	2 482 596	3 666 296
- Comissões a receber	109 604	136 399
Sub-total	2 592 200	3 802 695
Cosseguradores:		
- Contas correntes	11 771	171 540
- Outros Saldos	217	217
Sub-total	11 988	171 757
Outros		
- Outros Saldos		6 595
- Outros Tomadores de Seguros	1 339 987	
Sub-total	1 339 987	6 595
Imparidade de crédito	(74 805)	(82 249)
Sub-total	(74 805)	(82 249)
Total	3 869 370	3 898 798
Contas a receber por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	5 457 857	3 225 282
Imparidade de crédito		
Total	5 457 857	3 225 282
Contas a receber por outras operações:		
Pessoal	14 757	15 418
Fundo de Acidentes de Trabalho	48 367	23 491
Outros devedores diversos	2 575 057	2 560 216
Imparidade de crédito		
Total	2 638 181	2 599 125
Balanco	11 965 407	9 723 206

O acréscimo apresentado na rubrica “Outros devedores por operações de seguro e outras operações” de 9.723.206 euros em dezembro de 2023 para 11.965.407 euros em dezembro de 2024 é consequência de:

- (i) Redução dos saldos de conta corrente de mediadores relevando uma evolução positiva da gestão de cobranças da companhia;
- (ii) Da existência de um saldo devedor no montante de 1.339.987 euros referente a vários tomadores de seguro cuja regularização ocorreu no início de janeiro de 2025;
- (iii) Incremento nos saldos das contas a receber por operações de resseguro em resultado de indemnizações a receber no âmbito da regularização de sinistros.

Os movimentos registados na imparidade de Contas a receber por operações de seguro referem-se ao ajustamento efetuado nos créditos de cobrança duvidosa nas contas correntes de mediadores e estão contabilizados na rubrica de outros rendimentos e gastos da Demonstração de Resultados.

U: Euro

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa				
Mediadores de Seguros	82 249		7 444	74 805
Outros devedores				
Sub-total	82 249	0	7 444	74 805
TOTAL	82 249	0	7 444	74 805

22. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de Acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentavam esta composição:

U: Euro

	2024	2023
Gastos diferidos:		
Seguros	127 559	116 908
Rendas e alugueres	19 182	35 048
Serviços de informática	177 004	223 458
Outros gastos	507 135	777 878
Total	830 881	1 153 292
Acréscimos de rendimentos:		
Rendas e alugueres		
Comissões de Resseguro	5 752 552	
Total	5 752 552	0
Total de Balanço	6 583 433	1 153 292

A evolução verificada na rubrica de acréscimos de rendimentos está relacionada com o contrato de resseguro de quota-parte que entrou em vigor a 1 de julho de 2024 para o ramo automóvel mencionados na Nota 4 e cujo cálculo da comissão de resseguro será apurado no final da anuidade.

U: Euro

	2024	2023
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídios)	885 843	809 103
Encargos sobre remunerações	215 037	196 339
Bónus a liquidar ao pessoal	0	0
Comissões a pagar	1 595 593	633 338
Outros acréscimos	151 447	125 591
Total	2 847 920	1 764 370
Rendimentos Diferidos:		
Rendas e alugueres	102 676	90 444
Total	102 676	90 444
Total de Balanço	2 950 597	1 854 814

O crescimento do volume de negócios da companhia justifica o incremento do montante de comissões a pagar, suprarreferido.

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica de Outros passivos financeiros é conforme segue:

U: Euro

	2024	2023
Depósitos Recebidos de Resseguradores		
Prémios		
Sinistros	2 584 410	1 673 148
Total	2 584 410	1 673 148
Locação Operacional (IFRS 16)		
Equipamento Transporte	355 809	441 553
Edifícios Arrendados	224 500	344 565
Total	580 310	786 118
TOTAL	3 164 720	2 459 266

Movimentos ocorridos na rubrica de passivos de locação em 2024 e 2023:

2024

U: Euro

Natureza	Passivo Financeiro	Novas locações	Fim do Contrato	Juros Suportados	Amortização Passivo Financeiro	Passivo Financeiro
	31-12-2023	2024				31-12-2024
Imóveis	344 565	60 384	24 346	3 161	152 942	224 500
Viaturas	441 553	104 593	30 923	17 223	142 190	355 809
Total	786 118	164 976	55 269	20 384	295 132	580 310

2023

U: Euro

Natureza	Passivo Financeiro	Novas locações	Fim do Contrato	Juros Suportados	Amortização Passivo Financeiro	Passivo Financeiro
	31-12-2022	2023				31-12-2023
Imóveis	866 801	103 212	230 171	7 665	395 277	344 565
Viaturas	191 900	372 867	0	10 213	123 214	441 553
Total	1 058 701	476 080	230 171	17 878	518 491	786 118

24. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe desta rubrica refere-se aos seguintes saldos:

U: Euro

	2024	2023
Contas a pagar por operações do seguro direto:		
Mediadores:		
- Contas correntes	1 163 719	1 212 743
- Comissões a pagar	1 225 902	1 015 723
Sub-total	2 389 621	2 228 466
Cosseguradores:		
- Contas correntes	119 710	111 758
- Outros Saldos	34	34
Sub-total	119 745	111 793
Tomadores de seguro:		
- Prémios recebidos antecipadamente	6 886 560	7 191 912
Sub-total	6 886 560	7 191 912
Outros:		
- Outros Saldos	0	6 595
Sub-total	0	6 595
Total	9 395 926	9 538 765
Contas a pagar por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	22 795 699	5 807 667
Total	22 795 699	5 807 667
Contas a pagar por outras operações:		
Pessoal	1 070	2 018
Fornecedores	607 679	596 237
Outros credores diversos	240 546	114 564
Total	849 294	712 819
Balço	33 040 919	16 059 251

25. CAPITAL

O capital social subscrito e realizado da Caravela era, em 31 de dezembro de 2024, de 44.388.315 euros, estando representado por 79.056.677 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

A composição do capital social subscrito era, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a seguinte:

U: Euro

Acionistas	Beneficiário Último	2024		2023	
		Nº de ações	% do capital social	Nº de ações	% do capital social
TPIF Douro Bidco S.A.R.L.	Martin Brian Hughes	37 947 205	48,00%	37 947 205	48,00%
VALENS Private Equity Unipessoal, Lda	Mário Nuno dos Santos Ferreira	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO, LDA	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
VIOLAS SGPS, SA	Manuel Soares de Oliveira Violas Rita Celeste Soares Violas e Sá	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
ANCORAS DE JUPITER UNIPESSOAL LDA	Luis Filipe Sampaio Cervantes	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
IBG - HOLDING, LTD	Isabel Maria Araújo Rodrigues de Sá	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
MONSEUL UNIPESSOAL, LDA	Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
SUSTENTÁVELEXITO UNIPESSOAL, LDA	Fernando José Lopes Araújo	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPESSOAL, LDA	António Ferreira da Silva	2 055 475	2,60%	2 055 475	2,60%
BLUE WAVE, SA	António Manuel Nestor Ribeiro	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
FEMACOSA, UNIPESSOAL, LDA	Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
TLCI 2 - SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES, SA	António Jorge Pereira Martins	1 233 286	1,56%	1 233 286	1,56%
	João Pedro de Freitas Pereira Martins				
	Guilherme Pereira Martins				
GOL HEALTH, LDA	António Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
	Carlos Manuel Ribeiro de Sousa				
	Carlos Alberto Fernandes Barbosa				
IMOMINIUS - Soc. Imobiliária, S.A.	José Manuel Capa Pereira	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
IMPACTO MAGNÉTICO UNIPESSOAL, LDA	Inácio da Silva Sousa	1 233 257	1,56%	1 233 257	1,56%
Manuel Salgueiro Rodrigues	Manuel Salgueiro Rodrigues	822 190	1,04%	822 190	1,04%
Gilberto Almeida Romeiro	Gilberto Almeida Romeiro	770 803	0,98%	770 803	0,98%
DIVAD, LDA	Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David	411 095	0,52%	411 095	0,52%
	Mário Henrique de Almeida Santos David				
GOBGEST, LDA	Jorge Filipe Araújo Pontes	616 642	0,78%	411 095	0,52%
Francisco José Pereira Gonçalves	Francisco José Pereira Gonçalves	411 095	0,52%	411 095	0,52%
José António Carvalho Pereira	José António Carvalho Pereira	308 321	0,39%	308 321	0,39%
TCO INVESTIMENTOS - SGPS LDA	Carlos Alberto da Cunha Oliveira		0,00%	205 547	0,26%
Luis Afonso Cortez Rodrigues Queiró	Luis Afonso Cortez Rodrigues Queiró	205 547	0,26%	205 547	0,26%
TOTAL		79 056 677	100%	79 056 677	100%

No quadro seguinte pode-se analisar a composição do capital próprio da Caravela no final dos exercícios em análise - 2024 e 2023:

U: Euro

Capital Próprio	2024	2023
Capital Social	44 388 315	44 388 315
Reservas de Reavaliação	2 862 959	888 425
Reservas por impostos diferidos	(2 899 433)	(685 662)
Reservas por componente financeira contratos seguro e resseguro	9 743 270	1 678 368
Outras Reservas:		
Reservas Legal	3 863 275	3 161 974
Reservas Livres	21 078 305	14 766 599
Resultados Transitados	(3 843 992)	(3 843 992)
Resultados do Exercício	(5 687 454)	7 013 007
TOTAL	69 505 246	67 367 034

Os ajustamentos da componente financeira de contratos de seguro e de resseguro cedidos, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentam-se como se segue:

U: Euro

	2024	2023
Ajustamentos de componente financeira de contratos de seguro	12 996 991	(626 198)
Ajustamentos de componente financeira de contratos de resseguro cedidos	(4 932 089)	(116 932)
Outro rendimento integral	8 064 901	(743 130)

A evolução ocorrida nas rubricas “Ajustamentos de componente financeira de contratos de seguros” e “Ajustamentos de componente financeira de contratos de resseguro cedidos”, resulta da adoção de uma nova curva de taxa de juro para desconto das *best estimate* dos contratos de seguro e de resseguro, respetivamente, para o ramo de Acidentes de Trabalho (NSLT E SLT), a qual corresponde a um portfolio de referência conforme descrito na Nota 2.3.1 f) -Taxa de desconto. No ano transato foi usada, para efeito de desconto, a taxa de juro sem risco da EIOPA + Prémio de Iliquidez para os contratos de seguro deste grupo (Acidentes de Trabalho- NLST e SLT). Para os restantes contratos de seguro dos ramos Não Vida a curva utilizada nos dois exercícios é a curva sem risco da EIOPA + Prémio de Iliquidez, em referência a 31 de dezembro.

26.RESERVAS

No quadro seguinte pode analisar a composição das reservas a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

U: Euro

Reservas	31-12-2024	31-12-2023
Reservas de Reavaliação	2 862 959	888 425
Reservas por impostos diferidos	(2 899 433)	(685 662)
Reservas por componente financeira contratos de seguro e resseguro	9 743 270	1 678 368
Outras Reservas:		
Reservas Legal	3 863 275	3 161 974
Reservas Livres	21 078 305	14 766 599
TOTAL	34 648 376	19 809 703

Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social. Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 701.301 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo registou um aumento de 6.311.706 euros no exercício, correspondente ao remanescente de valor após a dotação da Reserva Legal.

Reserva por componente financeira de contratos de seguro / resseguro

Esta reserva decorre da opção tomada relativamente ao reconhecimento dos rendimentos e gastos financeiros de seguros, de acordo com a qual a Companhia desagrega os rendimentos ou gastos financeiros de seguros do período, incluindo nos resultados do exercício uma quantia determinada por uma imputação sistemática definida, do total de rendimentos ou gastos financeiros previstos ao longo da duração de um grupo de contratos. Esta reserva é constituída pelo registo inicial do seguro e regularizada por contrapartida de resultados, pela passagem do tempo.

Os rendimentos ou gastos financeiros resultam dos juros sobre as obrigações de seguro/ resseguro (fluxos de caixa futuros dos contratos) calculados com base na taxa de desconto inicial (*locked-in*).

A evolução do saldo desta rubrica que corresponde a um incremento de 8.064.902 euros é justificada pelo descrito sobre a taxa de desconto na Nota 3.3.1 f) -taxa de desconto.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores. Os valores registados nesta reserva não são passíveis de reciclagem por resultados, sendo transferidos para resultados transitados na data da alienação ou extinção dos ativos financeiros associados.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2024 e 2023 pode ver-se nas Demonstrações de Variação de Capital Próprio.

A evolução da rubrica está diretamente relacionada pela evolução macroeconómica e com a estratégia de investimentos seguida pela Companhia.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se

estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Os registos subsequentes destes impostos diferidos seguem o mesmo tratamento contabilístico da Reserva a que dizem respeito.

Em 2024 a evolução desta rubrica no montante de 2.213.771 euros está diretamente relacionada com a evolução positiva da Reserva de reavaliação e Reserva da componente financeira dos contratos de seguro e contratos de resseguro.

27. PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas da Companhia as pessoas ou as entidades que:

- i) Tiverem o controlo ou controlo conjunto da Companhia;
- ii) Tiverem uma influência significativa sobre a Companhia;
- iii) Forem membros do Conselho de Administração;
- iv) Forem uma entidade controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa ou entidade, identificada na alínea (i) acima; e
- v) Fornecerem serviços a pessoal-chave da Companhia ou à sua empresa-mãe.

As transações entre partes relacionadas são realizadas com racionalidade e fundamento económicos e são efetuadas a valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, as entidades consideradas como partes relacionadas e respetivos saldos e transações, foram as seguintes:

Entidades	Demonstração da Posição Financeira		Demonstração de Resultados	
	Débito	Crédito	Gastos	Rendimentos
	2024 U: Euro			
YOUR INSURANCE				
Outros Devedores e Credores	72 000	0	0	0
Mediadores de Seguros	0	2 264	160 944	0
Prémios em Cobrança	7 473	0	0	0
FSTAR II - ACCOUNT, S.A.				
Empréstimos concedidos e contas a receber	895 454	0	0	18 500
Outros Devedores e Credores	1 321 068	0	63 404	0
TPIF Douro Bidco S.A.R.L.				
Instrumentos Capital		21 306 391		
Outros Devedores e Credores	20 910			

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são divulgadas no Relatório do Governo Societário (Nota 3.2).

28. JUSTO VALOR

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

2024
U: Euro

Instrumento Financeiro	Mensurado Justo Valor	Mensurado Custo Amortizado	Valor Contabilístico	Justo Valor
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0	6 499 225	6 499 225	6 499 225
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	24 110 567	0	24 110 567	24 110 567
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de Capital	10 306 060	0	10 306 060	10 306 060
Instrumentos de Dívida	111 959 179	0	111 959 179	111 959 179
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	9 666 614	9 666 614	9 666 614
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	0	11 965 407	11 965 407	11 965 407
Total Ativo	146 375 806	28 131 246	174 507 052	174 507 052
Passivos				
Outros Passivos Financeiros	0	3 164 720	3 164 720	3 164 720
Outros credores por operações de seguros e outras operações	0	33 040 919	33 040 919	33 040 919
Total Passivo	0	36 205 639	36 205 639	36 205 639

2023
U: Euro

Instrumento Financeiro	Mensurado Justo Valor	Mensurado Custo Amortizado	Valor Contabilístico	Justo Valor
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0	7 832 483	7 832 483	7 832 483
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	14 800 481	0	14 800 481	14 800 481
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de Capital	10 323 597	0	10 323 597	10 323 597
Instrumentos de Dívida	86 247 669	0	86 247 669	86 247 669
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	7 338 866	7 338 866	7 338 866
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	0	9 723 206	9 723 206	9 723 206
Total Ativo	111 371 747	24 894 555	136 266 302	136 266 302
Passivos				
Outros Passivos Financeiros	0	2 459 266	2 459 266	2 459 266
Outros credores por operações de seguros e outras operações	0	16 059 251	16 059 251	16 059 251
Total Passivo	0	18 518 517	18 518 517	18 518 517

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Para os depósitos à ordem e os depósitos a prazo a taxa variável foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- Para os empréstimos concedidos, os depósitos a prazo a taxa fixa e outras contas a receber, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração a taxa de juro de mercado aplicável tendo em conta o risco da contraparte, o montante e o prazo.

- Para os empréstimos obtidos, foram consideradas as taxas de juro de mercado contratadas para operações de montante e prazo semelhante.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por técnica de avaliação:

2024
U: Euro

Instrumento Financeiro	Cotação em Mercado Ativo		Outras Técnicas de Valorização		TOTAL
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 3	
Ativo					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		24 110 567			24 110 567
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Instrumentos de Capital				10 306 060	10 306 060
Instrumentos de Dívida	111 959 179				111 959 179
TOTAL	111 959 179	24 110 567	10 306 060		146 375 806

2023
U: Euro

Instrumento Financeiro	Cotação em Mercado Ativo		Outras Técnicas de Valorização		TOTAL
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 3	
Ativo					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		14 800 481			14 800 481
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Instrumentos de Capital				10 323 597	10 323 597
Instrumentos de Dívida	86 247 669				86 247 669
TOTAL	86 247 669	14 800 481	10 323 597		111 371 747

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia compreende três níveis:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para os quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros.

Nível 3 – A Companhia classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais a Companhia utiliza extrapolações de dados de mercado.

Nos exercícios de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

U: Euro

	Ativos Financeiros ao Justo Valor (Nível 3)		Total
	Através de ganhos e perdas	Através de Reservas	
Em 1 de janeiro de 2023	0	6 159 496	6 159 496
Aquisições	0	0	0
Alienações	0	0	0
Reembolsos	0	0	0
Reclassificações	0	0	0
Variações de Justo Valor	0	4 164 101	4 164 101
Em 31 de dezembro de 2023	0	10 323 597	10 323 597
Aquisições	0	0	0
Alienações	0	(490 196)	(490 196)
Reembolsos	0	0	0
Reclassificações	0	0	0
Variações de Justo Valor	0	472 659	472 659
Em 31 de dezembro de 2024	0	10 306 060	10 306 060

As Variações de Justo Valor incluem valias cambiais de 229.096 Euros em 2024 (2023: 165.508 Euros).

29. GESTÃO DE RISCOS

29.1. Riscos Financeiros

a) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco do preço das ações e o risco de taxa de juro.

b) Risco do preço das ações

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Tipo de emitente (forma jurídica);
- Nível de rating;
- Sector de atividade;
- Zona geográfica;
- Concentração por grupo emitente.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez advém de a possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

d) Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de spread.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos ratings dos resseguradores.

A exposição máxima ao risco de crédito por rating para os Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas – instrumentos de dívida, é conforme segue:

U: Euro

Obrigações por notação de Rating	2024	%	2023	%
AAA	6 052 791	5%	3 064 159	4%
AA +	1 415 543	1%	2 948 369	3%
AA	3 938 331	4%	3 087 898	4%
AA -	14 379 290	13%	13 540 920	16%
A +	10 407 212	9%	6 987 863	8%
A	13 432 762	12%	7 894 986	9%
A -	52 898 189	47%	38 387 342	45%
BBB +	6 632 766	6%	7 042 773	8%
BBB	2 256 793	2%	2 137 898	2%
BBB-	545 479	0%	0	0%
BB	0	0%	0	0%
BB +	0	0%	0	0%
BBB -	0	0%	1 155 451	1%
BB -	0	0%	0	0%
B +	0	0%	0	0%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
Total	111 959 165	100%	86 247 669	100%

Para as operações de caixa e equivalentes de caixa e o nível de exposição ao risco encontra-se conforme abaixo:

U: Euro

Rating	Descrição	Valor
BBB	DO - Millennium	447 297
BBB	DO - CGD	1 393 837
CCC or lower	DO - BPG	16 561
A	DO - BBVA	4 296 002
A	DO - CACEIS	53 112
BBB	DO - ABANCA	618
CCC or lower	DO - BANCO J.L. CARREGOSA, S.A.	271 775
A	DO - BANCO BPI, S.A.	13 617
BBB	DO - BANKINTER	5 540
Total		6 498 358

29.2. Risco de Solvabilidade

a) Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

⇒ Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

⇒ Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos *risk owners*.

⇒ Identificação dos KRI⁵ e planos de ação

O KRI encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de stress no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

b) Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

⁵ Key Risk Indicator

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

- ⇒ Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas;
- ⇒ Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;
- ⇒ Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A Companhia segue a definição e as matrizes de COSO *Report*⁶.

A Caravela entende o termo “controlo interno” como um meio de:

- ⇒ Controlar os seus processos;
- ⇒ Otimizar as suas atividades;
- ⇒ Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- ⇒ Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- ⇒ Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- ⇒ Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- ⇒ Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- ⇒ Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- ⇒ E autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- ⇒ Campanha de autoavaliação;
- ⇒ Descrição das atividades de controlo;
- ⇒ Autoavaliação das atividades de controlo;
- ⇒ Planos de ação, se necessário;
- ⇒ Testes independentes;

⁶ *Committee Of Sponsoring Organisation of the Treaty Commission*

- ⇒ Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- ⇒ Recomendação, se necessária.

c) Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco, face a 2023, aumentou. A exposição ao risco é a seguinte:

U: Euro

	2024	2023
Exposição	10 302 389	9 829 730

d) Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A exposição é descrita como segue:

U: Euro

	2024	2023
Exposição	22 642 239	27 817 262

e) Risco de imobiliário

O risco Imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. Em 2023, este risco, teve uma variação relevante, quanto ao requisito de capital, uma vez que os ativos em exposição sofreram alteração, pelo que a exposição ao risco é descrita como segue:

U: Euro

	2024	2023
Exposição	26 515 086	24 558 504

f) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos – obrigações e Depósitos a

prazo e os passivos – provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

A exposição é descrita no quadro seguinte:

U: Euro

	Exposição	
	2024	2023
Ativos	131 999 478	94 466 803
Passivos	109 152 912	91 207 410

g) Risco de spread

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

U: Euro

Rating	2024			2023		
	% de exposição	Duração	Exposição	% de exposição	Duração	Exposição
AAA	6%	1,7	6 052 791	4%	3,2	3 064 159
AA	12%	3,7	12 007 460	17%	2,7	11 951 337
A	71%	3,3	69 565 613	64%	2,8	45 756 273
BBB	10%	2,3	10 046 914	15%	2,7	10 588 633
BB	0%	0,0	0	0%	0,0	0
B	0%	0,0	0	0%	0,0	0
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Unrated	0%	0,0	0	0%	0,1	247 909
Total	100%	3,1	97 672 778	100%	2,8	71 608 311

h) Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

U: Euro

Sector de Atividade	2024			2023		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	1%	1 707 390	0	1%	1 057 392	0
Consumo - Cíclico	12%	18 972 977	0	11%	14 392 985	0
Consumo - Não Cíclico	9%	13 910 053	0	8%	9 418 545	0
Financeiro	30%	46 651 909	0	33%	41 453 505	0
Fundos	15%	24 110 567	0	12%	14 800 481	0
Governos	13%	20 211 038	0	15%	18 788 310	0
Serviços	17%	25 996 773	0	17%	21 905 673	0
Outro	3%	5 014 467	0	3%	3 681 117	0
Total	100%	156 575 175	0	100%	125 498 007	0

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emitente, é composto por:

U: Euro

Grupo Emitente	2024			
	Exposição	Rating	Exposição	Peso
Dívida Publica Portuguesa	OBG	A	10 273 974	6.6%
Banco Bankinter	CPZ	A	5 084 583	3.2%
BANCO BPI-BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO S	CPZ	A	3 000 000	1.9%
Dívida Publica Espanhola	OBG	A	2 578 308	1.6%
Region Of Ile De France	OBG	AA	2 392 783	1.5%
Societe Generale, SA	OBG	A	2 068 814	1.3%
Banque Federative Du Credit Mutuel	OBG	A	2 060 915	1.3%
ICO - Instituto de Crédito Oficial	OBG	A	2 052 734	1.3%
ABN Amro Holding NV	OBG	AA	1 967 856	1.3%
IBM - International Business Machines Company	OBG	A	1 881 277	1.2%
Total			33 361 243	21%
Total Carteira Investimentos			156 575 175	100%

U: Euro

Grupo Emitente	2023			
	Exposição	Rating	Exposição	Peso
Dívida Publica Portuguesa	OBG	A	8 998 684	7.4%
Banco Bankinter	CPZ	A	3 033 798	2.5%
Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria Sa.	CPZ	A	3 028 292	2.5%
Dívida Publica Espanhola	OBG	A	2 535 826	2.1%
Region Of Ile De France	OBG	AA	2 339 826	1.9%
Thales, Sa	OBG	A	2 278 432	1.9%
ICO - Instituto de Crédito Oficial	OBG	A	2 041 499	1.7%
Banque Federative Du Credit Mutuel	OBG	A	2 039 776	1.7%
Dívida Publica Belga	OBG	AA	1 867 643	1.5%
IBM - International Business Machines Company	OBG	A	1 863 796	1.5%
Total			30 027 572	25%
Total Carteira Investimentos			121 450 471	100%

30.COMPROMISSOS

A Caravela detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamentos de transporte e hardware que representam compromissos futuros de 743.768 euros.

O detalhe em 31 de dezembro de 2024, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional, é referido no quadro seguinte:

2024
U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor Máximo a pagar
2025	3	6 986
2026	7	79 074
2027	20	340 373
2028	2	56 192
Total	32	482 625

O detalhe em 31 de dezembro de 2024 relativo a contratos de locação financeira, é referido nos quadros seguintes:

2024
U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Nº de Contrato	Valor a pagar	
			Juros	Capital
2025	1	2060004900	48	14 918
Total			48	14 918

2024
U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Equipamentos Informáticos	Nº de Contrato	Valor a pagar	
			Juros	Capital
2027	1	60150498042	13 782	130 013
2027	62	60850508757	9 813	92 569
Total			23 595	222 582

31. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tinha prestadas garantias no valor de 15.949 Euros e 598.557 Euros relacionadas, respetivamente, com concursos públicos e processos de sinistro.

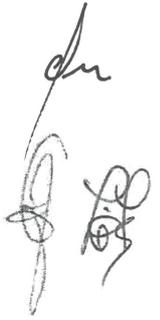
32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram acontecimentos relevantes após 31 de dezembro de 2024, que não afetando a posição financeira ou a performance da Companhia, sejam significativos para divulgação.

Relatório & Contas 2024

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2024 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia e a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

O Conselho Fiscal promoveu reuniões durante o ano de 2024 com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões decorreram maioritariamente por vídeo conferência. Contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração da Companhia. Mantivemos, igualmente, contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno. O Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o processo de adoção da IFRS9 e IFRS17 e o respetivo impacto nas contas de 2024.

Acompanhou, ainda, o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração de variações do capital próprio e demais documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu, ainda, à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, a certificação legal das contas e relatório adicional de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços da empresa e do Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

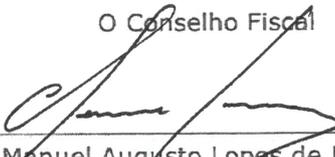
Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245.º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declararam ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 21 de março de 2025

O Conselho Fiscal

Presidente:



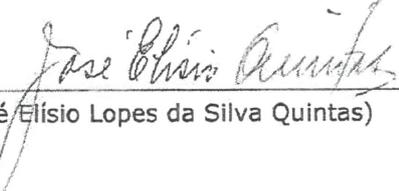
(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal:



(José António Truta Pinto Rabaça)

Vogal:



(José Elísio Lopes da Silva Quintas)

Relatório & Contas 2024

CERTIFICAÇÃO LEGAL E CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 287.050.739 euros e um total de capital próprio de 69.505.246 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.687.454 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

DocID: Njc3YzYwMzI1NGJkYzY3OTczMDExYzZmM1Fk4NzI2NTE2MjM1MTEExMzUzNjZ8Q0xD

Justo valor de instrumentos financeiros

Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2.3.2, 2.3.3, 3.2, 3.3, 14, 15 e 28 das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas e de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, no montante global de 146.376 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Entidade.

No respeitante aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, a Entidade determina de acordo com a IFRS 9, o valor da perda por imparidade esperada.

A valorização dos ativos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

(i) A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos;

(ii) A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à valorização dos instrumentos financeiros;

(iii) A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de instrumentos financeiros;

(iv) A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas internas;

(v) Para posições menos líquidas, a revisão, em base de amostragem, dos principais pressupostos adotados para a valorização adotada; e

(vi) A realização de testes para avaliar a razoabilidade das perdas por imparidade esperada.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos ativos

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>utilizadas pela Entidade podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p> <p>Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor que podem revelar-se menos líquidos representam cerca de 14% do total dessa carteira (21.207 milhares de euros), incluindo fundos de capital de risco e ações, que se encontram inseridos nos níveis 2 e 3, em termos da hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13, sendo este determinado através da utilização de modelos de avaliação que incorporam julgamento profissional e o recurso a um conjunto de pressupostos ou técnicas.</p> <p>As perdas por imparidade relativas a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas envolvem um grau de julgamento significativo por parte da gestão da Entidade sobre os resultados futuros, nomeadamente quanto i) à probabilidade de incumprimento, ii) perda esperada de incumprimento e iii) exposição ao incumprimento. A perda esperada tem em consideração a taxa de desconto, a qual incorpora as perspetivas de mercado.</p>	<p>financeiros valorizados ao justo valor constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>

Passivos de contratos de seguro – Ramos não vida

Mensuração e divulgações relacionadas com os passivos de contratos de seguro de ramos não vida apresentadas nas notas anexas 2.3.1, 3.1 e 20 às demonstrações financeiras.

Os passivos de contratos de seguro dos ramos não vida ascendem a 171.506 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024 (representando 79% do total do passivo), tendo passado a ser mensurados

Efetuamos uma compreensão do processo de estimativa e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, que incluiu uma avaliação do respetivo ambiente

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>em conformidade com a IFRS 17 – contratos de seguro, a partir de 1 de janeiro de 2023.</p> <p>Estes passivos, incluem responsabilidades por serviços passados no montante de 149.911 milhares de euros, correspondendo a estimativas de montantes a pagar por sinistros já incorridos mas ainda não regularizados/pagos. Tais responsabilidades por serviços passados acomodam a expectativa da Entidade relativamente a pagamentos futuros de sinistros conhecidos e desconhecidos, à data, bem como das respetivas despesas associadas à gestão dos mesmos.</p> <p>A mensuração destas responsabilidades requer um nível significativo de julgamento pelo órgão de gestão da Entidade no respeitante a pressupostos assumidos, como sejam o impacto de alterações na taxa de inflação, desenvolvimentos esperados na concretização dos sinistros e alterações regulatórias. Também há um julgamento significativo do órgão de gestão relativamente à determinação das taxas de desconto consideradas para estimar tais responsabilidades. Em particular, ramos reais com baixa frequência de sinistralidade, sinistros individuais de montantes significativos ou com períodos de regularização de sinistros longos, estão sujeitos a uma maior incerteza relativamente à determinação da respetiva responsabilidade estimada.</p> <p>Tendo em consideração a relevância material das responsabilidades por serviços passados na demonstração da posição financeira e na performance financeira da Entidade, bem como o nível de julgamento exercido pela gestão e as incertezas associadas às estimativas efetuadas, consideramos os passivos de contratos de seguros dos ramos não vida e, nomeadamente, as responsabilidades por</p>	<p>de controlo interno, incluindo os respetivos controlos dos sistemas de informação.</p> <p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos sobre os passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, com a contribuição de especialistas atuariais e em sistemas e processos de informação, incluíram:</p> <p>(i) A avaliação da adequação das metodologias atuariais em vigor, bem como dos processos associados à determinação de pressupostos e estimativas para mensuração das responsabilidades com serviços passados de contratos de seguro de ramos não vida;</p> <p>(ii) A verificação da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados nos motores de cálculo das referidas responsabilidades no final do exercício; e</p> <p>(iii) O recálculo do montante das responsabilidades por serviços passados para determinados ramos de negócio, tendo em conta a respetiva relevância. No âmbito de tal teste substantivo de auditoria, comparamos os montantes por nós calculados com aqueles determinados pela Entidade.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre passivos de contratos de seguro de ramos não vida, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

serviços passados, como sendo uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras

auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de março de 2023 para um mandato compreendido entre 2023 e 2026.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 21 de março de 2025.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

21 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

DocuSigned by:
Carlos Maia
94AAA81AB5424C5...

Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750